



MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 10802/2020

Sumário: Consulta pública do Projeto de Classificação da Paisagem Protegida de Sicó.

Consulta Pública do Projeto de Classificação da Paisagem Protegida de Sicó

Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, torna público que, por deliberação da Reunião de Câmara Ordinária de 06 de maio de 2020, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, submeter a consulta pública pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o “Projeto de Classificação da Paisagem Protegida de Sicó”.

Durante este período poderão os interessados consultar o mencionado “Projeto de Classificação da Paisagem Protegida de Sicó” na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, durante o horário normal de expediente, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, com marcação prévia, através do contacto telefónico n.º 236650642, o qual ficará igualmente disponível na página eletrónica do município (www.cm-alvaiazere.pt).

Os interessados, no decurso desse prazo, poderão dirigir por escrito as suas sugestões ou observações, que entendam por conveniente, as quais deverão ser dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, ou para o endereço de correio eletrónico, geral@cm-alvaiazere.pt, ou ainda ser entregues no Balcão Único do Município de Alvaiázere, entre as 9h00 e as 17h30.

30 de junho de 2020. — A Presidente da Câmara, *Célia Margarida Gomes Marques*.

313356474

2020
Fevereiro

**SICÓ | A DIMENSÃO CULTURAL DE UMA
PAISAGEM PROTEGIDA DE ÂMBITO REGIONAL**

**FASE 2 | REGULAMENTO DE GESTÃO DA ÁREA DE
PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL DAS TERRAS DE SICÓ**



TERRASdeSICÓ
Associação de Desenvolvimento



ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	8
OBJETIVOS, ÓRGÃOS E COMPETÊNCIAS	
ARTIGO 1º.....	8
CRIAÇÃO	
ARTIGO 2º.....	8
LIMITES	
ARTIGO 3º.....	8
DEFINIÇÕES	
ARTIGO 4º.....	8
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
ARTIGO 5º.....	10
PLANO DE GESTÃO	
ARTIGO 6º.....	10
GESTÃO	
ARTIGO 7º.....	10
CONTRATOS-PROGRAMA	
ARTIGO 8º.....	11
RECEITAS DA PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL DAS TERRAS DE SICÓ	
ARTIGO 9º.....	11
ÓRGÃOS	
ARTIGO 10º.....	12
NATUREZA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO	
ARTIGO 11º.....	12
COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DIRETIVO	
ARTIGO 12º.....	13
COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO	
ARTIGO 13º.....	14
NATUREZA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO	
ARTIGO 14º.....	17
COMPETÊNCIAS DO CONSELHO CONSULTIVO	
ARTIGO 15º.....	17
NATUREZA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CIENTÍFICO	
ARTIGO 16º.....	18
COMPETÊNCIAS DO CONSELHO CIENTÍFICO	
CAPÍTULO II.....	18
ATOS E ATIVIDADES INTERDITAS E CONDICIONADAS	
ARTIGO 17º.....	18
ATOS E ATIVIDADES INTERDITAS	

ARTIGO 18º.....	20
ATOS E ATIVIDADES CONDICIONADAS	
ARTIGO 19º.....	22
PARECERES E AUTORIZAÇÕES	
CAPÍTULO III.....	23
NORMAS DE FISCALIZAÇÃO E REGIME CONTRAORDENACIONAL	
ARTIGO 20º.....	23
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	
ARTIGO 21º.....	23
CONTRAORDENAÇÕES	
ARTIGO 22º.....	23
SANÇÕES ACESSÓRIAS	
ARTIGO 23º.....	24
PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO E APLICAÇÃO DE COIMAS E SANÇÕES ACESSÓRIAS	
ARTIGO 24º.....	24
REPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO ANTERIOR À INFRAÇÃO	
CAPÍTULO IV.....	25
DISPOSIÇÕES FINAIS	
ARTIGO 25º.....	25
LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA	
ARTIGO 26º.....	25
ENTRADA EM VIGOR	
ANEXO I.....	26
LIMITE DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL DAS TERRAS DE SICÓ	

MUNICÍPIOS DE ALVAIÁZERE, ANSIÃO, CONDEIXA-A-NOVA, PENELA, POMBAL E SOURE

Regulamento de Gestão da Área de Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó

As Terras de Sicó, com destaque para o maciço calcário, nomeadamente as Serras de Sicó, Alvaiázere e Rabaçal, bem como os vales dos rios Nabão, Anços, Dueça ou Corvo e Mouros possuem um vasto conjunto de valores paisagísticos e biofísicos, aos quais estão associados valores culturais resultantes da forma de ocupação desse território árduo – muros de pedra solta, povoações calcárias, entre outros. O padrão do povoamento rege-se pela fertilidade do solo e pelo desenho das vias de comunicação, existindo uma dispersão ordenada onde as típicas aldeias são separadas pelas linhas de cumeada. Os fundos dos vales e das depressões cárnicas permitiram o desenvolvimento da agricultura e da agropecuária de pequena dimensão que, ao viabilizar a fixação da população, foi determinante na transformação da paisagem tal como hoje a conhecemos.

Não obstante, a paisagem assume com frequência um carácter selvagem, em que a rocha nua e as vertentes íngremes e pedregosas se impõem. A falta de água na superfície e a escassez e o carácter descontínuo dos solos condicionam o desenvolvimento da vegetação natural e as próprias atividades humanas mais tradicionais, como são as agrícolas. A elas está associada a pastorícia de gado caprino e ovino em pequenos rebanhos que regularmente percorrem os caminhos serranos e que estão na origem do queijo do Rabaçal, um dos mais prestigiados produtos e que é também uma das principais riquezas económicas locais, a par do mel, do azeite, do vinho, do cabrito e das ervas aromáticas, entre outros produtos locais de menor visibilidade.

A área que se propõe classificar é ímpar na sua componente geológica, florística, faunística e cultural. Ao nível da geologia e geomorfologia, destacam-se as várias e complexas formações associadas ao sistema cársico, tais como as dolinas, as grutas, as buracas e os campos de lapiás, entre outros. O património geológico existente compreende as ocorrências naturais de elementos da geodiversidade, os geossítios, que possuem excecional valor científico. Trata-se de locais onde os minerais, as rochas, os fósseis, os solos ou as geoformas possuem características próprias que permitem conhecer melhor a história geológica do nosso planeta. Esta área integra um total de 6 geossítios: as Buracas do Casmilo, em Condeixa-a-Nova/ Soure, Maria Pares, em Condeixa-a-Nova, os Tufos de Condeixa e Vale

do Rio dos Mouros, em Condeixa-a-Nova, as Nascentes de Anços e Vale dos Poios, em Pombal, o Deslizamento sin-sedimentar da Ateanha, em Ansião, e a Transversal Ateanha – Dueça, em Ansião.

Em termos florísticos, esta área possui vários endemismos de Portugal Continental tais como: o *Juncus Valvatus*, a *Scrophularia grandiflora*, a *Arabis sadina* e a *Saxifraga cintrana* - classificada como vulnerável pela Lista Vermelha da Flora Vasculiar de Portugal Continental. A estas espécies rupícolas, e que se desenvolvem em solos pedregosos de génese calcária, juntam-se as várias espécies de orquídeas selvagens e um endemismo das serras calcárias do Oeste, a *Silene longicilia*.

Os habitats rupícolas existentes são, assim, ricos em flora diversa, caso dos afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas ou das lajes calcárias, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas, e os prados rupícolas calcários ou basófilos com comunidades de plantas suculentas e os arrelvados vivazes. Ocorrem também cascalheiras calcárias, pobres em vegetação pela instabilidade do substrato e ausência de solo à superfície.

Destacam-se ainda os ricos habitats ripícolas, nomeadamente no caso das margens dos rios Nabão, Mouros, Dueça ou Corvo e Anços, ocupadas por uma galeria praticamente contínua, em bom estado de conservação, de diversas espécies arbóreas, assinalando-se a ocorrência de galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros brancos e de bosques de amieiros ou freixos.

Nos valores de fauna, evidencia-se a lampreia-de-riacho, no rio Nabão, bem como vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional, albergando colónias de criação de morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), de hibernação de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e de criação e hibernação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersi*).

Destaca-se ainda o facto desta área abranger o Sítio PTCO0045 Sicó Alvaiázere que, não só possui uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário, como inclui os maiores e mais bem conservados cercais do país (carvalhais de carvalho-cerquinho – *Quercus faginea* Subsp. *Broteroi*), bem como manchas notáveis de azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários, em bom estado de conservação.

Esta área possui também um vasto e diversificado conjunto de património arquitetónico/edificado, detentor de elevado valor histórico e cultural, destacando-se a presença de

património classificado, nomeadamente: o Castellum de Alcabideque, em Condeixa-a-Nova, e a Residência Senhorial dos Castelo Melhor, em Ansião (Monumentos Nacionais); o Palácio dos Figueiredos/ Paços do Concelho, em Condeixa-a-Nova e os Pelourinhos de Pousaflores e de Ansião, em Ansião (Imóveis de Interesse Público); a Capela de Nossa Senhora da Paz, em Ansião (Monumento de Interesse Público); e a Casa de São Tomé, em Condeixa-a-Nova (Interesse Municipal). Ainda neste âmbito merecem menção os vários exemplares de arquitetura vernacular aqui presentes, retrato do seu povo, das suas atividades, e das suas tradições.

Ao nível do património arqueológico evidenciam-se as Ruínas de Conímbriga, em Condeixa-a-Nova, a Villa Romana do Rabaçal, em Condeixa-a-Nova/ Penela, e o Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo, em Pombal, classificados respetivamente como Monumento Nacional, Sítio de Interesse Público e Interesse Municipal.

Neste contexto, e atendendo ao vasto património natural e cultural em presença e a sensibilidade da área, considera-se que esta deve ser objeto de uma gestão integrada, respeitando a propriedade privada, mas procurando concertar interesses e estratégias e alavancar novas e inovadoras formas de promover a interação harmoniosa entre o ser humano e a natureza.

Os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure assumem um papel ativo na prossecução dos objetivos de estudo, conservação, preservação, valorização e usufruto sustentado deste território, pelo que pretendem proceder à classificação desta Área como Paisagem Protegida de âmbito Regional.

O presente Regulamento de Gestão é elaborado em cumprimento do estipulado no n.º 6 do Artigo 15º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação.

CAPÍTULO I

OBJETIVOS, ÓRGÃOS E COMPETÊNCIAS

Artigo 1º

Criação

É criada a Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, como área protegida de âmbito regional, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação.

Artigo 2º

Limites

1. Os limites da área de Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó são os fixados na carta que constitui o Anexo I.
2. As dúvidas eventualmente suscitadas pela leitura da carta que constitui o Anexo I do presente Regulamento serão resolvidas pela consulta dos originais à escala de 1:25 000, arquivados para o efeito na sede da Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, entidade que será designada como gestora desta Paisagem Protegida Regional, e na sede do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Artigo 3º

Definições

Para efeitos do presente regulamento consideram-se as definições previstas no Regime Jurídico da Conversação da Natureza e da Biodiversidade, Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação.

Artigo 4º

Objetivos específicos

Sem prejuízo do disposto no Artigo 19º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, constituem objetivos específicos da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó:

- a) A proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) A manutenção ou recuperação da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;
- c) A conservação e valorização dos valores culturais presentes;
- d) O fomento de iniciativas que promovam a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços;
- e) O usufruto sustentável do território, ao nível turístico, desportivo e de lazer;
- f) A criação de novas oportunidades para o lazer ao ar livre em equilíbrio com os valores naturais e culturais salvaguardados, através de parcerias público-privadas que preconizam um desenvolvimento sustentável;
- g) A conservação das espécies e habitats locais e a preservação do património natural e construído;
- h) A promoção de práticas científicas e educativas que conduzam a uma maior literacia ambiental, assim como da participação ativa da comunidade na conservação do território, numa perspetiva de desenvolvimento harmonioso e sustentável;
- i) A continuidade da implementação das medidas de conservação da natureza e biodiversidade locais;
- j) A proteção e conservação dos valores biofísicos, estéticos, paisagísticos e ecológicos das Terras de Sicó;
- k) O fomento, de forma equilibrada e sustentada, do desenvolvimento económico, social e cultural da região, incentivando e apoiando as atividades tradicionais, a recuperação de povoados e construções antigas de arquitetura tradicional, potenciando os recursos naturais e humanos;
- l) A promoção e a divulgação dos valores naturais, arquitetónicos, arqueológicos e estéticos, bem como criar condições para a divulgação destes valores, como pólos de atração turística ou de lazer;
- m) A promoção de uma gestão integrada e participativa da área de paisagem protegida regional.

Artigo 5º

Plano de Gestão

1. A Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó deverá ser dotada de um Plano de Gestão a elaborar nos termos do n.º 2 do Artigo 9.º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, a elaborar no prazo de 24 meses a contar da entrada em vigor do presente regulamento.
2. O Plano de Gestão deverá tomar em consideração o disposto na legislação respetiva para o Sítio PTCO0045 Sicó Alvaiázere, com destaque para as orientações de gestão produzidas para este Sítio no Plano Setorial da Rede Natura 2000.
3. Até à entrada em vigor do plano referido no número anterior, a gestão da Paisagem Protegida Regional efetua-se de acordo com o plano de atividades aprovado anualmente pelo Conselho Diretivo e Conselho Consultivo, no quadro das opções de ordenamento consagradas pelo instrumento de gestão territorial legalmente eficaz.

Artigo 6º

Gestão

1. A coordenação da gestão da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó será responsabilidade da Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento através de protocolo, celebrado para o efeito, com os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, por meio do qual aquela associação assumirá a responsabilidade, ao nível da gestão e da competência para tomar decisões na Paisagem Protegida Regional.
2. A Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, enquanto entidade gestora, constituirá uma rede de parceiros público-privados através de protocolos de cooperação a celebrar posteriormente.
3. A Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento contemplará no seu Plano de Investimentos os meios humanos, materiais e financeiros que concretizarão os investimentos necessários à prossecução dos objetivos da área protegida.

Artigo 7º

Contratos-programa

1. A realização de investimentos e a comparticipação nas despesas de funcionamento poderão ser objeto de contratos-programa e/ou acordos de colaboração e parceria.

2. Para efeitos do número anterior, deverão os termos e condições dessas parcerias ser estabelecidos no âmbito dos instrumentos contratuais a celebrar.

Artigo 8º

Receitas da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó

1. Constituem receitas da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó:

a) As dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado e no orçamento dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, bem como no orçamento da Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento;

b) As participações, subsídios e outros donativos que lhe sejam concedidos;

c) Quaisquer outras receitas que, por lei, contrato ou qualquer outro título, lhe sejam concedidas;

d) O produto de visitas turísticas/ passeios pela área protegida, bem como de filmagens no território;

e) As receitas provenientes do licenciamento das autorizações e pareceres concedidos para as ações que decorram no território da Paisagem Protegida.

2. As receitas enumeradas no número anterior serão exclusivamente afetas ao pagamento de despesas da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó.

Artigo 9º

Órgãos

1. À entidade gestora da Paisagem Protegida Regional, a Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento, competirá a constituição dos órgãos sociais:

a) O Conselho Diretivo;

b) O Conselho Consultivo;

c) O Conselho Científico.

Artigo 10º

Natureza e Composição do Conselho Diretivo

1. O Conselho Diretivo é o órgão deliberativo de apoio e participação na definição dos princípios e critérios de gestão da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó.
2. O Conselho Diretivo é constituído pelos presidentes dos Órgãos Executivos dos Municípios integrantes da Área de Paisagem Protegida, nomeadamente:
 - a) Município de Alvaiázere;
 - b) Município de Ansião;
 - c) Município de Condeixa-a-Nova;
 - d) Município de Penela;
 - e) Município de Pombal;
 - f) Município de Soure.
3. A presidência e vice-presidência do conselho diretivo é exercida de forma rotativa, por períodos de dois anos, respetivamente pelo presidente e vice-presidente da direção da Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento em funções, e conforme o estatuto respetivo.
4. O Conselho Diretivo deve nomear uma equipa técnica, a integrar no mapa de pessoal das Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, para o apoiar tecnicamente no desenvolvimento das ações necessárias a realizar na Área da Paisagem Protegida.
5. A natureza, estrutura e funcionamento da equipa técnica referida no número anterior deve ser definida em regulamento, a aprovar pelo Conselho Diretivo.
6. O Conselho Diretivo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de um dos vogais.
7. Nas deliberações do Conselho Diretivo o presidente tem voto de qualidade.

Artigo 11º

Competências do Conselho Diretivo

1. Compete ao Conselho Diretivo propor medidas relativas à administração dos interesses específicos da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó e à execução das disposições contidas nos instrumentos de gestão.

2. No âmbito do referido no ponto anterior, compete, em especial, ao Conselho Diretivo:

- a) Preparar e propor aos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure os planos e os programas anuais e plurianuais de gestão e de investimento, submetendo-os previamente à apreciação do Conselho Consultivo;
- b) Elaborar os relatórios anuais e plurianuais de atividades, bem como o relatório anual de contas de gerência, submetendo-os previamente à apreciação do Conselho Consultivo;
- c) Promover a elaboração periódica de relatórios científicos e culturais sobre o estado da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;
- d) Dar parecer sobre atos ou atividades interditas ou condicionadas na Paisagem Protegida Regional, em conformidade com o disposto no presente regulamento;
- e) Submeter a parecer prévio do Conselho Consultivo e do Conselho Científico os atos ou atividades previstas na alínea anterior, sempre que a sua natureza ou dimensão o justifique;
- f) Propor a adoção das medidas administrativas de reposição previstas no artigo 24.º do presente Regulamento;
- g) Solicitar às autoridades competentes o embargo e a demolição de obras, bem como fazer cessar outras ações realizadas em violação do disposto no presente diploma e legislação complementar;
- h) Propor os planos, os projetos e os programas de investimento e desenvolvimento de alcance supramunicipal;
- i) Aprovar a emissão das autorizações e pareceres e fixar o valor a cobrar pela emissão dos mesmos.

Artigo 12º

Competências do Presidente do Conselho Diretivo

1. Compete ao presidente do Conselho Diretivo:

- a) Representar a Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;
- b) Submeter anualmente aos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure um relatório sobre o estado da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;

- c) Fiscalizar a conformidade do exercício de atividades na Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó com as normas do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, do presente diploma e demais legislação aplicável;
 - d) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respetivos trabalhos;
 - e) Atestar as deliberações do Conselho Diretivo e coordenar a respetiva atividade;
 - f) Autorizar a realização e o pagamento de despesas, nos termos da lei;
 - g) Assinar e visar a correspondência do Conselho Diretivo com destino a quaisquer entidades ou Organismos Públicos;
 - h) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que eventualmente careçam da respetiva apreciação;
 - i) Sancionar pareceres, em conformidade com o exigido pelo regulamento de gestão;
 - j) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Diretivo.
2. O presidente do Conselho Diretivo pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros deste órgão;
3. A todos os membros do Conselho Diretivo compete coadjuvar o presidente na sua ação.

Artigo 13º

Natureza e Composição do Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é um órgão de consulta para apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação na Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó.
2. O Conselho Consultivo é composto pelo presidente do Conselho Diretivo e por um representante de cada uma das seguintes entidades:
- a) Município de Alvaiázere;
 - b) Município de Ansião;
 - c) Município de Condeixa-a-Nova;
 - d) Município de Penela;
 - e) Município de Pombal;
 - f) Município de Soure;

- g) Assembleia Municipal de Alvaiázere;
- h) Assembleia Municipal de Ansião;
- i) Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova;
- j) Assembleia Municipal de Penela;
- k) Assembleia Municipal de Pombal;
- l) Assembleia Municipal de Soure;
- m) Junta de Freguesia de União das Freguesias Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova – Condeixa-a-Nova;
- n) Junta de Freguesia de Furadouro – Condeixa-a-Nova;
- o) Junta de Freguesia de Zambujal – Condeixa-a-Nova;
- p) Junta de Freguesia de Ega – Condeixa-a-Nova;
- q) Junta de Freguesia de Podentes – Penela;
- r) Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal – Penela;
- s) Junta de Freguesia de Cumeeira – Penela;
- t) Junta de Freguesia da União das Freguesias de Degraçias e Pombalinho – Soure;
- u) Junta de Freguesia de Tapéus – Soure;
- v) Junta de Freguesia de Alvorge – Ansião;
- w) Junta de Freguesia de Santiago da Guarda – Ansião;
- x) Junta de Freguesia de Ansião – Ansião;
- y) Junta de Freguesia de Chão de Couce – Ansião;
- z) Junta de Freguesia de Pousaflores – Ansião;
- aa) Junta de Freguesia de Redinha – Pombal;
- bb) Junta de Freguesia de Pelariga – Pombal;
- cc) Junta de Freguesia de Pombal – Pombal;
- dd) Junta de Freguesia de Vila Cã – Pombal;

- ee) Junta de Freguesia de Abiul – Pombal;
 - ff) Junta de Freguesia de Almoster – Alvaiázere;
 - gg) Junta de Freguesia de Pelmá – Alvaiázere;
 - hh) Junta de Freguesia de Alvaiázere – Alvaiázere;
 - ii) Junta de Freguesia de Pussos São Pedro – Alvaiázere;
 - jj) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
 - kk) Agência Portuguesa do Ambiente;
 - ll) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
 - mm) Turismo do Centro de Portugal;
 - nn) Universidade de Coimbra;
 - oo) Organizações não-governamentais de ambiente com intervenção na área da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;
 - pp) Associações e entidades representativas dos interesses socioeconómicos locais;
 - qq) Associações e entidades representativas dos interesses culturais, desportivos e recreativos, com intervenção na Paisagem Protegida Regional.
 - rr) Outras entidades coletivas ou personalidades de relevante interesse para os objetivos prosseguidos pela Paisagem Protegida Regional que o conselho entenda convidar a participar neste órgão.
3. A adesão de novos membros efetua-se sob proposta dos mesmos, do presidente do Conselho Consultivo ou de qualquer outro membro nele representado, devendo ser apreciada e aprovada em reunião do Conselho Consultivo.
4. O Conselho Consultivo reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.
5. As reuniões podem ser efetuadas de modo presencial ou com recurso a tecnologia digital que permita a participação dos membros do Conselho Consultivo de forma remota.

Artigo 14º

Competências do Conselho Consultivo

Compete ao Conselho Consultivo a apreciação das atividades desenvolvidas na Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, designadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente e aprovar o regulamento interno de funcionamento;
- b) Apreciar as propostas de planos e os programas anuais e plurianuais de gestão e de investimento;
- c) Avaliar os relatórios anuais e plurianuais de atividades, bem como o relatório anual de contas de gerência;
- d) Apreciar os relatórios científicos e culturais sobre o estado da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;
- e) Dar parecer sobre qualquer assunto de interesse para a Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó;
- f) Decidir sobre eventuais contribuições dos diferentes parceiros ou membros da Paisagem Protegida Regional.

Artigo 15º

Natureza e Composição do Conselho Científico

1. O Conselho Científico é um órgão de natureza consultiva de cariz científico, a constituir nos termos a definir pelo Conselho Diretivo, podendo integrar membros nacionais e internacionais especialistas em aspetos essenciais desta Paisagem Protegida Regional.
2. O Conselho Científico reúne sempre que convocado pelo presidente do Conselho Diretivo, por sua iniciativa ou a solicitação de um terço dos membros do conselho consultivo.
3. O Conselho Científico decide por maioria simples dos membros presentes.
4. As decisões do Conselho Científico serão adotadas nos prazos fixados pelo presidente do Conselho Diretivo.

Artigo 16º

Competências do Conselho Científico

Compete ao Conselho Científico:

- a) Acompanhar, do ponto de vista científico, a gestão da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó no sentido da sua eficiência e sustentabilidade;
- b) Apoiar o Conselho Diretivo e o Conselho Consultivo na gestão da Paisagem Protegida Regional através da emissão de pareceres, quando solicitados;
- c) Validar relatórios e estudos relativos a matérias da competência do Conselho Diretivo e ou do conselho consultivo;
- d) Apoiar a cooperação entre a Paisagem Protegida Regional e entidades académicas, bem como o estabelecimento de parcerias internacionais.

CAPÍTULO II

ATOS E ATIVIDADES INTERDITAS E CONDICIONADAS

Artigo 17º

Atos e atividades interditas

Na área de Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, sem prejuízo dos demais condicionalismos e enquadramentos legais específicos, são interditos os seguintes atos e atividades:

- a) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção e com categoria de ameaça atribuída, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats, com exceção de ações de conservação ou para fins exclusivamente científicos e devidamente autorizadas;
- b) A instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos, de areia ou inertes ou de outros resíduos sólidos que causem impacte visual negativo ou efeitos negativos no ambiente, salvo as devidamente autorizadas pela tutela;

- c) O abandono, depósito ou vazamento de entulhos ou sucatas ou quaisquer outros resíduos não urbanos fora dos locais para tal destinados;
- d) A obstrução de qualquer tipo de passagem nos caminhos públicos e de acesso às linhas ou aos planos de água;
- e) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;
- f) O corte, extração, pesquisa ou exploração de recursos geológicos, nomeadamente de massas minerais e inertes, com exceção das explorações devidamente licenciadas;
- g) A destruição, delapidação ou recolha de bens culturais inventariados e achados arqueológicos, bem como a recolha de bens culturais móveis, mesmo se resultantes de descoberta fortuita, com exceção dos trabalhos realizados por técnicos especializados no âmbito de investigação científica, nomeadamente na área da arqueologia e da geomorfologia, e quando devidamente autorizada;
- h) A destruição ou delapidação de património natural e geológico, tal como grutas, dolinas, buracas e lapiás, e de geossítios, bem como a recolha de amostras geológicas, incluindo minerais, rochas e fósseis, salvo se realizada para fins exclusivamente científicos e devidamente autorizada;
- i) A prática de atividades turísticas ou desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição sonora ou aquática ou que pela sua natureza específica ponham em risco objetivo os valores naturais presentes na área protegida;
- j) A prática de atividades de desporto de natureza fora dos locais ou percursos devidamente licenciados ou autorizados;
- k) O exercício de caça ou de pesca, fora das zonas predefinidas para esse efeito;
- l) A introdução de espécies vegetais não indígenas invasoras, de acordo com a legislação em vigor;
- m) A plantação de espécies de rápido crescimento ou espécies florestais exóticas a menos de 20 metros de rios e a menos de 10 metros de outros cursos de água e nascentes, terrenos agrícolas, prédios urbanos e vias públicas de comunicação;

n) Todos os outros atos e atividades previstos como tal nos Planos Municipais de Ordenamento do Território das áreas dos respetivos Municípios.

Artigo 18º

Atos e atividades condicionadas

Na área de Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, sem prejuízo dos demais condicionalismos e enquadramentos legais específicos, são condicionados a parecer ou a autorização prévia da entidade gestora, consoante os casos:

1. Condicionados a parecer:

a) A alteração à morfologia do solo e a modificação do coberto vegetal com impactes ambientais negativos, excetuando as intervenções de recuperação ambiental promovidas pelos ou em parceria com os Municípios e com as Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento;

b) O abate de árvores e arbustos autóctones, salvo em situações objetivas de proteção civil ou em regime de gestão florestal;

c) A plantação florestal com espécies de rápido crescimento ou espécies exóticas que não se enquadrem na alínea l) do Artigo 17º.

2. Condicionados a autorização prévia:

a) A captação, o armazenamento, o desvio ou a condução de águas, bem como a drenagem, a impermeabilização ou a inundação de terrenos, e demais alterações à rede de drenagem natural ou ao caudal ou à qualidade das águas superficiais ou subterrâneas;

b) A abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento ou outra intervenção nas já existentes, exceto as promovidas pelos Municípios;

c) A instalação de infraestruturas elétricas aéreas ou subterrâneas, telecomunicações, gás natural, abastecimento de água e saneamento básico ou aproveitamento de energias renováveis;

d) A reintrodução ou introdução de espécies indígenas da fauna e flora selvagem;

e) A realização de ações de destruição do revestimento florestal, quer tenham fins agrícolas ou outros;

- f) A atividade florestal, designadamente, ações de arborização e rearborização, sem prejuízo das competências próprias da autoridade florestal de âmbito nacional;
- g) A instalação de atividades económicas, quando isentas de controlo prévio urbanístico, designadamente viveiros, aquicultura e estufas;
- h) A realização de quaisquer obras de edificação, nomeadamente de construção, reconstrução, alteração, ampliação ou demolição, excetuando as obras de simples conservação, restauro, reparação ou limpeza, e sempre que essas obras de edificação ocorram fora dos perímetros urbanos, ou dos aglomerados rurais, ou dos espaços de edificação dispersa, delimitados como tal nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- i) A destruição ou o desmantelamento de muros, divisórias ou outras construções que integrem o valor natural paisagístico classificado;
- j) A prática de campismo ou caravanismo, bem como qualquer forma de pernoita, em locais não destinados a esse fim, sem prejuízo das disposições legais que regulam a atividade;
- k) O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos em que tal sobrevoo tenha por finalidade trabalhos agrícolas, ações de fiscalização, ações de combate a incêndios e outras ações de socorro ou de controlo para fins de manutenção e segurança por parte das entidades gestoras de infraestruturas de serviço público;
- l) A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, quando fora dos perímetros urbanos, ou dos aglomerados rurais, ou dos espaços de edificação dispersa, delimitados como tal nos PMOT;
- m) Filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais, quando fora dos perímetros urbanos, ou dos aglomerados rurais, ou dos espaços de edificação dispersa, delimitados como tal nos PMOT;
- n) A utilização comercial ou publicitária de referências à Paisagem Protegida Regional, salvo em produtos ou serviços devidamente credenciados;
- o) A prática de atividades desportivas não motorizadas, designadamente mergulho, alpinismo, escalada ou montanhismo, e de atividades turísticas suscetíveis de deteriorarem os valores naturais da área;

- p) A organização de eventos desportivos, culturais e de lazer fora dos locais destinados a esse fim;
- q) Atos e atividades que tenham por cenário o património geológico, tal como grutas, dolinas, buracas e lapiás;
- r) A dinamização de atividades de animação turística, exceto festas e atividades de cariz religioso ou promovidas pelos Municípios e pelas associações locais, devendo estas últimas submeter a parecer do Conselho Diretivo as práticas e locais que pretendem dinamizar;
- s) A realização de mercados ou feiras, quando fora dos perímetros urbanos, ou dos aglomerados rurais, ou dos espaços de edificação dispersa, delimitados como tal nos PMOT;
- t) Novas práticas industriais e comerciais quando fora dos perímetros urbanos, dos aglomerados rurais ou dos espaços de edificação dispersa, delimitados como tal nos PMOT;
- u) Todos os outros atos e atividades previstos como tal nos Planos Municipais de Ordenamento do Território das áreas dos respetivos Municípios.

Artigo 19º

Pareceres e Autorizações

1. Salvo disposição em contrário, os pareceres e as autorizações emitidos pelo Conselho Diretivo da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó são vinculativos, mas não dispensam outros pareceres, autorizações ou licenças que legalmente forem devidas.
2. Na falta de disposição especial aplicável, o prazo para a emissão dos pareceres e autorizações pelo Conselho Diretivo da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó é de 30 dias, a contar da data de disponibilização do respetivo processo, sem prejuízo do disposto no regime jurídico da urbanização e edificação.
3. O prazo referido no número anterior suspende-se sempre que haja lugar a consulta a entidades externas ou aos restantes órgãos de gestão da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó.
4. Na falta de emissão das autorizações ou pareceres dentro do prazo fixado no número 2 considera-se, consoante os casos, a autorização concedida ou que o parecer é favorável;
5. Os pareceres e as autorizações emitidas pelo Conselho Diretivo da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó ao abrigo do presente diploma caducam decorridos dois anos

sobre a data da sua emissão, salvo se nesse prazo as entidades competentes tiverem procedido ao respetivo licenciamento.

CAPÍTULO III

NORMAS DE FISCALIZAÇÃO E REGIME CONTRAORDENACIONAL

Artigo 20º

Ações de Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento e legislação complementar aplicável compete à Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, aos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure e demais entidades competentes, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 21º

Contraordenações

1. Constitui contraordenação a prática dos atos e atividades estabelecidos no Artigo 17º, bem como as previstas no Artigo 18º, sem as autorizações ou os pareceres previstos no Artigo 19º;
2. O regime de contraordenações rege-se pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, bem como pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação, que estabelece a Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais.

Artigo 22º

Sanções acessórias

As contraordenações previstas no artigo anterior podem ainda determinar a aplicação das sanções acessórias previstas no Artigo 47º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação.

Artigo 23º

Processos de contraordenação e aplicação de coimas e sanções acessórias

1. O processo de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias rege-se pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, bem como pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação.
2. A competência para o processamento das contraordenações e para a aplicação das coimas e sanções acessórias pertence aos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure e às restantes entidades nas áreas das respetivas jurisdições e no âmbito das suas atribuições e competências.
3. O produto das coimas aplicadas é repartido de acordo com o previsto no artigo 73.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua atual redação:
 - a) 45% para o Fundo de Intervenção Ambiental;
 - b) 30% para a autoridade que a aplique;
 - c) 15% para a entidade autuante;
 - d) 10% para o Estado.

Artigo 24º

Reposição da situação anterior à infração

Os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, por sua iniciativa ou mediante proposta do Conselho Diretivo da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, podem ordenar que se proceda à reposição da situação anterior à infração, fixando os trabalhos ou ações que devam ser realizados e o respetivo prazo de execução, sendo aplicáveis os procedimentos previstos nos Artigos 47.º e 48.º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25º

Legislação subsidiária

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente regulamento ou na legislação habilitante, aplica-se subsidiariamente o Código do Procedimento Administrativo.

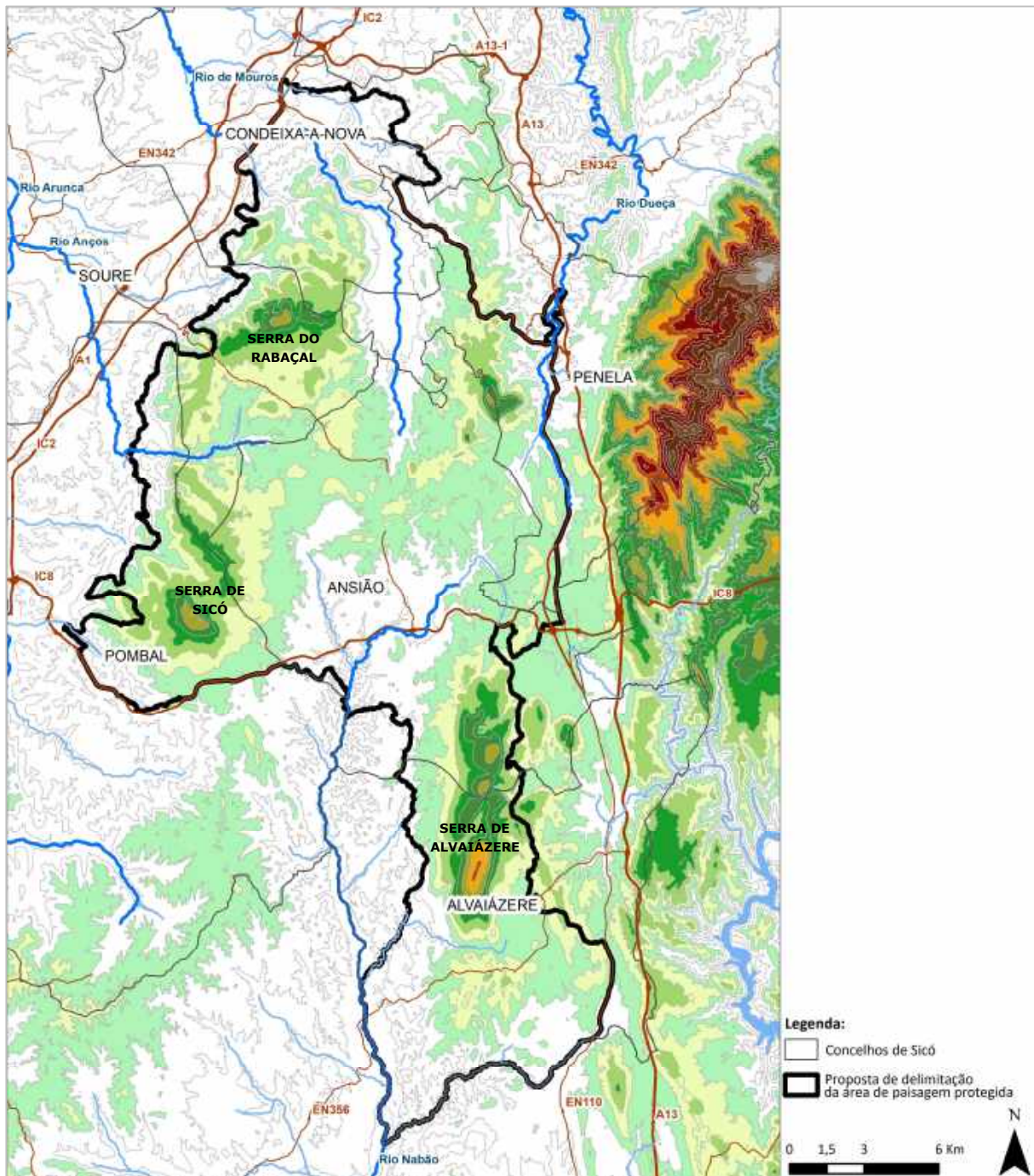
Artigo 26º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República.

ANEXO I

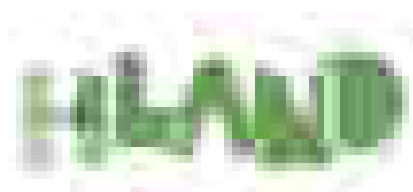
Limite da Área de Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó



2020
Fevereiro

**SICÓ | A DIMENSÃO CULTURAL DE UMA
PAISAGEM PROTEGIDA DE ÂMBITO REGIONAL**

**FASE 2 | PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS DE
SICÓ COMO ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL**







ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	7
1.1. CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	7
1.2. QUADRO INSTITUCIONAL	15
1.3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS	16
1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PLANOS, ESTUDOS E PROJETOS QUE REFEREM A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS DE SICÓ	21
1.5. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO IMPLEMENTADOS OU EM CURSO NAS TERRAS DE SICÓ	23
1.6. OBJETIVOS	29
2. SERRA DE SICÓ: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	30
2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
2.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	32
2.2.1. RELEVO	32
2.2.2. GEOLOGIA	40
2.2.3. SOLOS	43
2.2.1. HIDROGRAFIA	46
2.3. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL	51
2.3.1. PATRIMÓNIO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO	53
2.3.2. BIODIVERSIDADE / PATRIMÓNIO BIOLÓGICO: FAUNA, FLORA E HABITATS	58
2.4. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL	65
2.4.1. HISTÓRIA	65
2.4.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	68
2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	73
2.5.1. POPULAÇÃO E SOCIO-ECONOMIA	73
2.5.2. PARQUE EDIFICADO	82
2.5.3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	86
2.6. CARACTERIZAÇÃO PAISAGÍSTICA	88
2.6.1. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA PAISAGEM	88
2.6.2. UNIDADES HOMOGÉNEAS DE PAISAGEM	107
2.6.3. SÍNTESE DO VALOR ESTÉTICO E ECOLÓGICO DA PAISAGEM	114
3. SERRA DE SICÓ: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO ÁREA PROTEGIDA DE ÂMBITO REGIONAL	116
3.1. TIPOLOGIA DE ÁREA CONSIDERADA MAIS ADEQUADA	116
3.2. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA	117
3.3. O PROCESSO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA E O ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS E DA AUTORIDADE NACIONAL	122



3.4. AÇÕES E PROJETOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS OU ESTRUTURANTES PARA A VALORIZAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA	124
3.5. PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA	125
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
5. ANEXOS	131
ANEXO 1 PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO	132
ANEXO 2 PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	137
ANEXO 3 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	141
ANEXO 4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL – ESC. 1.25.000	145



Equipa Técnica

HLand - Consultores em Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação e Ambiente, Lda, com a colaboração da Território XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda no domínio da caracterização física e paisagística.



“A preservação do meio natural, cultural e humano é condição fundamental para o desenvolvimento turístico. Além disso, uma gestão racional do turismo pode contribuir para a proteção e melhoria do meio físico e do património cultural, e para promover a qualidade de vida.”

(in Declaração de Haia, sobre o meio ambiente – Princípio III)



1. ENQUADRAMENTO

1.1. CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Em Portugal, as áreas protegidas correspondem a aproximadamente 22% do território nacional - no continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, repartidas pelas diversas tipologias.

A política de conservação da natureza e biodiversidade e os seus instrumentos de execução refletem os compromissos internacionais que o nosso país tem assumido, essencialmente, desde os anos 70 do século XX. No período anterior, registaram-se algumas preocupações em relação às áreas protegidas, embora orientadas sobretudo para a criação de reservas de caça nos territórios ultramarinos, tendo em vista regulamentar essa atividade e controlar as espécies cinegéticas.

Assim, **foi a partir de 1970**, em primeiro lugar com a Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, **que Portugal lançou os pilares de uma política pública no domínio da conservação da natureza e biodiversidade**, tornando possível a proteção e “a defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo homem”, bem como “o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações vindouras”, por meio da criação de parques nacionais e outros tipos de reservas, e permitiu ao país iniciar o acompanhamento da evolução internacional de proteção da natureza, através da classificação das áreas mais representativas do património natural, como é o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês (criado em 1971). Mas é sobretudo após o 25 de abril de 1974, em sucessivos governos, que esta matéria é objeto de atenção especial, destacando-se:

- 1976_Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho, que alargou o espectro da proteção com a inclusão de valores estéticos e culturais na classificação de áreas a proteger;
- 1978_Decreto-lei n.º 4/78, de 11 de fevereiro, com a publicação da estrutura orgânica das áreas protegidas;
- 1987_Lei da Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que consagra os conceitos de área protegida de âmbito regional e local, em que a gestão destas áreas passa a ser cometida às autarquias locais ou às associações de municípios; prevê a possibilidade de serem criadas áreas protegidas de interesse privado; e remete para a criação de uma rede nacional de áreas protegidas;



- 1993_ com a concretização da referida rede, através da Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, e a criação do Instituto de Conservação da Natureza; e,
- 2001_ aprovação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro.

Esta última “formula 10 opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade, de entre as quais destacamos a opção n.º 2, relativa à **constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)** e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)”.

Em concretização dessa opção estratégica, o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, a **RFCN é composta pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no SNAC e pelas áreas de reserva ecológica nacional, de reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico** enquanto áreas de continuidade que estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação, **contribuindo para uma adequada proteção dos recursos naturais** e para a promoção da continuidade espacial, **da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.**

O referido diploma estrutura ainda o **SNAC**, o qual é **constituído pelas áreas protegidas integradas na RNAP** (figura 1), **pelos sítios e zonas de proteção especial que integram a Rede Natura 2000** (figura 2) **e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais** assumidos pelo Estado Português¹, assegurando a integração e a regulamentação harmoniosa dessas áreas já sujeitas a estatutos ambientais de proteção.

¹ Designadamente as que decorrem: “a) Do Programa Man and Biosphere, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), lançado em 1970; b) Da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar), adotada em Ramsar em 2 de fevereiro de 1971; c) Da Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada em Paris em 16 de novembro de 1972, na parte relativa aos valores naturais; d) Das Resoluções do Comité de Ministros n.os 17_ Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa e 29_ Áreas Diplomadas do Conselho da Europa; e) Da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR), adotada em Paris em 22 de setembro de 1992; f) Da Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), adotada em Paris em 2001, relativa aos geossítios e geoparques”

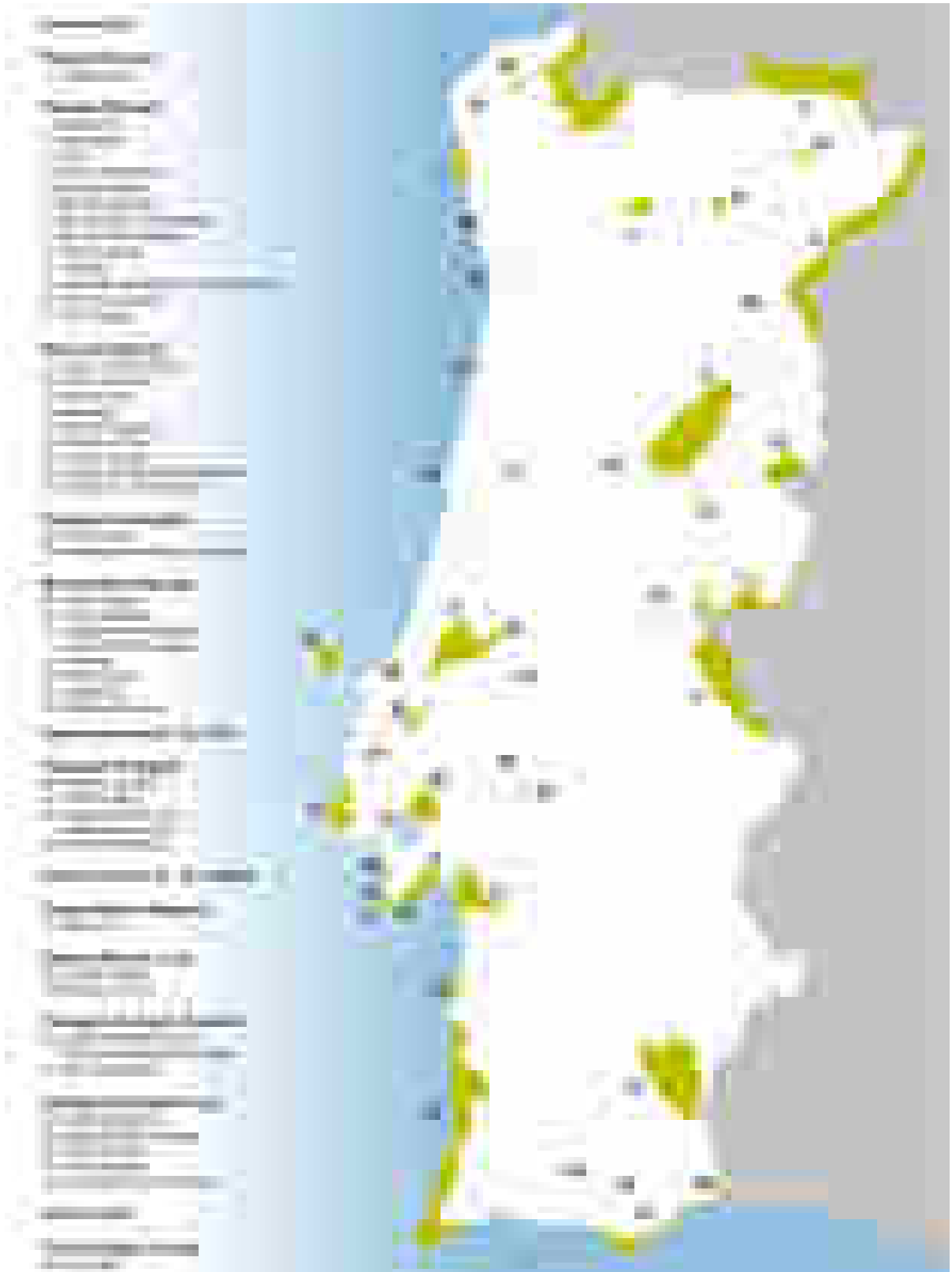


Figura 1 – Distribuição geográfica das áreas protegidas da rede nacional em Portugal Continental (2018)

Fonte: [http://www. http://www2.icnf.pt/portal/ap](http://www.icnf.pt/portal/ap)

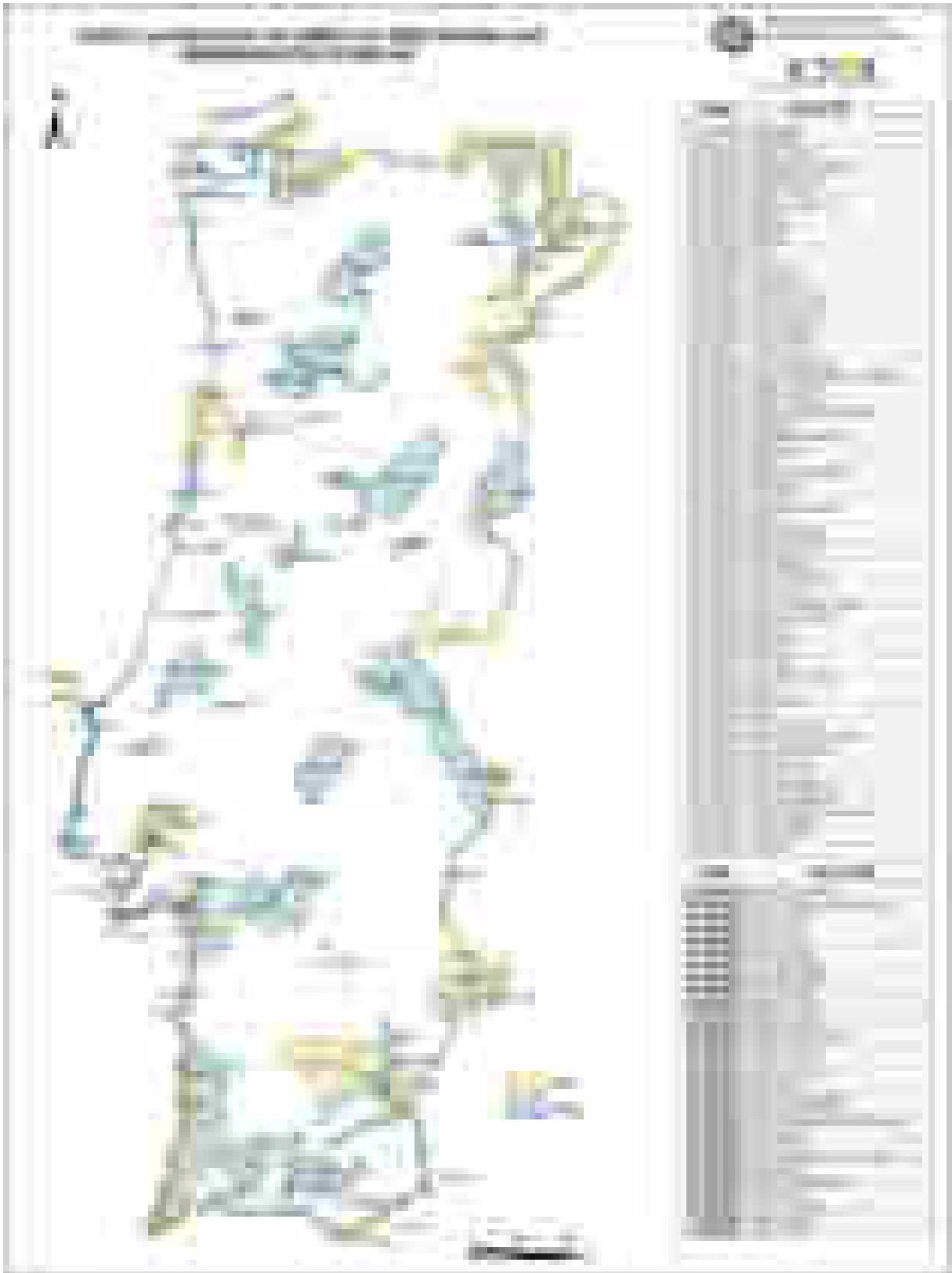


Figura 2 – Distribuição geográfica da Rede Natura em Portugal Continental (2010)

Fonte: <http://www2.icnf.pt/portugal/pn/biodiversidade/rm2000/resource/doc/rm-plan-set/map-rm2000/view>



Em resultado da revisão do quadro jurídico fundamental da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), da Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, e da respetiva legislação complementar, **foi necessário proceder à revisão do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade**, para o adequar a estas novas realidades, o que **aconteceu através do Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro**.

Quanto à constituição da **Rede Nacional de Áreas Protegidas**, o n.º 2 do artigo 10.º do citado diploma, estabelece que **“Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.”**

O mesmo diploma esclarece que **“A classificação de áreas protegidas pode abranger o domínio público e o domínio privado do Estado, a zona económica exclusiva e, em geral, quaisquer bens imóveis”**.

Refere ainda que **as áreas protegidas podem ter âmbito nacional, regional ou local**, conforme os interesses que procuram salvaguardar, **e classificam-se nas seguintes tipologias:**

- a) **Parque nacional:** “área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo”.
- b) **Parque natural:** “área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender da atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços”.
- c) **Reserva natural:** “área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa”.
- d) **Paisagem protegida:** “área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural”.



e) **Monumento natural:** “ocorrência natural, contendo um ou mais aspetos, que pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e manutenção da sua integridade”.

Ainda de acordo com o citado quadro normativo, as áreas protegidas de âmbito nacional podem adotar qualquer das tipologias referidas; as áreas protegidas de âmbito regional podem assumir qualquer das tipologias com exceção da tipologia parque nacional, devendo as mesmas serem acompanhadas da designação “regional” ou “local”, conforme o caso. Podem ainda ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, assumindo a designação de “áreas protegidas privadas”.

Perante estas tipologias, importa realçar o que este diploma preconiza para as duas tipologias onde se poderia enquadrar esta área protegida:

- **Paisagem Protegida** “visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, (...)”; e,
- **Parque Natural** “visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, (...)”.

Se observarmos a figura 1, temos que os exemplos existentes na **RNAP em Portugal**, que **integra quase cinco dezenas de áreas protegidas** repartidas do seguinte modo, por âmbito e tipologia: um parque nacional; treze parques naturais; nove reservas naturais; duas paisagens protegidas e sete monumentos naturais, no âmbito nacional. Um parque natural regional; duas reservas naturais locais; duas paisagens protegidas regionais; quatro paisagens protegidas de âmbito regional/local; cinco paisagens protegidas locais, e uma área protegida privada.

A gestão das áreas protegidas de âmbito nacional compete à autoridade nacional e a gestão das áreas protegidas **de âmbito regional ou local incumbe às comunidades intermunicipais, às associações de municípios ou aos municípios.**

Quanto à classificação (artigos 14.º e 15.º), a legislação refere dois cenários: no caso das áreas protegidas de âmbito nacional a proposta parte da autoridade nacional ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, nomeadamente autarquias locais e associações de defesa do ambiente; por outro lado, as **comunidades intermunicipais, as associações de municípios e os municípios podem propor classificar áreas protegidas de âmbito regional ou local.**



Estão também definidos os termos em que tal pode ocorrer, ou seja, **o procedimento de classificação depende de uma deliberação específica nesse sentido da entidade proponente, uma Resolução de Conselho de Ministros que valida a classificação ao definir “o tipo e delimitação geográfica da área e seus objetivos específicos” e “os recursos financeiros, materiais e humanos mínimos para a gestão da área protegida”, bem como de outros requisitos como a abertura de um período de discussão pública² preventivo à classificação, para “a recolha de observações e sugestões sobre a classificação da área protegida, devendo, durante o mesmo período, ser também promovida a audição das autarquias locais envolvidas”, a qual “(...) é feita através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da página da Internet da autoridade nacional, do qual consta a indicação do período da discussão e dos locais onde se encontra disponível a proposta final de classificação e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações ou sugestões”.**

Concluída a discussão pública e aprovada a classificação da área protegida de âmbito regional ou local, a mesma é publicada em 2.ª série do Diário da República, mediante aviso e objeto de publicitação nos boletins municipais e na página na Internet das entidades responsáveis pela gestão da área protegida. A deliberação que aprova a classificação da área protegida de âmbito regional e local é submetida a parecer da autoridade nacional, para efeitos da sua integração na RNAP.

Consequentemente, **“os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal devem consagrar os regimes adequados de proteção da área protegida de âmbito regional e local e estabelecer as ações permitidas, condicionadas ou interditas com incidência urbanística”**, o que é utilizado pela autoridade nacional como elemento de avaliação dos pressupostos subjacentes à classificação.

Muito devido a este impulso normativo descrito, como refere Mendigorri (2017:206), a respeito da **evolução das áreas protegidas na Península Ibérica**, é evidente o crescimento das áreas naturais protegidas nas últimas três décadas, o que, por um lado, revela a influência de um novo paradigma ambiental e, por outro, traduz a “importância biogeográfica desta península no seu contexto territorial: equivale a 6% da Europa Ocidental, mas alberga cerca de 50% das espécies europeias de plantas e vertebrados terrestres, assim como 31% de endemismos de ambos os grupos”.

² De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 14.º do citado diploma, “O período de discussão pública deve ser anunciado com a antecedência mínima de 10 dias e não pode ser inferior a 20 nem superior a 30 dias.”



Destino para milhões de pessoas no mundo todos os anos, as áreas protegidas são fundamentais para a conservação da natureza³, oferecendo serviços de ecossistemas, tais como água limpa e ar puro, e configuram uma importante solução na minimização dos efeitos das alterações climáticas. Além disso, são de grande importância social e cultural e ajudam a conservar o património cultural de muitos povos e lugares.

Conforme refere a Agência Europeia do Ambiente (2012:24), “Dujin et al. (2008) identificou **três tipos principais de valores relacionados com áreas protegidas: socioeconómico, social e ambiental** (figura 3) (...), deve ser lembrado que os serviços dos ecossistemas muitas vezes estão interligados, e em muitos casos, a existência de um serviço é dependente da existência de outros serviços. (...) Aqui estão alguns dos benefícios sectoriais previstos para as áreas protegidas”.

VALORES DAS ÁREAS		
SOCIOECONÓMICO	SOCIAL	AMBIENTAL
emprego	valor patrimonial	serviços fornecidos pelos ecossistemas
produção	uso recreativo	proteção contra catástrofes naturais
desenvolvimento de competências	uso científico e educativo	serviços fornecidos pelas espécies
governança	saúde e qualidade de vida	biodiversidade/património

Figura 3 – Valores relacionados com as áreas protegidas
Fonte: Agência Europeia do Ambiente, 2012.

Neste enquadramento e no caso de Portugal, **os dados recolhidos e tratados pelo ICNF revelam um aumento do número de visitantes nas áreas protegidas: 215.327 visitas, em 2014; 296.799, em 2015; 341.747, em 2016; 518.178, em 2017; e cerca de 550.000 visitantes em 2018 (ICNF, 2019). “Estes números evidenciam o crescimento acelerado da procura destas áreas e o valor acrescentado dos bens e serviços que têm génese nas áreas protegidas”, tal como refere a “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade”.**

³ Para Pringle (2017:91), as áreas protegidas podem efetivamente proteger habitats e populações. “Análises globais mostram que a biodiversidade local é maior, as taxas de conversão [mudança de ocupação ou utilização] da paisagem são menores, e as tendências da população de animais selvagens são geralmente estáveis ou crescentes dentro das áreas protegidas”.



Na mesma linha, **são reconhecidos os benefícios das áreas protegidas para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável** (Agenda 2030, Organização das Nações Unidas). Com efeito, mais de 1,1 mil milhões de pessoas dependem das áreas protegidas para uma parte significativa dos seus meios de subsistência; a Rede Natura 2000 suporta importantes práticas agrícolas e agroecossistemas, representando 38% da área total incluída nesta rede da União Europeia; estima-se que as áreas protegidas terrestres recebem visitas de aproximadamente 8 mil milhões por ano no mundo, gerando cerca de 600 mil milhões de dólares/ano em despesas diretas e 250 mil milhões de dólares/ano em outros consumos; em muitos dos principais biomas do mundo, as áreas protegidas são relevantes no plano da ocupação/utilização do solo, uma vez que cobrem quase 21% dos tipos de águas interiores principais do mundo, 20% das florestas naturais do mundo, 19% da área de montanha do mundo, 17% da área insular do mundo e 13% da área de sequeiro do mundo (UNEP-WCMC & IUCN, 2016).

1.2. QUADRO INSTITUCIONAL

Como descrevemos no ponto anterior, a classificação de áreas protegidas de âmbito regional ou local pode ser proposta pelas comunidades intermunicipais, as associações de municípios e os municípios.

A Terras de Sicó é uma associação de desenvolvimento e integra-se nesse 2º grupo, ou seja, é uma associação de direito privado que congrega seis municípios do maciço da Serra de Sicó (Ansião, Alvaiázere, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure), bem como outros associados empenhados no desenvolvimento do território (mais 24 instituições representantes dos sectores económico, ensino técnico-profissional, financeiro, cultural e recreativo e solidariedade social).

A Terras de Sicó foi fundada em 1995, tendo a sua origem na Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), criada em 1988, detendo por isso uma já longa experiência na promoção do desenvolvimento local, numa lógica intermunicipal, originando um projeto de território e uma marca de referência.



1.3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Nas orientações estratégicas e nas políticas da União Europeia emerge e consolida-se uma nova perspectiva de desenvolvimento para o mundo rural, sobretudo na última década, na atmosfera de diversificação da base económica e de integração das políticas. Com efeito, o contexto de ação da União Europeia reflete a **transição de um modelo agrícola**, centrado na agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica de uma parte significativa do mundo rural, **para uma conceção alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural**, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana.

Esta última, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural, considera que a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de atividades e dote os territórios rurais de infraestruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) **configura a dimensão de maior visibilidade desta nova orientação de desenvolvimento para o mundo rural europeu**. Lançado pela Comissão Europeia, em 1991, o LEADER apresenta como traços inovadores a programação e gestão dos territórios designados “zonas de intervenção”, mediante parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local (como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, embora com enquadramento regulamentar) e cofinanciamento público comunitário e nacional.

Em três fases de execução, no alinhamento da programação e implementação das políticas públicas da União Europeia, o **LEADER pretendeu diversificar a economia das áreas rurais mediante a aplicação de programas supramunicipais orientados para a melhoria da qualidade de vida da população, a utilização de novos conhecimentos e tecnologias e a valorização dos recursos naturais e culturais**. A cooperação e a constituição de redes entre territórios rurais constituíram também eixos orientadores do LEADER (designadamente em 2000-2006).



A aprovação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), com início de aplicação no período de 2007-2013, através de três eixos temáticos de atuação/objetivos fundamentais (o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da atividade económica no conjunto dos espaços rurais), **veio institucionalizar o desenvolvimento rural como dimensão política integrada e reconhecer**, de igual modo, **a importância da participação dos atores do mundo rural na definição e gestão das políticas** e, assim, consolidar a abordagem LEADER que passa a ser utilizada como metodologia/ferramenta de trabalho nomeadamente para a implementação da qualidade de vida e a diversificação económica rural, com o objetivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local.

Em suma, a **política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reconhece a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e reflete orientações e objetivos diferenciados, através de medidas de apoio direcionadas para os setores agrícola e florestal, a diversificação da base económica e a revitalização social.**

A aplicação desta política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários deverá sedimentar uma ruralidade com mais dignidade e qualidade de vida, e contribuir para salvaguardar e valorizar os recursos estratégicos do mundo rural, como é o caso do património natural e cultural.

A tentativa de diversificar a base económica do mundo rural e a sua inclusão nas novas escolhas geográficas de fenómenos como o lazer e o turismo, não pode ser dissociada das mudanças económicas, sociais e culturais ocorridas no espaço urbano. Carvalho (2005:167-168), assinala fatores como os “níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos, a melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, standardização, impessoalidade e saturação, dos modos e contextos de vida urbanos”.

É no contexto de diversificação funcional que as atividades lúdicas e turísticas emergem como oportunidades para o mundo rural em geral. Crescimento, flexibilidade, segmentação, inovação, criatividade são algumas das facetas de maior visibilidade na evolução contemporânea do turismo, do mesmo modo que é evidente uma oferta de produtos cada vez



mais especializados, personalizados e facilitadores de experiências singulares, em resposta a uma procura informada, exigente e diversificada.

Na descoberta ou redescoberta turística do rural, o alojamento assumiu um papel relevante, designadamente casas senhoriais, palácios, palacetes e outros imóveis com história ou valor arquitetónico, os quais estão na génese da oferta do turismo rural em Portugal (geralmente na vertente turismo de habitação), mas com o decurso do tempo, em resposta ao crescimento e alargamento da base de procura, emergem novas tipologias de alojamento de turismo no espaço rural (casas de campo/ turismo de aldeia, agroturismo e hotéis rurais) e despertam novos interesses, como a participação dos turistas em atividades de cariz agrícola ou agrosilvopastoril (agroturismo) ou a fruição dos ambientes rurais através de novas atividades ao ar livre, como é o caso do pedestrianismo, cicloturismo, BTT, e mais recentemente *geocaching* e *trail running*, entre outras.

As atividades de lazer e turismo, conotadas com a natureza e vinculadas a diferentes perfis e motivações de visitantes/turistas (idade, habilitações académicas, condição económica, situação profissional) são hoje parte fundamental da oferta de produtos e serviços e, por conseguinte, da capacidade de atração dos territórios rurais, e consideradas, por diversos especialistas na matéria, como contributos positivos para o desenvolvimento local sustentável.

O crescimento do turismo com base na natureza tem criado muitas oportunidades para as regiões rurais, com implicações na diversificação das atividades económicas e nos usos do solo, em particular aquelas com maiores amenidades naturais e/ou culturais.

Relativamente aos espaços de montanha, eles configuram uma especificidade no quadro geral do mundo rural, que **apesar da sua imponente física, apresentam muitas fragilidades. A diversidade de recursos e valores estratégicos fundamentais** (como, por exemplo, a água, a fauna, a flora, o ambiente natural e cultural), **assim como a importância das atividades desenvolvidas pelo ser humano** (no amplo espectro da agricultura, pastorícia, silvicultura, exploração mineira, produção de energia elétrica limpa e renovável, atividades turísticas e de lazer), **tornam recorrente a questão da promoção do desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem.**

O abandono e o despovoamento; o envelhecimento da população; a erosão dos solos; a urbanização desordenada; a gestão comprometedora dos recursos florestais; o abandono e o desordenamento do espaço florestal; a crescente ação destruidora dos incêndios florestais, a atividade turística desregulada, constituem problemas muito preocupantes.



No caso de Portugal, as dinâmicas recentes de desenvolvimento dos territórios montanhosos configuram trajetórias singulares, na sequência de um conjunto significativo de alterações da base produtiva e social, e de mutações no discurso, que é preciso entender no referido quadro geral das tendências evolutivas do mundo rural e do lazer.

O interesse crescente dos territórios montanhosos por parte da população urbana significa que os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos (pastos e florestas), embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos. A apropriação da montanha é comandada do exterior e a população urbana procura os ambientes de montanha para criar refúgios, que ocupa de forma permanente ou utiliza no âmbito dos tempos livres.

É certo que a montanha não altera completamente a base/função produtiva, mantendo-se atividades como a silvicultura, a extração de pedra e minério, bem como algumas atividades agrícolas, relacionadas com cultivos integrados e adaptados aos mercados (como, por exemplo, os olivais, os soutos e alguns pomares), consideradas de grande valor para o seu relançamento social e económico. **A renovação de práticas tradicionais**, como acontece com a agricultura biológica, **os produtos certificados** (carne, queijo, enchidos, frutas, mel, entre outros) e **certas especialidades gastronómicas, definem qualidades produtivas que contribuem para realçar a imagem do território que as acolhe** e são uma estratégia para o escoamento da sua produção.

As transformações no plano dos elementos de estruturação/articulação do território permitem anotar o reforço dos lugares mais dinâmicos como as sedes de concelho, a reabilitação/renovação das estruturas edificadas (relacionadas com os emigrantes, o fenómeno da residência secundária e o turismo, entre outros). Importa também sublinhar as alterações nas infraestruturas e equipamentos, quer do ponto de vista externo, com a melhoria da acessibilidade e a articulação dos territórios serranos decorrentes do lançamento de novos eixos rodoviários estruturantes, quer no plano interno, com a adaptação para usos recreativos e turísticos de antigos caminhos rurais, trilhos, levadas e vias férreas desativadas, entre outros.

Ao mesmo tempo, registam-se algumas mudanças nas figuras de estruturação social, funcional e institucional do território, bem como a constituição de associações/grupos de ação local vinculados a iniciativas de desenvolvimento/promoção do potencial regional/local. Com efeito, verifica-se o envolvimento de entidades de natureza associativa (com atores públicos



e privados) na génese de parcerias de nível local, com o estímulo e o apoio financeiro da União Europeia, sobretudo a partir do início da década de 90 com o lançamento do já referido Programa de Iniciativa Comunitária LEADER.

As estratégias de desenvolvimento endógeno afirmam-se e multiplicam-se também em resultado do alargamento da experiência LEADER, através de dois programas de índole nacional: os “Centros Rurais” e as “Aldeias Históricas”, iniciativas lançadas no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), e ainda na sequência da aplicação da metodologia LEADER como matriz de gestão do eixo 3 do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, 2007-2013) e, no atual período de programação e execução de políticas públicas (2014-2020), com o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

No mesmo sentido, importa reconhecer o papel das ações integradas de base territorial (algumas com incidência em áreas de montanha, como aconteceu, por exemplo, no Pinhal Interior ou na Serra da Estrela), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006). Embora de forma localizada, foi possível melhorar as condições de permanência ou fruição dos territórios montanhosos, mediante investimentos em infraestruturas básicas, requalificação paisagística/ambiental e apoio às atividades económicas, e ainda criar condições para a génese de novos atores institucionais como é o caso de agências/associações de desenvolvimento turístico (como, por exemplo, as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto).

O **PROVERE** (Programa de Valorização de Recursos Endógenos), em 2007-2013 e 2014-2020, **enquanto estratégia de dinamização económica de base territorial para o desenvolvimento de espaços de baixa densidade com base em recursos endógenos singulares ligados à natureza, à cultura e à paisagem, é outro contributo relevante.**

Mais recentemente, com o **Programa de Revitalização do Pinhal Interior** (aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 1/2018, de 3 de janeiro), visa-se aumentar a **resiliência do território e a valorização da floresta**, a par da reforma do modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais. O PRPI assume uma **visão clara para o território**, indo ao encontro das aspirações dos seus habitantes: **Pinhal Interior, uma região resiliente, empreendedora e que constrói um futuro mais coeso e sustentável.** Este programa integra medidas regulamentares; de planeamento estratégico; de incentivo ao investimento e de promoção da coesão territorial e social, que tenham em conta as especificidades do Pinhal Interior. Essas medidas são apenas aplicáveis a três dos municípios de Sicó – Penela, Ansião e Alvaiázere.



Igualmente relevante, é o **Programa de Valorização do Interior** decretado na Resolução de Conselho de Ministros nº 116/2018, de 6 de setembro, que corresponde ao anteriormente denominado **Programa Nacional para a Coesão Territorial** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro), que inclui várias medidas estratégicas que visam **incentivar a mobilidade geográfica e fixação de população no interior do país. Concordante com estas medidas é o programa “Trabalhar no Interior”, da qual integra as ações “Emprego Interior Mais”, feita através do apoio financeiro aos trabalhadores aderentes, e “Habitar no Interior”, feita através de projetos-piloto municipais destinados ao arrendamento a custos mais acessíveis.** Dos concelhos de Sicó abrangidos por este programa, só Pombal e Condeixa é que não fazem parte.

Ainda de mencionar são os fundos de financiamento ao nível da NUTII provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente o programa CENTRO 2020 que de momento tem candidaturas abertas que visam estimular a competitividade e internacionalização da economia regional. Entre elas, o programa “Inovação Produtiva”, como incentivo à criação e/ou renovação de empresas da área da tecnologia e indústria em territórios de baixa densidade.⁴

Apesar de todas estas iniciativas positivas, relacionadas com a ‘nova’ política de desenvolvimento rural, as **montanhas carecem de intervenções especializadas, integradas, articuladas e territorialmente ajustadas às dimensões dos seus principais problemas e potencialidades.**

1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PLANOS, ESTUDOS E PROJETOS QUE REFEREM A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS DE SICÓ

De modo mais ou menos explícito, todos os **Planos Diretores Municipais** envolvidos apresentam uma intenção de proteção, conservação e valorização do maciço de Sicó, com destaque para a área do Sítio de Importância Comunitária, **Sítio Sicó/Alvaiázere da Rede Natura 2000** e para as Serras de Janeanes, Círculo e Alconceres (em Condeixa), onde predomina a qualificação do solo como espaço natural (figura 4).

A classificação de grande parte da área do sistema serrano de Sicó como SIC é indubitavelmente o que atualmente mais contribui para esta proteção e valorização de Sicó,

⁴ <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/aviso-de-concursos>



pois significa o comprometimento com esta paisagem e os valores a ela associados, onde se destacam os maiores e mais bem conservados cercais do país, aquando do licenciamento ou autorização dos diversos usos ou atividades.



Figura 4 – Solo qualificado como espaço natural
Fonte: Cartas de Ordenamento dos PDM e Carta de regime de uso do solo (DGT)



Por outro lado, destacam-se os **diversos artigos e estudos realizados ou orientados pelo Professor Doutor Lúcio Cunha** (geógrafo), que deveras contribuem para a divulgação e valorização destas Terras de Sicó, pondo em evidência a singularidade do património geológico e geomorfológico associado ao Cársico. Todos os concelhos das Terras de Sicó possuem cavidades e quase todas as diferentes litologias possuem grutas, com especial incidência nos calcários mais puros e carsificáveis do Jurássico Médio.

Apesar de serem solos pobres, o espaço agrícola é também muito significativo dentro da área de estudo, aí se destacando as pastagens (de gado ovino e caprino) e os olivais, que constituem, no conjunto das atividades agrárias, um património de altíssimo valor que interessa preservar. Na realidade, caracterizam-se como um fator de equilíbrio social, económico e ecológico, além de que representam uma reserva de carácter estratégico, pois o azeite e o gado são produtos naturais de qualidade, pelo que se justificam condicionamentos como o corte de oliveiras.

Concernente ao uso agrícola, referem ainda este planos que, neste tipo de paisagem de pedra agricultada, os muros e os montículos de pedra solta, construções em franca degradação, ligados à tarefa de despedrega dos campos e à fixação da terra rossa em terraços, possibilitando o seu cultivo, constituem sistemas de compartimentação inerte que devem ser mantidos e recuperados: “Deverão ser mantidos e recuperados os sistemas de vedação de construção tradicional existentes na zona da Serra de Sicó” (PDM de Pombal). Essa mesma pedra, calcária, constrói as edificações rústicas dos povoados que também devem ser preservados nesses aglomerados rurais/ aldeias.

Já no que respeita ao espaço florestal, destaca-se o **PROF Centro Litoral**, que delimita a área de estudo como a sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere, visando como prioritária a implementação e o desenvolvimento da função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.

1.5. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO IMPLEMENTADOS OU EM CURSO NAS TERRAS DE SICÓ

Aqui destaca-se a **DLBC⁵ Rural Terras de Sicó 2020 / Estratégia de Desenvolvimento Local para a Região Sicó**, nomeadamente o seu **Desafio 4 – Ambiente e Sustentabilidade**,

⁵ Desenvolvimento Local de Base Comunitária



que visa preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos, tendo como objetivos específicos:

- Promover ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural (incluindo a renovação de aldeias) em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos locais de qualidade;
- Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais;
- Promover a utilização de fontes de energia renovável e gestão eficiente de resíduos e subprodutos.

Deste modo, destacamos os projetos (e suas principais ações) que versam essencialmente sobre este desafio, isto é, que se cruzam com a requalificação e valorização do património natural, edificado e arqueológico, sendo eles:

- ExploreSICÓ

Localizado em Poios, Redinha (Pombal), o ExploreSICÓ irá assumir-se como um equipamento único no contexto da região Terras de Sicó, sendo constituído por três módulos circulares parcialmente soterrados, que integram poços de luz centrais, numa aproximação às formas cársicas, de modo a minimizar o impacto na paisagem autóctone. Este projeto, a implementar num futuro próximo, sustenta-se na palavra “explore”, que remete não só para o significado/ conceito de exploração, descobrimento, aventura, mas também para procurar, investigar, prospetar, considerando o explorador (turista/ visitante) como sendo aquele que parte motivado pela aventura de descobrir (uma nova espécie, um caminho, a paisagem).

O edifício irá acolher diversas valências, nomeadamente: Centro Interpretativo Explore Sicó (com áreas expositivas, espaço multimédia com instalação de uma maquete digital terrestre, reserva arqueológica, auditório e uma sala multiusos), zona de alojamento (50 camas) e cafetaria, num espaço multifunções com o intuito de aumentar a estadia no território e fazer face às necessidades na área do turismo de natureza.

A missão do ExploreSICÓ é a de *“servir os visitantes do Maciço de Sicó e as comunidades de proximidade na valorização, interpretação e preservação da paisagem cársica do território.”*



- Parque Ecológico Gramatinha-Ariques-Serra Pequena-Gamanhos, Alvaiázere e Ansião

Este Parque Ecológico localizado entre os Municípios de Ansião e Alvaiázere, apresenta-se como um espaço paisagístico de grande importância para a sub-região Sicó, mas também para a região Centro e todo o País. A mancha de carvalho e azinheira que se encontra preservada, alberga mais de oitocentas espécies da fauna e da flora, entre as quais vários endemismos, como são alguns lírios e orquídeas, com espécies centenárias e mesmo milenares, de carvalho-cerquinho, zambujeiros e oliveiras.

A antiga escola de Ariques funciona como centro de interpretação da biodiversidade, tal como o seu par do lado de Ansião. Cada uma das estruturas do Parque possui cinco valências: informação e guionamento do turismo ambiental e dos desportos de natureza; apoio ao turismo escolar; apoio à formação de quadros e trabalhadores qualificados; acolhimento de indivíduos ou pequenos grupos no âmbito do turismo rural; apoio à economia e à cultura local.

Percursos pedonais e de BTT, miradouros e caminhos rurais, apoiam ainda a descoberta da paisagem.

- Rede Aldeias de Calcário

A Terras de Sicó delimitou seis aldeias como Áreas de Reabilitação Urbana, que resultarão em seis Operações de Reabilitação Urbana do tipo Sistemático, ou seja, seis Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU), que estabelecerão o quadro de operacionalização da estratégia de reabilitação urbana para cada aldeia.

As aldeias que constituem esta rede, tendo em vista a manutenção das suas características identitárias, numa 1ª fase são a de Ariques do concelho de Alvaiázere, Granja do concelho de Ansião, Casmilo, do concelho de Condeixa-a-Nova, Chanca do concelho de Penela, Poios do concelho de Pombal e Pombalinho do concelho de Soure.

- Percursos pedestres, trilhos, sua sinalização e rede de *geocaching*, destinados à contemplação, sensibilização, educação, formação e informação ambiental.
- TAGIS - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal em Poios, tendo em vista a divulgação, valorização e conservação do património natural.



- Parceria com o Museu Monográfico de Conímbriga
 - Implementação do centro difusor Terras de Sicó;
 - Promover o projeto de desenvolvimento turístico (produtos alimentares, rotas de passeios, visitas ao sítio arqueológico do Museu de Conimbriga);
 - Promover a rede de lojas Sicó Gourmet para venda de produtos alimentares e artesanato;
 - Promover o alojamento e a organização e publicação de eventos.

- Parceria com a Associação “Liga de Amigos de Conímbriga (LAC)”
 - Criação de empresas dedicadas à promoção do turismo ambiental, do desporto de natureza, da formação e da educação ambiental;
 - Promoção da Unidade de Inserção da Vida Ativa (UNIVA), que visa compatibilizar a criação de empregos com os princípios de conservação da natureza;
 - Organização de ações de formação contínua para professores dos ensinos básico e secundário no Maciço de Sicó, com base nos princípios de preservação ambiental e patrimonial.

- Projeto “Villas Romanas”
 - Projeto intermunicipal de desenvolvimento turístico;
 - Estudo de identificação no território de um conjunto de “villas romanas”, escavação e valorização dos sítios.

- Guias de visitas portáteis: Projeto multimédia para a mobilidade do turismo cultural no território através de três circuitos (circuito interno no espaço arqueológico de Conimbriga, circuito da romanização e circuito dos castelos e romanizações).

- Edição de arquivo fotográfico digital: 5000 Fotos do património natural, arqueológico e construído e das atividades locais.

- Grande rota 26 (GR26): Percurso pedestre com oito itinerários.



- Stand promocional: Stand colocado em cada concelho e em feiras e exposições para a promoção da Associação Terras de Sicó.
- Guias de visita portáteis e Formação de guias turísticos: Elaboração de um curso-piloto de formação de guias turísticos regionais.
- Parque temático do Eixo de romanização: Projeto de um parque temático associado à romanização para a promoção turística.
- Jurássico Pombal e Parque Temático, Pombal
 - Desenvolvimento de um estudo para a construção de um projeto de um parque temático associado à presença pré-histórica.
 - Projeto no Poio dos vestígios da presença pré-histórica, convivência do homem moderno com o *Neanderthal*, promovendo a criação de um espaço museu.
- Termalismo no Sicó: Criação de um complexo turístico termal nas antigas termas da Amieira, Soure.
- Plano integrado de valorização agrícola para o Vale do Arunca no Eixo Baixo-Mondego Sicó
- Criação de Zonas de Pastagens para o Maneio de Rebanhos para Produção de Leite para o queijo Rabaçal-DOP
- Centro de interpretação da Flora da Serra de Sicó
 - “Horto-Sicó” - Criação de um espaço com todas as espécies catalogadas da flora existente na Serra de Sicó para futura visita e promoção, através de uma equipa técnica.
 - Promoção de iniciativas de valorização das plantas aromáticas e medicinais.
- Revitalização da fileira florestal da Serra de Sicó: Estratégia de intervenção na fileira florestal, valorizando o sector enquanto atividade económica, identificando também



um plano de reflorestação que tecnicamente traga uma solução para o flagelo dos fogos florestais, bem como para o sequestro de carbono (implementar um projeto-piloto).

- ValueCarsic: preservação e valorização sustentável dos recursos genéticos agroflorestais, ou seja, conservação e valorização de recursos genéticos endógenos vegetais e animais.
- Business Plan para o Programa LEADER+: **realça a importância das populações locais em terem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens** e assim preocupa-se com a necessidade de criar condições para a aquisição de competências e intervenção ativa dos atores locais nos seus territórios.
- Centro de Informação Sicó (CIS): constituir um centro de informação e documentação, destinando a toda a população um espaço (multimédia) de estudo do território na perspetiva do desenvolvimento local e regional e dando a conhecer a Associação Terras de Sicó.
- A Marca “Sicó” num Plano de Negócios: aposta no sector alimentar, turístico, de investimento económico e na fileira florestal, contribuindo para desenvolver a marca e promover a qualidade dos produtos.
- Sicógest – Gestão, Garantia e Crédito da Serra de Sicó: tem como funções a gestão da marca “Sicó”, a promoção do território enquanto produto turístico e o assumir uma ligação financeira para projetos intermunicipais de interesse estratégico para o território.
- Formação Profissional para o desenvolvimento: este projeto tem como objetivo estabelecer um protocolo de parceria ativa com as Escolas Tecnológicas e Profissionais da região, para serem estudados novos cursos e novas propostas de formação, tendo em conta o projeto de desenvolvimento integrado do território e suas necessidades de trabalhadores qualificados.



- **Cooperação Interterritorial e Transnacional:** a associação passou a integrar uma rede organizada e sólida com condições para afirmar um modelo criativo e participativo de intervenção do mundo rural, passando a privilegiar a cooperação nacional e internacional, dinamizando e sendo parceira em projetos de cooperação com regiões nacionais, europeias e da América do Sul para partilha de experiências.
- **Projeto “Porta Natura” – Intereg III-B:** o objetivo principal deste projeto é ajudar a combater o escasso dinamismo económico dos territórios do interior, através da promoção dos recursos turísticos e da realização e implementação de um modelo de organização e de gestão da oferta turística, para assim conseguir os seus objetivos específicos que são o posicionamento no mercado, a constituição de uma massa crítica de linhas de produtos turísticos regionais, o salto qualitativo real para os operadores do território e a melhoria da eficácia dos dispositivos de apoio que atualmente se encontram em funcionamento.

1.6. OBJETIVOS

A **classificação** de uma paisagem protegida **visa a proteção dos valores naturais e culturais em presença, realçando a identidade local**, com a adoção de medidas compatíveis com os **objetivos da sua classificação**:

- Conservação dos elementos da biodiversidade num contexto de valorização da paisagem, promovendo a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar;
- Manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso de solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;
- Fomento de iniciativas que gerem benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços.



2. SERRA DE SICÓ: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nem historiadores, nem geógrafos nem arqueólogos dispõem de dados inequívocos sobre os seus limites exatos, mas é certo que existe um mínimo múltiplo comum nesses domínios que coincide com as chamadas Terras de Sicó.

Terras cuja paisagem, dominada pelos grandes espaços solitários e agrestes, conquista quem a atravessa ou nela se detém. Na época atual é muito marcada pelo aumento das atividades de tempos livres e uma crescente mobilidade das populações, sendo que os fluxos turísticos são realidades que importa fomentar e orientar.

O Maciço de Sicó deve grande parte das suas características morfológicas, paisagísticas e ambientais a presença de rochas calcárias e aos processos de evolução cársica do relevo.

A paisagem assume com frequência um carácter selvagem, em que a rocha nua e as vertentes íngremes e pedregosas se impõem. A falta de água na superfície e a escassez e o carácter descontínuo dos solos condicionam o desenvolvimento da vegetação natural e as próprias atividades humanas mais tradicionais, como são as agrícolas. A elas está associada a pastorícia de gado caprino e ovino em pequenos rebanhos que regularmente percorrem os caminhos serranos e que estão na origem do queijo do Rabaçal, um dos mais prestigiados produtos e que é também uma das principais riquezas económicas locais, a par do mel, do azeite, do vinho, do cabrito e das ervas aromáticas, entre outros produtos locais de menor visibilidade.

Pelo exposto, a nossa área de estudo partiu dessas características geológicas e geomorfológicas, abarcando necessariamente os Calcários que se estendem desde a área do SIC Sicó-Alvaiázere a sul até às Serras de Condeixa a norte, não descurando a integração do rio nabão a poente, seguindo pelas rotas da tauromaquia e do azeite e pela EN348-1, na proximidade do sopé da serra de Sicó, depois para norte vai pelo vale do rio Anços e pela A1, fechando a norte na EN342 e no vale da ribeira de Bruscos. A nascente optou-se por delimitar a área de estudo sempre pelos limites dos concelhos envolvidos nas Terras de Sicó.

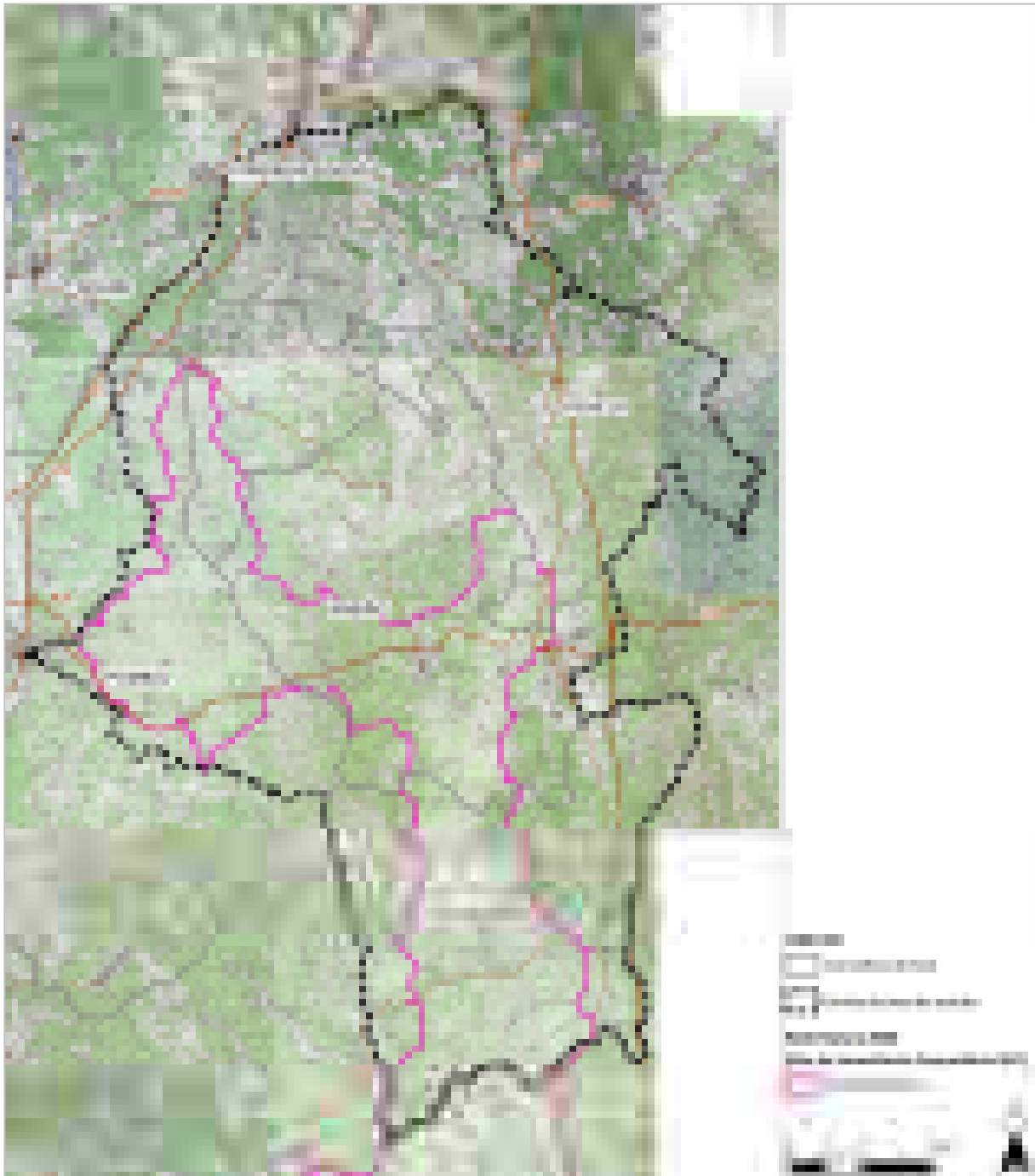


Figura 5 – Limite da área de estudo
Fonte: Equipa Técnica, 2019



2.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

2.2.1. Relevo

As formas do relevo são determinadas pela geologia e pelos processos erosivos que sobre ela atuam. Esta característica, por sua vez, influencia o movimento das massas de ar, a temperatura e a precipitação sendo responsável pela definição de bacias hidrográficas como unidades básicas do fluxo de materiais e condicionando a distribuição e a composição dos biótopos e dos usos de solo.

A região centro faz a separação geomorfológica de Portugal distinguindo norte e sul através da Cordilheira Central da Península Ibérica que atravessa parcialmente a península no sentido longitudinal (NE-SO), no nosso país representada pela Serra da Estrela cujo ponto mais alto, sito na Torre, atinge os 1993 metros de altitude (Ribeiro, 1949). O maciço de Sicó constitui um dos mais importantes sistemas cársicos da Orla Meso-Cenozóica ocidental e localiza-se na região centro-litoral de Portugal continental (Paiva, Ramos e Cunha, 2012), conforme se pode verificar na figura seguinte.

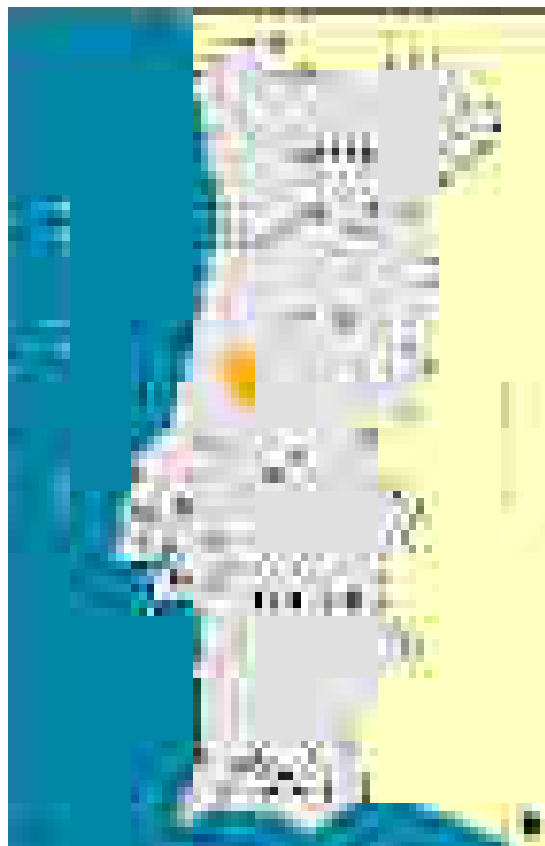


Figura 6 – Enquadramento Geográfico da Área de Estudo
Fonte: CAOP, 2018



A área de estudo compreende uma variação altimétrica desde os 20 metros, nos vales dos afluentes do Rio Mondego, que vai até pouco mais de 600m na serra de Alvaiázere. No entanto, a altimetria predominante corresponde ao intervalo compreendido entre os 200 e os 400 metros.

No maciço de Sicó inclui-se o conjunto de serras formadas por acidentes tectónicos que ocorreram em formações de calcário. Os pontos mais altos são a Serra do Circo ou Círculo, com 405 metros, a Serra do Rabaçal, disposta no sentido WSW-ENE com 532 metros, e a Serra de Sicó, de orientação NW-SE cujos 553 m de altitude constituem a culminação do bloco ocidental dos calcários do Dogger (Cunha, 1990; Cunha e Ramos, 2010). Estes calcários destacam-se numa paisagem de terras baixas com pouca vegetação quando encimadas nas depressões calcomargosas do Rabaçal, Torre de Vale de Todos e de Campo-Camporez. O maciço integra também na região de Coimbra-Penela as dominadas Colinas Dolomíticas, formação cársica de cimos relativamente aplanados com 300 metros de altitude, cuja composição difere dos materiais areno-conglomeráticas que as delimitam (Cunha 1993). Marcada pela falta de afloramentos rochosos contínuos e pela prática agrícola extensiva, o Planalto Degracias – Alvorge de morfologia tipo fluvial, a 300 metros altitude, é também uma formação relevante (figura 7).

O Maciço entre Castelo do Sobral-Alvaiázere compreende cotas pouco acima dos 300 metros a norte, Castelo do Sobral (352 metros) e Cumieira com 322 metros, para os 447 metros da Serra de Mouro (Quartinho), 533 metros da Serra de Ariques e 618 metros do vértice geodésico situado no cimo da Serra de Alvaiázere (figura 8).

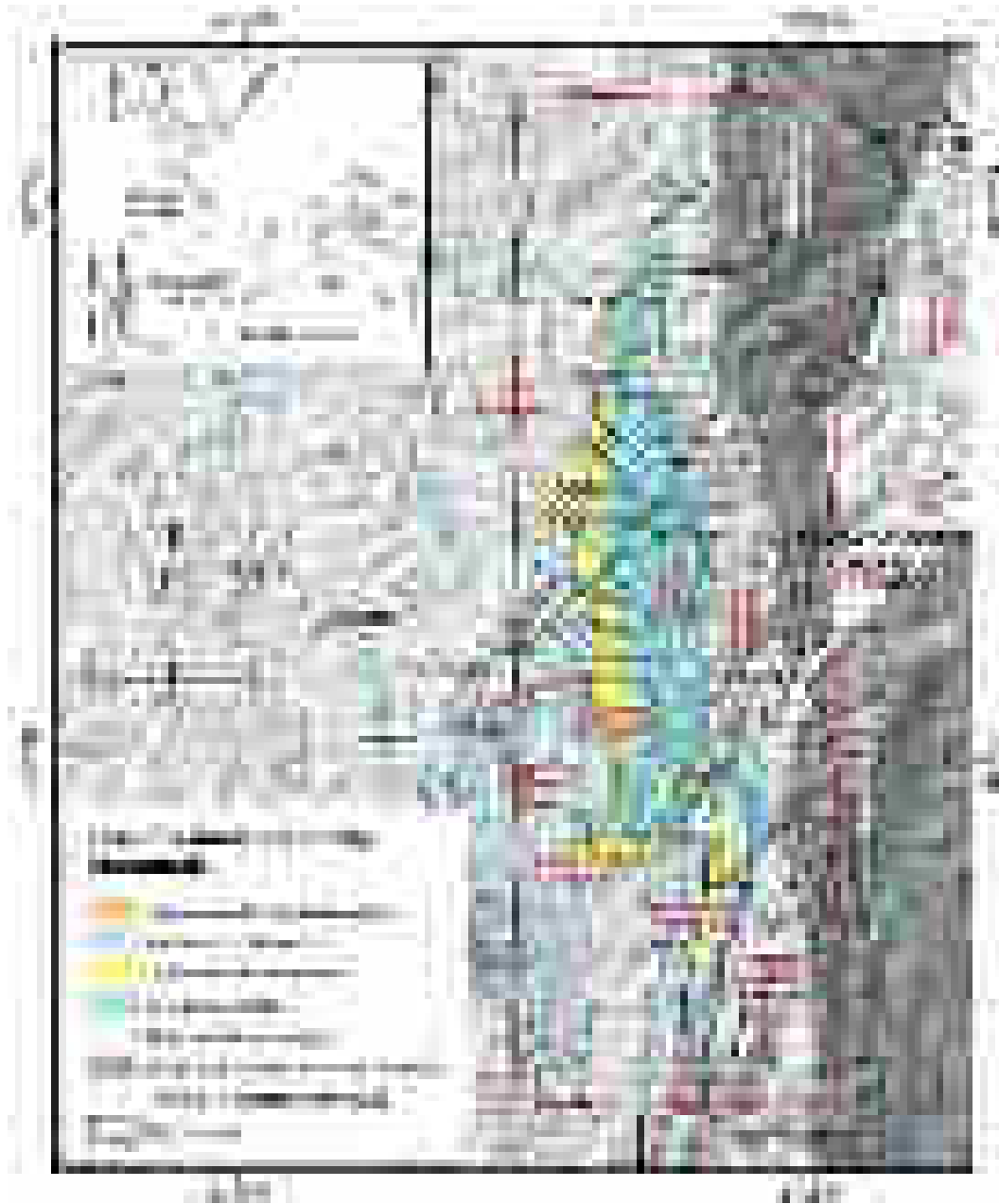


Figura 7 – Unidades morfo-estruturais do Maciço de Sicó
Fonte: Dimuccio, L.; Cunha, L., 2015

A análise dos declives é determinante para a definição da aptidão agrícola, construtiva e florestal permitindo também a percepção dos riscos de erosão, drenagem hídrica e atmosférica. Do ponto de vista do ordenamento do território, a sua má interpretação pode levar à construção em terrenos instáveis ou à alteração da estabilidade do terreno resultando em



falhas, erosão acelerada e deterioração. Para esta abordagem foram consideradas cinco classes de declives descritas em seguida:

- 0 a 3 % - declives quase planos com escoamento superficial lento e com aptidão agrícola e construtiva, pode apresentar limitações ao nível da drenagem em terrenos pouco permeáveis;
- 3 a 8 % - declives suaves com aptidão agrícola e construtiva;
- 8 a 16 % - declives moderados que apresentam risco de erosão e algumas limitações à construção;
- 16 a 25% - declives acentuados com risco de erosão acentuado e que implicam grandes alterações no território para a viabilização da agricultura e de atividades construtivas;
- < 25 % - declives muito acentuados com elevado risco de erosão e impeditivos para todas as atividades antrópicas.

A figura 9 permite perceber a distribuição dos declives no território em análise.

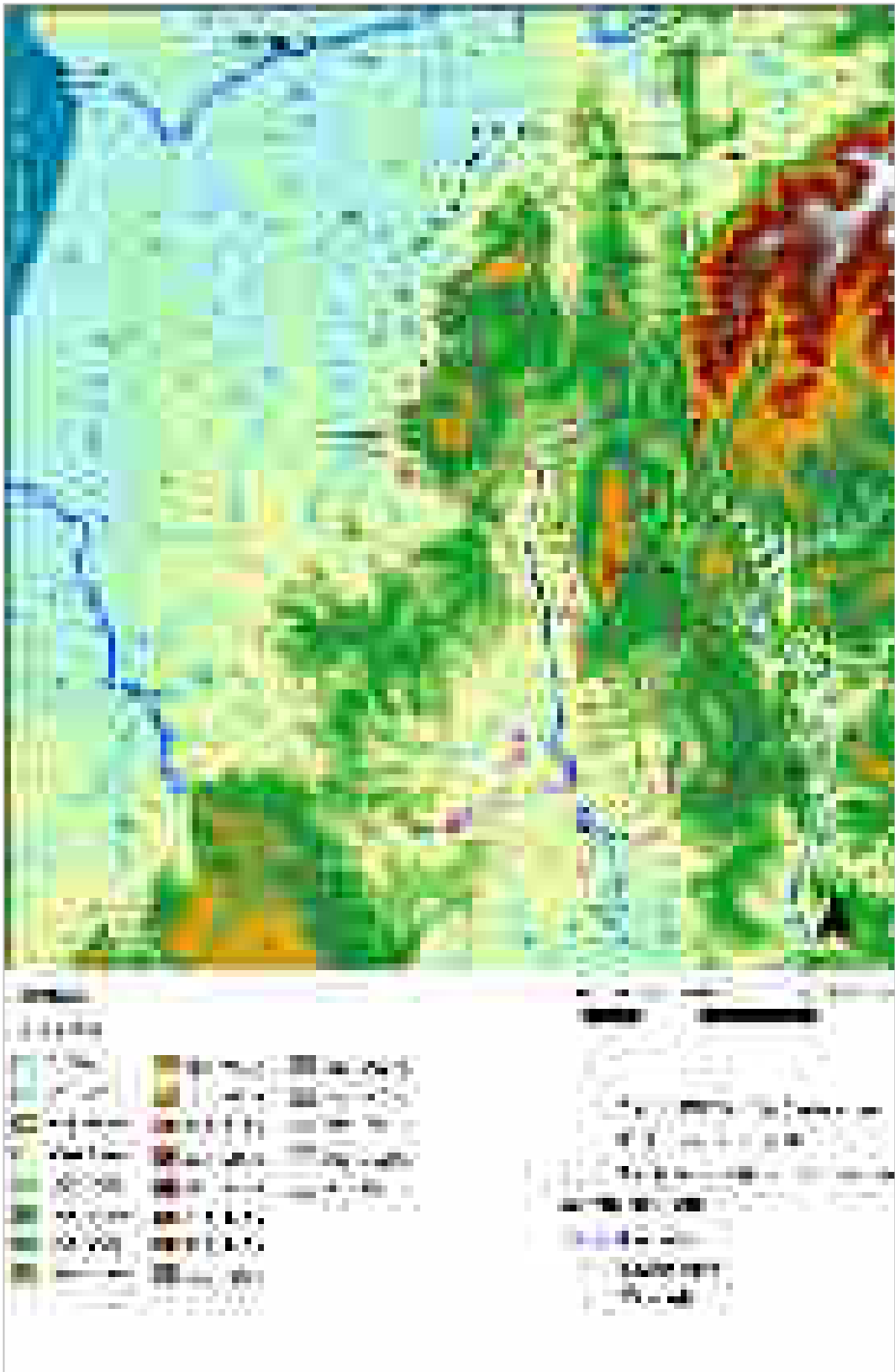


Figura 8 – Carta Hipsométrica
 Fonte: EPIC WEB GIS, 2019

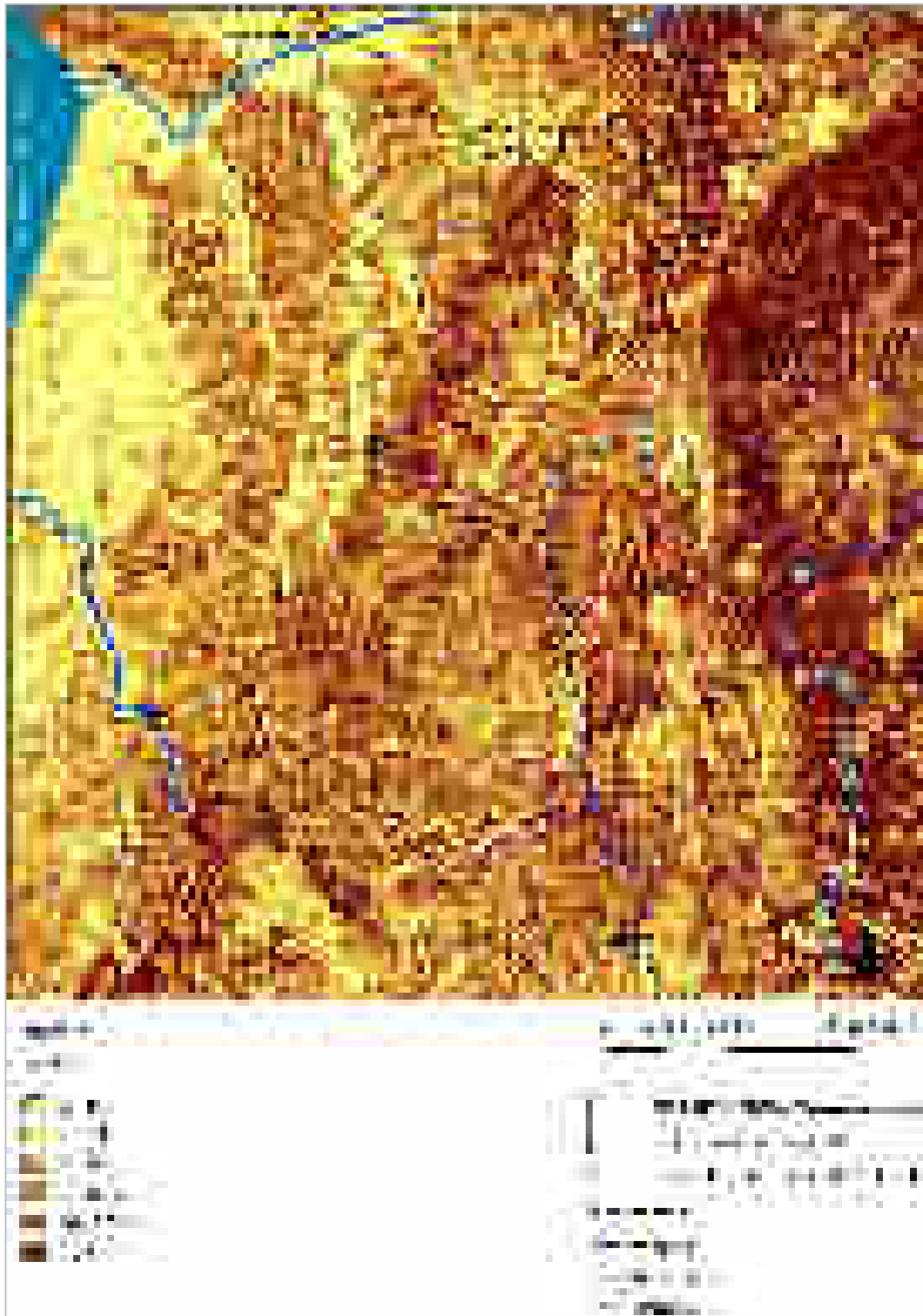


Figura 9 – Carta de Declives
Fonte: EPIC WEB GIS, 2019



Dentro da área de estudo, os terrenos mais planos, com pendentes inferiores a 3%, correspondem aos vales dos Rio Nabão e do Rio de Mouros. Na serra de Sicó são também observáveis junto aos aglomerados do Rabaçal, em Penela, e na Charneca e na Várzea, em Pombal, a norte da área classificada como Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sicó Alvaiázere. A nascente podemos encontrá-los nos planaltos de Condeixa, em Zambujal e em Ansião, junto das povoações Relvas e da Tojeira. A esta classe está normalmente associada aquela que corresponde aos declives entre 3 e 8 %, nomeadamente junto às povoações de Santiago da Guarda, Ansião, Avelar, Alvaiázere e dispersos um pouco por toda a restante área.

As classes de 8 a 16% e 16 a 25% encontram-se um pouco por toda a área, aparecendo normalmente seguidos sem apresentar um padrão dominante. As maiores manchas situam-se em Chão do Ulmeiro e Ramalhais de Cima, junto à serra do Rabaçal em Pombal; em Casais Maduros e Pousaflores, em Ansião; junto à Serra de Ariques na povoação com o mesmo nome em Alvaiázere.

A classe que compreende os declives superiores a 25% encontra-se mais bem representada a noroeste do Sítio de Importância Comunitária Sicó-Alvaiázere próximo das povoações de Redinha e Pousadas Vedras, em Pombal. A nascente da área de estudo, esta classe é também muito representativa próximo de Espinhal, na encosta da Serra de Penela.

A orientação das vertentes é determinante no conforto bioclimático do território influenciando a temperatura e luminosidade e consequentemente o mosaico vegetal que se instala nestas encostas. Para a análise deste território foram utilizadas cinco categorias para a classificação da exposição solar, são elas:

- Norte – encostas mais frias, sombrias e húmidas com pouca exposição à luz natural;
- Este – encostas amenas onde a luz natural surge principalmente no início do dia;
- Sul – encostas quentes, expostas à luz natural durante a maior parte do dia;
- Oeste – encostas amenas mais quentes com maior luminosidade no final do dia;
- Sem exposição predominante – sem características específicas, exposto a todas as orientações.

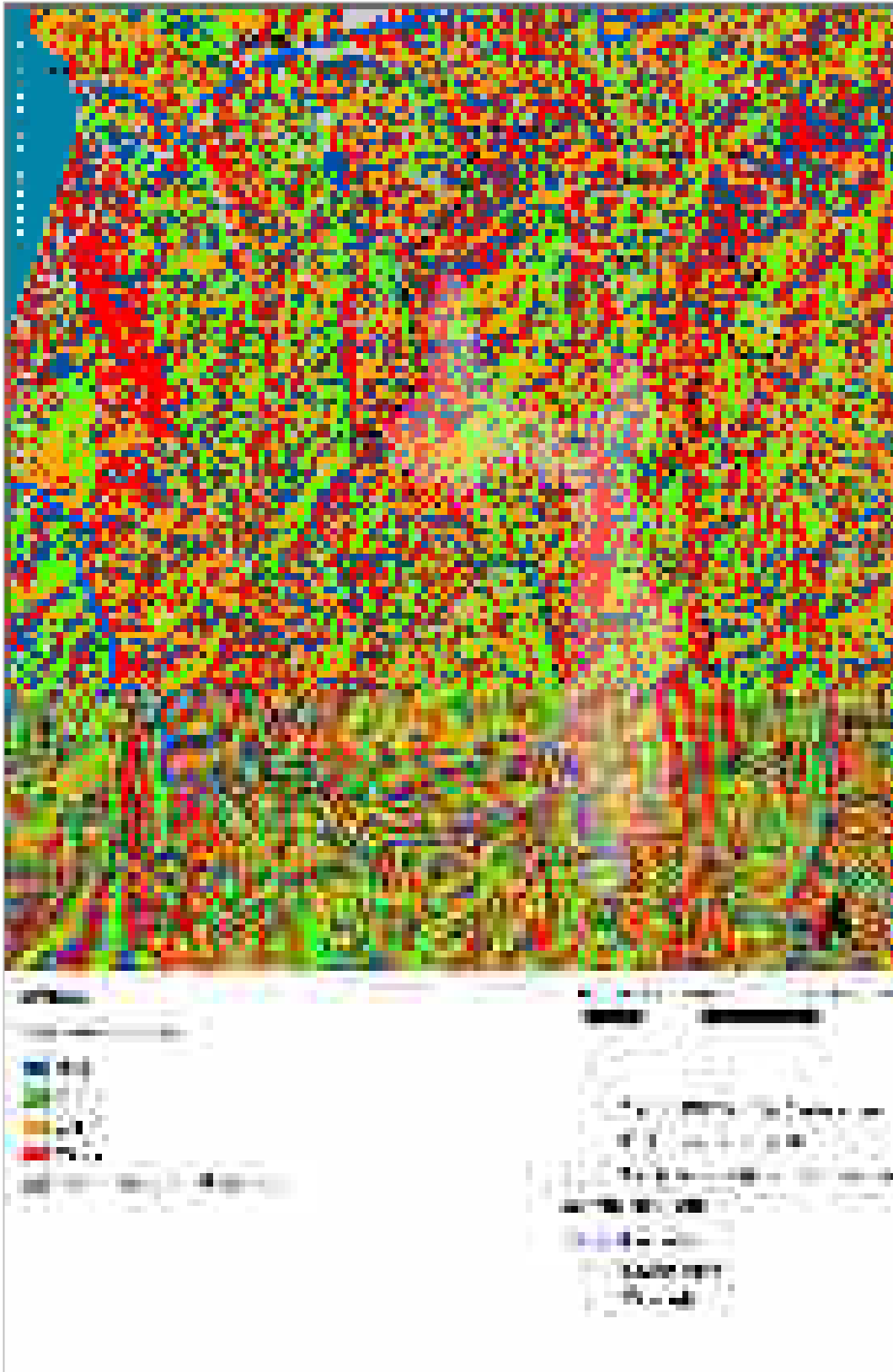


Figura 10 – Carta de Exposição de Vertentes
Fonte: EPIC WEB GIS, 2019



Através da interpretação da figura anterior, podemos verificar que a exposição dominante é a que está orientada a poente, mais de 30% da área de estudo, nomeadamente na Serra de Alvaiázere onde se localizam as povoações de Ariques e Bofinho.

As vertentes voltadas a nascente encontram-se normalmente associadas à exposição sul ocupando respetivamente 22% e 23% da área de estudo. Estas aparecem em áreas menores dominando as encostas de Degracias e Ramalhais.

A exposição Norte é a menos característica e aparece a norte da área de estudo nos vales dos rios que desaguam no Rio Mondego, como por exemplo no vale do Rio de Mouros próximo da aldeia do Rabaçal.

2.2.2. Geologia

Ao nível geológico, como evidencia a figura que se segue, a área de estudo é dominada por um substrato calcário - calcários dolomíticos, calcários margosos e margas do período Jurássico, que ocupa toda a área central da área de estudo. A nascente predominam os grés vermelhos (de Silves) do Jurássico-Triásico, bem como a poente os conglomerados e arenitos do Paleogénico marcam presença.

Do ponto de vista estratigráfico, o Maciço de Sicó compreende um conjunto de rochas essencialmente jurássicas e possui 3 zonas com características morfológicas distintas:

- A zona leste, onde se abre uma ampla depressão, aproveitada em grande parte pelo rio Dueça, e que apresenta dominada pelas colinas domíticas;
- A zona central-este, essencialmente constituída por depressões calcomargosas, e que estabelece a passagem das colinas dolomíticas a este, para as serras e planaltos calcários a oeste;
- A zona centro e oeste, dominada pelas serras e planaltos calcários, onde se encontram as cotas mais altas de todo o maciço.

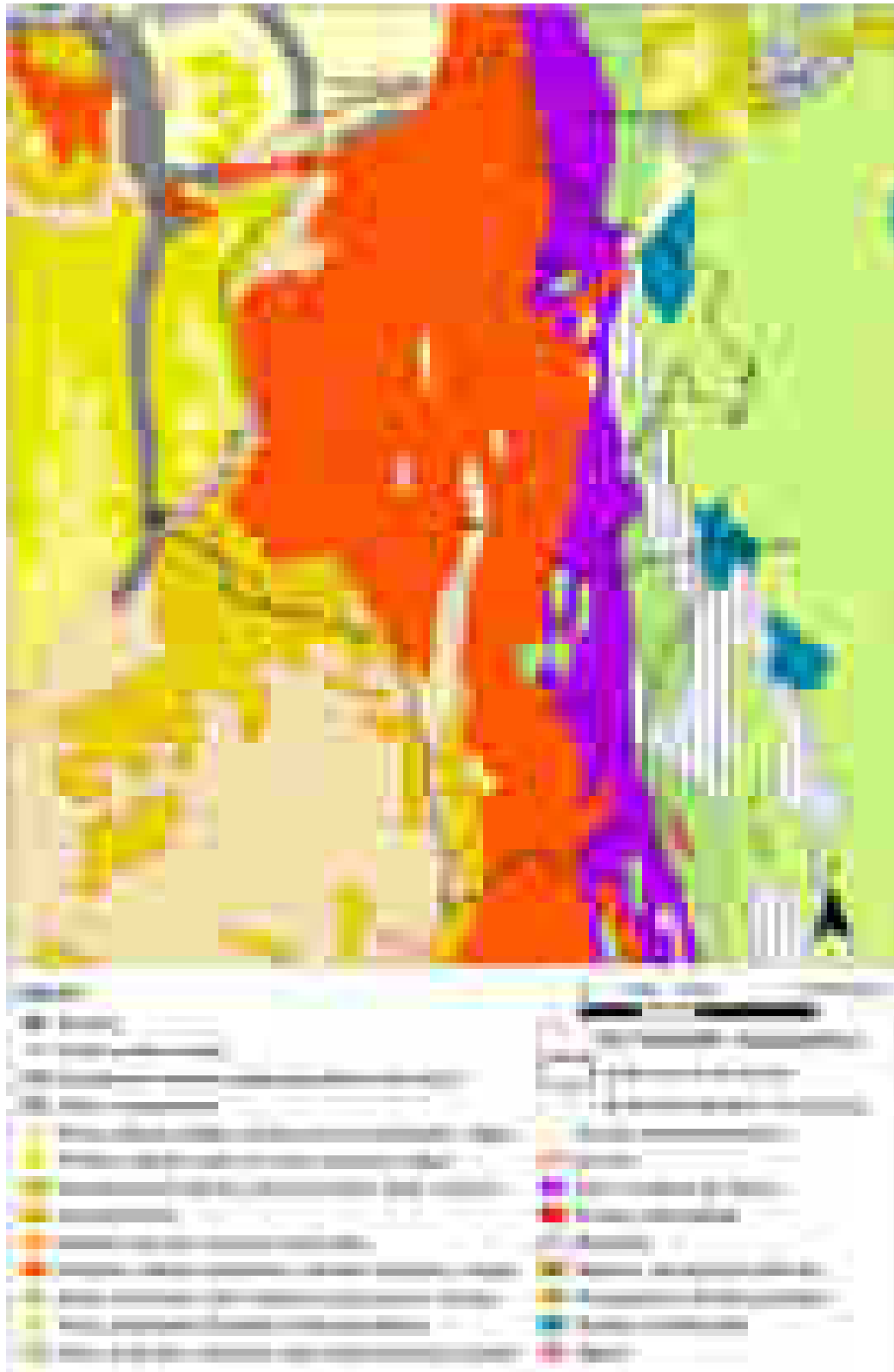


Figura 11 – Carta Litológica
 Fonte: APA; 2015

O Maciço de Sicó, deve grande parte das suas características morfológicas, paisagísticas e ambientais à presença de rochas calcárias e aos processos de evolução cársica do relevo. Este Maciço calcário desenvolve-se em rochas carbonatadas jurássicas, verificando-se a sobreposição de calcários dolomíticos (Liásico Inferior), calcários margosos e margas (Liásico Médio e Superior), calcários (Dogger) e novamente calcários margosos (Malm).

Este Maciço Calcário tem características estruturais e geomorfológicas que conduzem a uma forte penetração das águas superficiais no interior da massa calcária, tornando a superfície seca e nua. A série calcária do Dogger, da região da Serra de Sicó, apresenta características que levam a correlacioná-la com a série do Dogger do Maciço Calcário Estremenho, tanto a nível crono como litoestratigráfico. A falha da Nazaré terá tido um papel decisivo no espessamento das séries calcárias na zona da Serra de Sicó.



Figura 12 – Carta Geológica
Fonte: LNEG; 1992



A geologia deste sistema montanhoso composto essencialmente por rochas calcárias promove o aparecimento de formações e cavidades cársticas. Neste sentido é importante referir as diferentes formas de relevo ao nível da geomorfologia, tais como:

- As buracas que são pequenas reentrâncias de desenvolvimento horizontal de formação distinta pouco profundas que raramente atingem as dezenas de metros, são totalmente abertas para o exterior sem qualquer relação com o carso profundo. Nesta área podem ser observadas junto à povoação de Casmilo;
- As lapas, semelhantes às buracas, mas com aberturas mais estreitas, têm maior desenvolvimento interior e uma relação mais ao menos evidente com o carso profundo. Estas formações podem ser observadas no Vale do Poio, tendo normalmente uma entrada de forma ogival, cuja origem e evolução está ligada à dissolução (Cunha, 1986) e, perto de Taliscas, na Lapa ativa do Soprador do Carvalho que tem mais de 4km de extensão explorados (Cunha, Dimunccio e Paiva, 2018);
- Os Algarés, poços que põem em contacto o exterior do maciço rochoso com as grutas que se encontram no interior, nomeadamente o Abismo de Sicó com 107 metros de profundidade (Cunha, Dimunccio e Paiva, 2018);
- Os campos de Lapiás, que podem ser encontrados no Vale das Buracas. Estas estruturas são formas de pequena dimensão produzidas pela dissolução superficial do calcário são importantes para comprometer a escorrência superficial (Cunha, 1990);
- As Dolinas presentes no vale que separa o Monte de Sicó do Monte de Ouro e que atualmente já se encontram inventariadas mais de uma centena. Estas formações são o aspeto morfológico mais característico dos sistemas cársticos uma vez que se desenvolvem em rochas com um certo grau de solubilidade. São depressões fechadas de forma circular que têm origem direta ou indireta no trabalho corrosivo das águas (Cunha, 1990);
- E as Grutas, de diferentes tipos, dimensões e características quase todas localizadas nos planaltos calcários, uma vez que se formam pela dissolução do calcário, provocada pela acidez da água da chuva.

2.2.3. Solos

O solo é formado pela ação do clima, balanço hídrico, relevo, formas de vida e do Homem sobre a rocha-mãe sendo constituído por substâncias minerais e orgânicas dissolvidas em



água e no ar. Esta componente biofísica é caracterizada pela forma, estrutura, textura, profundidade, concentração de matéria orgânica, acidez, nutrientes e disponibilidade de água.

Os solos da Serra de Sicó provêm de um maciço calcário que contribui para a constituição de solos básicos e que apresentam as seguintes limitações para o desenvolvimento da flora:

- Ph elevado devido à sua composição química e que apresenta um risco de erosão também alto;
- Baixos níveis de matéria orgânica com implicações na resiliência do solo, na sua produtividade, fertilidade e sustentabilidade dos sistemas;
- Baixa disponibilidade de fósforo, um dos nutrientes mais limitativos do crescimento.

Na área de estudo, identificados por ordem de relevância, estão presentes os seguintes grupos de solos: os Cambissolos, um pouco por toda a área e os Luvisolos, sob as formações geológicas de calcário nos topos das serras.

Os Cambissolos são solos pouco espessos constituídos por material mineral. Nesta área existem Cambissolos Cálcicos e Cambissolos Crômicos, no topo das serras nomeadamente na região do Rabaçal. Os Cambissolos Húmicos têm uma representação inferior aos anteriormente descritos, estando presentes a nascente da área de estudo. Com menor expressão, aparecendo apenas no vale do Rio Nabão, estão os Cambissolos Eutricos, um tipo de solo pouco desenvolvido constituídos por partículas de rochas sedimentares post-Paleozóicas de granulometria variável.

Os Luvisolos Rodocrômicos Cálcicos localizam-se a poente da área de estudo. Estes solos são constituídos por material mineral com presença de argila, o que lhes confere uma cor avermelhada, conforme se pode observar na figura 13.

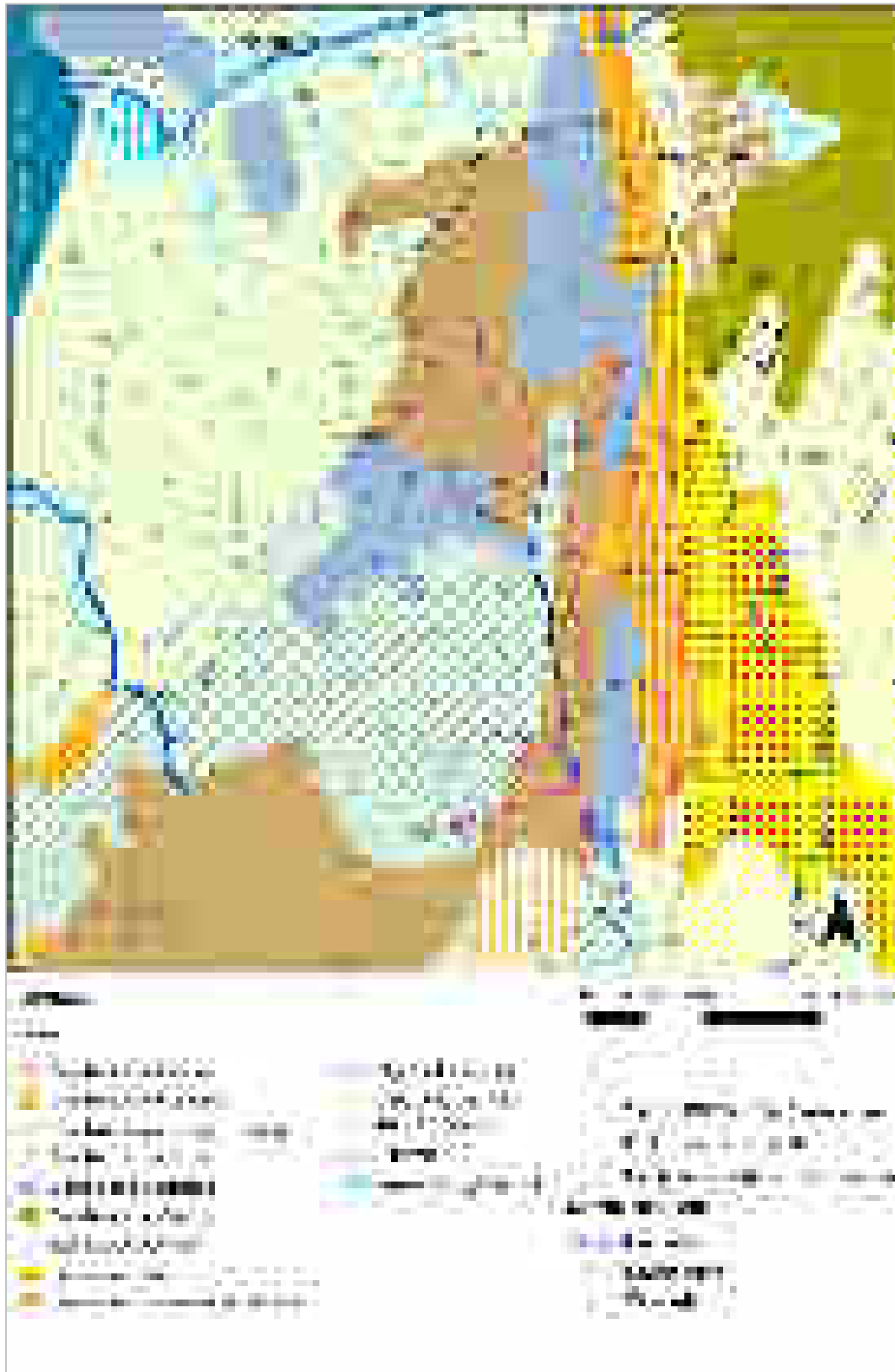


Figura 13 – Carta de Solo
 Fonte: APA; 2015



Figura 14 – Olival com Luvisolos Rodocrômicos Calcicos na zona de Ariques
Fonte: Equipa Técnica, 2019

Os tipos de solo presentes na área de estudo têm pouca profundidade, limitando o crescimento da vegetação. Esta condição levou à apropriação do território para usos menos exigentes tais como os olivais, as pastagens ou a floresta.

2.2.4. Hidrografia

Os recursos hídricos são influenciados pelas características geológicas, geomorfológicas e climáticas de cada região condicionando a distribuição da flora, da fauna e das povoações moldando assim a paisagem. Uma vez que a água é um fator determinante na construção da paisagem, considera-se também relevante a apresentação de um enquadramento hidrológico da região (figura 15).

A Serra de Sicó encontra-se abrangida pelas bacias hidrográficas do Rio Tejo, a sul, do Rio Mondego, a norte e do Rio Lis a poente. A figura 16 representa as linhas de fecho e os talwegues mais relevantes da área de estudo.

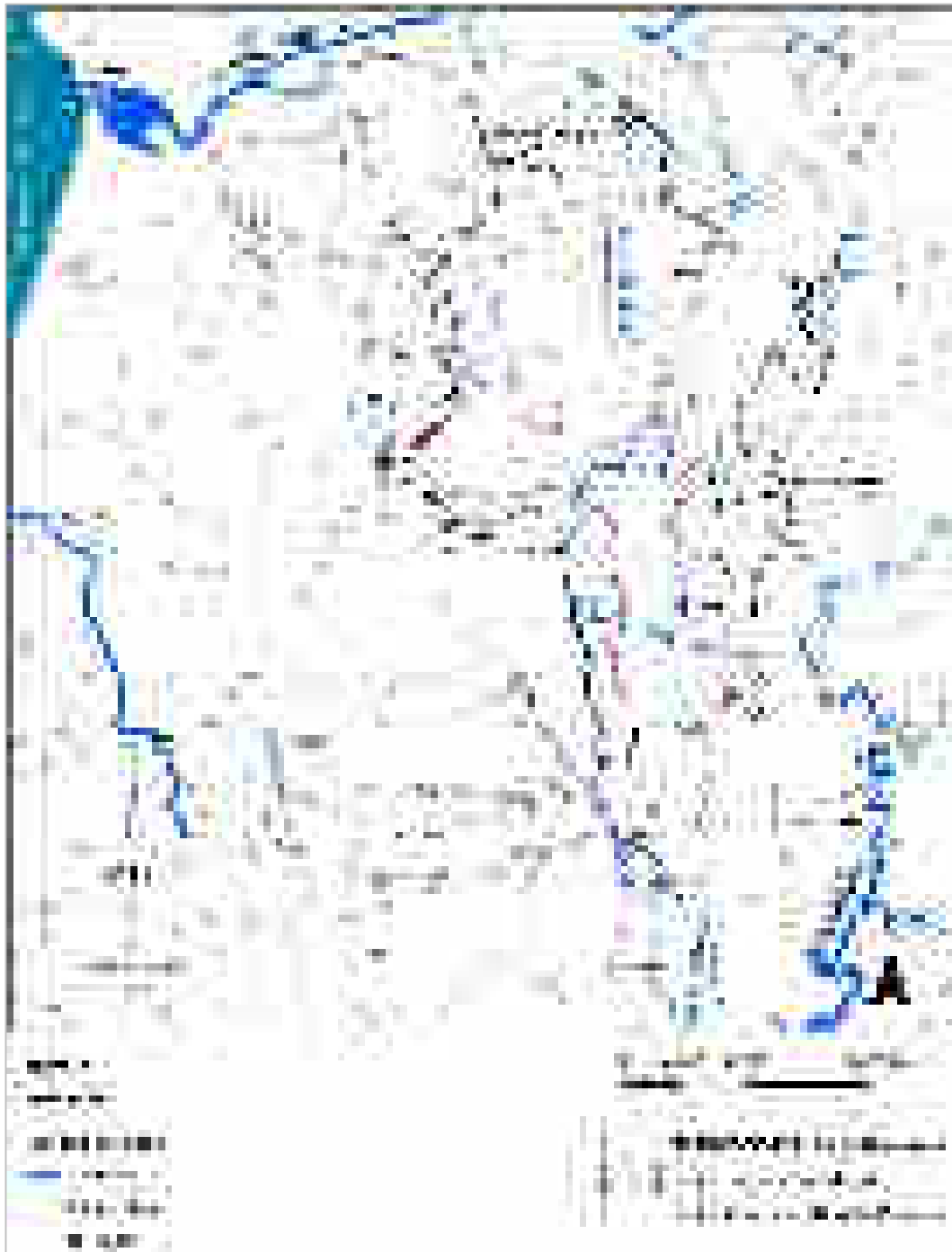


Figura 15 – Carta da Rede Hídrica Estruturante
Fonte: EPIC WEB GIS, 2019

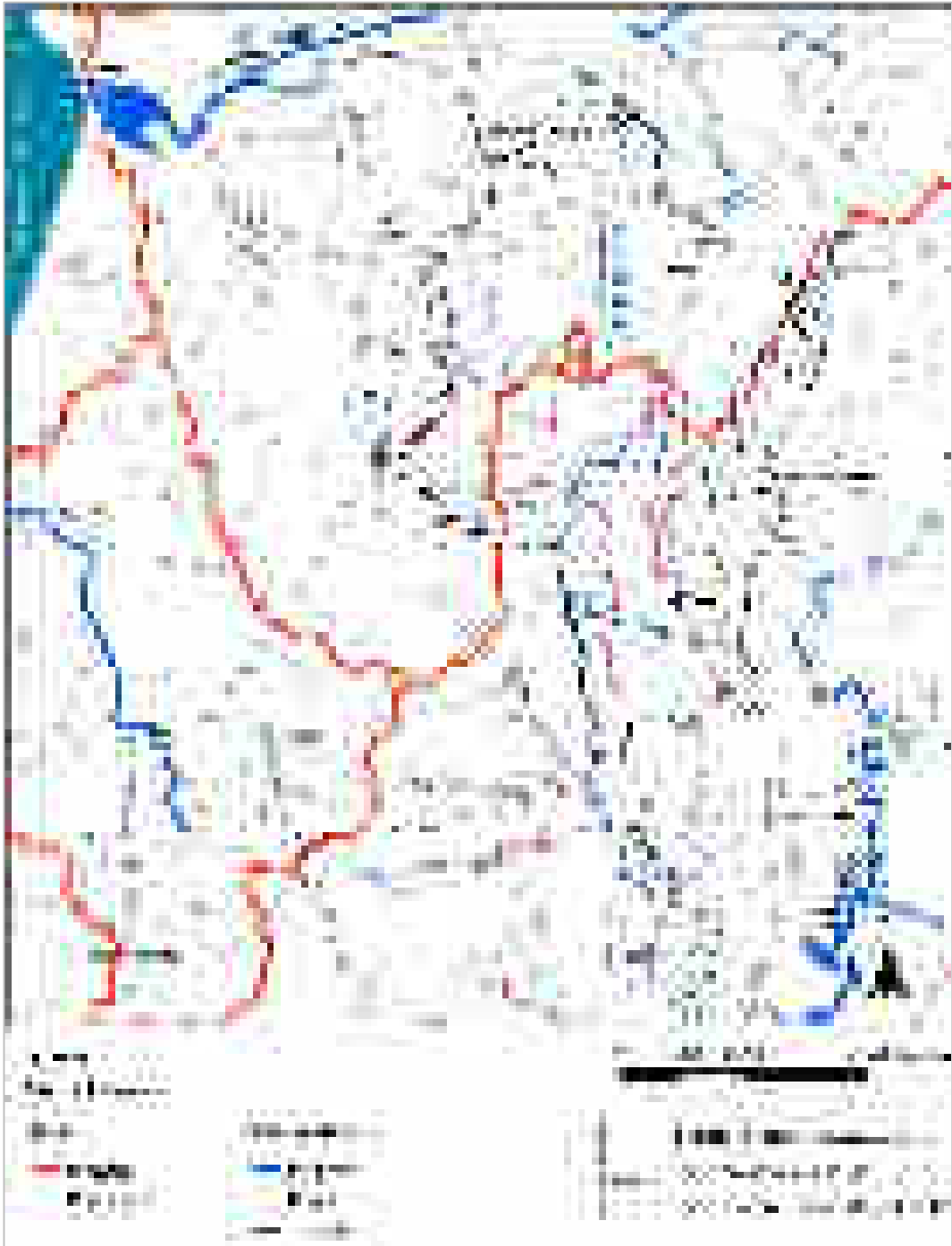


Figura 16 – Carta de Festos e Talvegues
 Fonte: EPIC WEB GIS, 2019

A bacia hidrográfica do Tejo engloba as sub-bacias hidrográficas do Rio Zêzere e dois dos seus afluentes: o Rio Nabão e o Rio Unhais, já fora da área de estudo. A norte da Serra de Sicó existe uma maior quantidade de sub-bacias hidrográficas de rios de menores dimensões,



nomeadamente: do Rio Anços, do Rio de Mouros e do Rio Corvo. Estas linhas de água nascem nas serras do sistema central e vão desaguar ao longo do Rio Mondego (figura 17).

Na encosta voltada a sul encontra-se a principal linha de água da área de estudo que é o Rio Nabão. Este afluente do Rio Zêzere nasce no lugar de Olhos de Água, seguindo para sul em direção a Tomar onde desagua após percorrer 66 km (CCDR-LVT, 2018). Os principais afluentes deste rio são o Ribeiro das Quebradas e a Ribeira da Barroca, na área de estudo, e as ribeiras: da Salgueira, de Caxarias, do Olival, do Cuvo, da Bezelga e da Lousã, a sul, no seu percurso até ao Rio Zêzere. A vertente norte da área de estudo apresenta características diferentes, uma vez que não existe um curso de água principal para onde drenam as restantes linhas de água, mas várias de menores dimensões que desaguam no Rio Mondego entre a cidade de Coimbra e a sua foz, nomeadamente: os rios Arunca, Anços, de Mouros e Corvo.

O sistema hídrico da serra de Sicó é tipicamente cársico com a drenagem subterrânea organizada em torno de um pequeno número de nascentes permanentes com caudal elevado (Almeida et al., 2000). O maciço de Sicó corresponde ao setor centro-norte do aquífero cársico Sicó-Alvaiázere. A descarga deste sistema é realizada maioritariamente para a vertente oeste ao longo de um conjunto de nascentes nomeadamente as exurgências dos Olhos d'Água do Anços e do Ourão (Paiva et al., 2012) localizados na margem direita do Rio Anços, afluente do Rio Arunca e subafluente do Rio Mondego (Cunha et al., 2018). De menor relevância, com importância secundária identificam-se a nascente da estrada, caruncho e a nascente da rainha (Almeida et al., 2000). A oriente do maciço, onde existe contacto com calcários margosos menos permeáveis surgem as nascentes de Alcamouque, Alvorge e Legação (Almeida et al., 2000). A drenagem subterrânea também pode ser feita por malhadouros, que são pequenas exurgências ocasionais que funcionam como válvulas de escape do sistema hídrico, a maior parte presente no canhão fluvio-cársico do Vale do Poio Novo (Dimuccio, Cunha 2017).

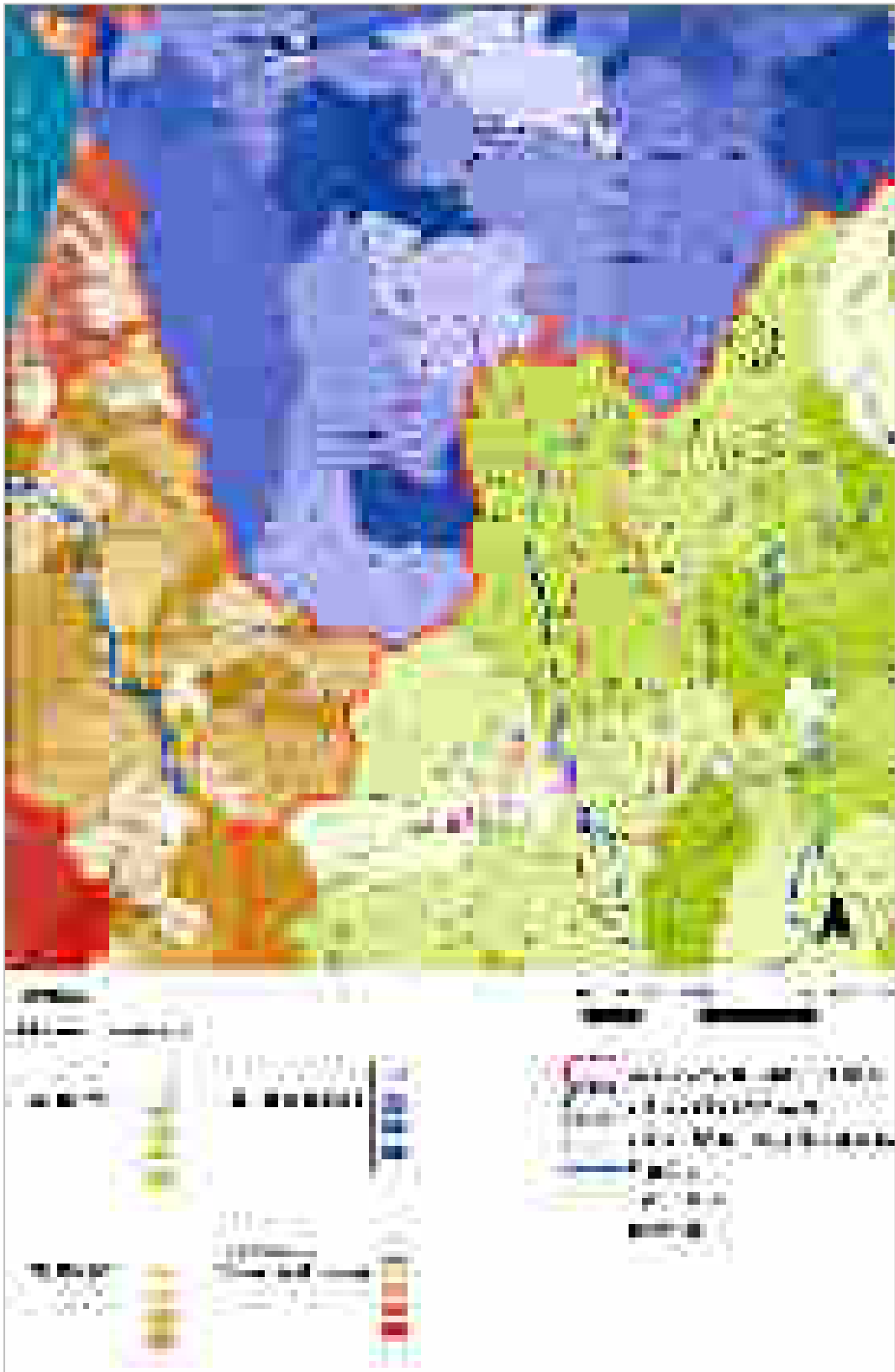


Figura 17 – Carta de Bacias Hidrográficas
Fonte: APA, 2011

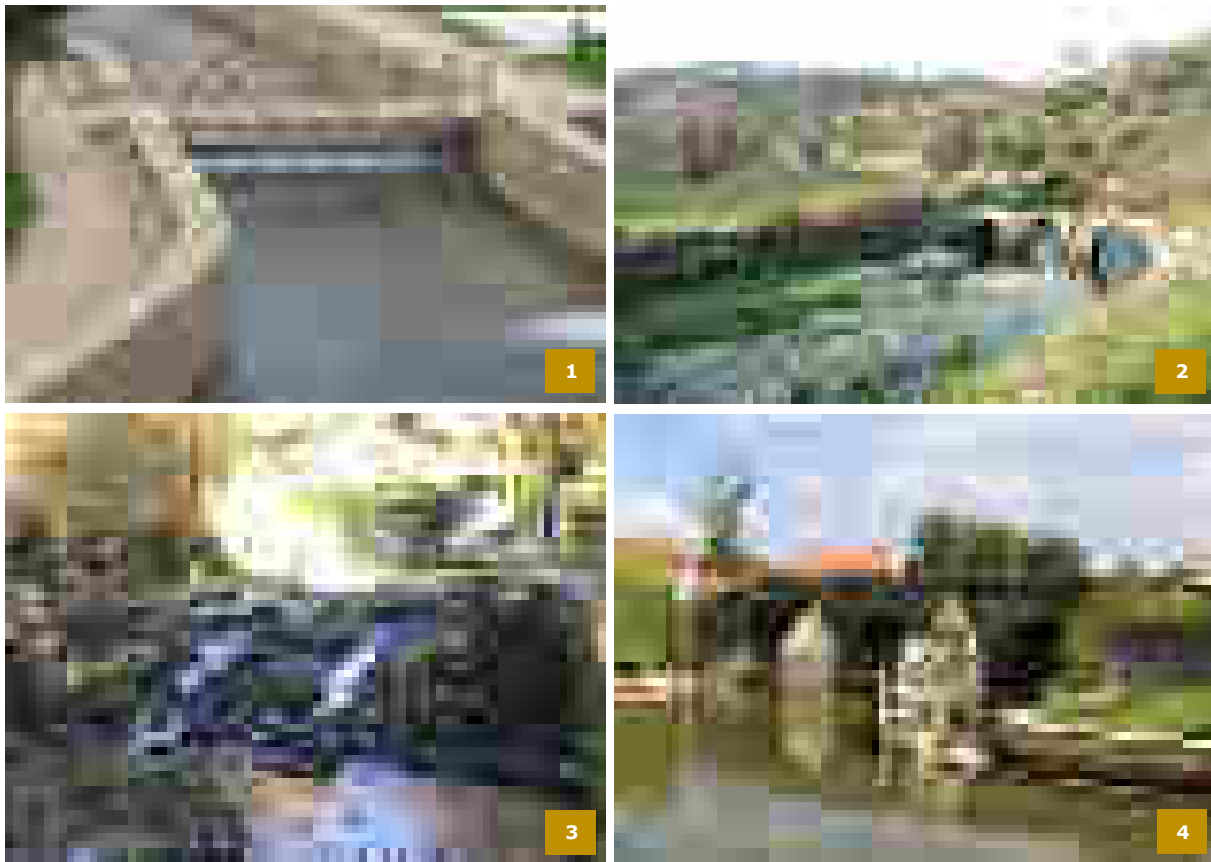


Figura 18 – Linhas de água: 1- Rio Nabão na Vila de Ansião, 2- Rio Nabão no lugar Marquinho (Ansião), 3- Olhos de Água do Rio Anços em Redinha, 4- Ponte sobre o Rio Anços

Fonte: <http://www.cm-ansiao.pt/> | <https://3.bp.blogspot.com/-yjQU9NCn1sg/UbH83leLD9I/AAAAAAAAAMQA/fd75HSIWWhCo/s640/carnaval+2011+150.jpg> | <http://sicoaldeiadovale.weebly.com/> | <http://www.terrasdesico.pt/>

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

A Classificação vai decorrer da verificação de que “a **biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem**, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma **relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão**”.

Deste modo, e não esquecendo o primordial, o Sítio de Importância Comunitária, o sistema Serrano de Sicó beneficia das suas características geomorfológicas, hidrológicas e bióticas, o que o torna muito peculiar em termos património natural e de biodiversidade, como podemos verificar na imagem e nos pontos seguintes.

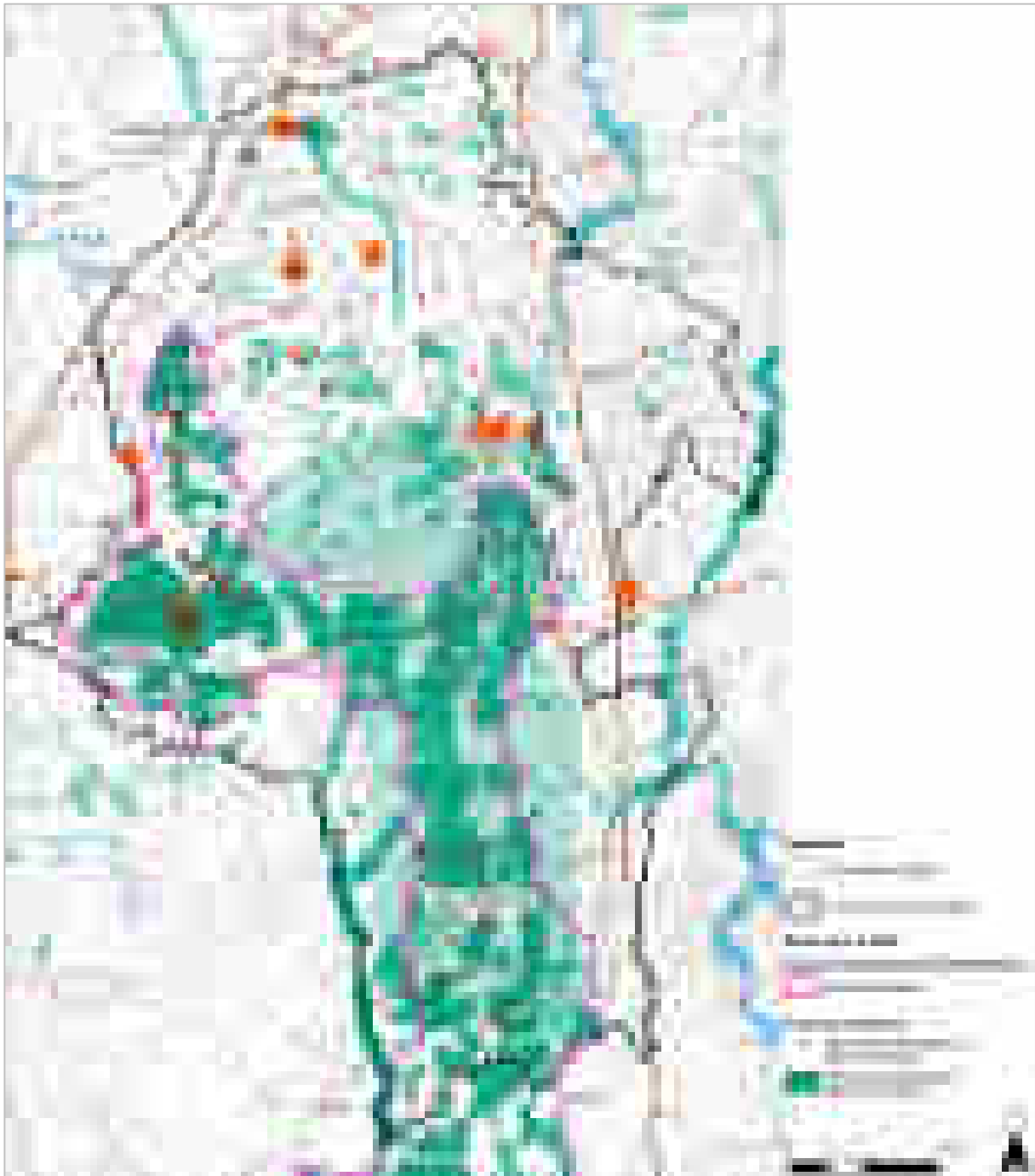


Figura 19 – Património Natural
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)



2.3.1 Património Geológico e Geomorfológico

Todos os concelhos das Terras de Sicó possuem cavidades e quase todas as diferentes litologias possuem grutas, com especial incidência nos calcários mais puros e carsificáveis do Jurássico Médio.

O património geológico compreende as ocorrências naturais de elementos da geodiversidade – os **geossítios** – que possuem excecional valor científico. Trata-se de locais onde os minerais, as rochas, os fósseis, os solos ou as geoformas possuem características próprias que nos permitem conhecer a história geológica do nosso planeta. Os geossítios possuem um valor educativo e turístico, cujo uso sustentado deve ser promovido para usufruto da sociedade.

Recorremos à base de dados do inventário nacional do património geológico, que reúne os principais locais em Portugal (geossítios) onde ocorrem elementos da geodiversidade (minerais, fósseis, rochas, geoformas) com elevado valor científico. Este inventário é um dos resultados do projeto de investigação *“Identificação, caracterização e conservação do património geológico: uma estratégia de geoconservação para Portugal”* (PTDC/CTE-GEX/64966/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia entre 2007 e 2010. Este inventário integrará o Sistema de Informação do Património Natural e o Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados, da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

Deste modo, e apesar das cavidades do maciço serem em geral pequenas e de pouco desenvolvimento, são de destacar algumas pela sua dimensão e beleza, mas também pelo património geológico e geomorfológico singulares. Por conseguinte, destacam-se na **área de estudo 7 Geossítios**, sendo eles:

- **Buracas do Casmilo** (Condeixa/ Soure) – geossítio inserido na categoria temática de sistemas cárscicos, sendo que aparecem inevitavelmente associadas ao Vale das Buracas, pequeno canhão fluviocársico com as vertentes quase totalmente escavadas por abrigos sob rocha e pequenas lapas, as célebres buracas onde, até há pouco tempo, se agasalhavam os rebanhos de cabras e ovelhas, e que ainda hoje alimentam histórias e lendas. As buracas correspondem a pequenas reentrâncias de desenvolvimento horizontal, cuja abertura e profundidade raramente ultrapassam a dezena de metros. Embora possam ser entendidas como testemunhos de formas do



carso profundo, elas relacionam-se, antes de mais, com a evolução superficial das vertentes calcárias escarpadas, devendo ter-se formado em épocas mais frias que a atual, provavelmente durante o último período frio do Quaternário.

- **Maria Pares** (Condeixa-a-Nova) – inserido na categoria de registo jurássico na bacia lusitaniana, está localizado nas imediações das povoações de Zambujal e do Rabaçal, como um dos mais completos de Portugal no que se refere a parte do Jurássico Inferior e base do Jurássico Médio. Entre as diversas valências que tornam este local singular no panorama da geologia portuguesa, a ocorrência de bioconstruções de espongiários siliciosos é a que parece atingir maior repercussão internacional. De facto, estas esponjas constituem as únicas referências existentes para o Toarciano.
- **Tufos de Condeixa e Vale do Rio dos Mouros** (Condeixa-a-Nova) - inserido na categoria temática de sistemas cárscicos, o seu valor científico prende-se com o facto de ser a maior extensão de tufos calcários cortados por um vale íngreme em canhão.
- **Nascentes de Anços e Vale dos Poios** (Pombal) - inserido na categoria temática de sistemas cárscicos, o seu valor científico é devido à importância do conjunto de nascentes alinhadas ao longo do acidente marginal cuja escarpa suspendeu vales em canhão.
- **Deslizamento sin-sedimentar da Ateanha** (Ansião) - inserido na categoria temática da evolução tectónica meso-cenozóica da margem ocidental ibérica, trata-se de uma dos maiores e mais espetaculares estruturas de deslizamento sin-sedimentar conhecida na Bacia Lusitaniana, possuindo um conjunto de estruturas de deformação associadas ao deslocamento (sub-horizontal) de camadas do calcário compacto com geometria perfeitamente definida do Jurássico Médio sobre outras perfeitamente litificadas do Jurássico Inferior.
- **Início do enchimento da Bacia Lusitaniana** (Ansião) - inserido na categoria temática da evolução tectónica meso-cenozóica da margem ocidental ibérica, aqui observa-se a descontinuidade de base da Bacia Lusitaniana. No corte as unidades siliciclásticas vermelhas (conglomerados, arenitos e pelitos do Grupo de Silves -Triásico) assentam diretamente sobre unidades de xistos muito deformados do soco Paleozóico, pertencentes à Zona de Ossa Morena. A superfície de descontinuidade é plana, muito regular e encontra-se ligeiramente basculada para Oeste, o centro da bacia.



- **Transversal Ateanha – Dueça** (Ansião) - inserido na categoria temática de sistemas cárscicos, é o principal local onde se ilustra a passagem do acidente de Vale de Todos e área de drenagem das redes subterrâneas mais importantes do Maciço de Sicó-Alvaiázere.

Englobadas ou não nesses geossítios, salientamos algumas das **principais cavidades dos concelhos das Terras de Sicó**:

- **Gruta da Arrifana** (Condeixa-a-Nova), maior cavidade conhecida do concelho, 150m de desenvolvimento. No seu interior possui algumas formações de rara beleza.
- **Cova do Ladrão** (Soure), importante cavidade arqueológica, situada nas imediações das Buracas do Casmilo.
- **Algar da Janeia** (Penela), grande cavidade originada pelo abatimento de uma sala ou galeria subjacente. A sua boca mede 35m de diâmetro e a atinge uma profundidade de 45m. Possui no seu interior um microclima, facto que permitiu o estabelecimento de várias espécies vegetais já extremamente raras em Portugal.
- **Sistema do Dueça** (Penela), o maior sistema subterrâneo conhecido no maciço e um dos maiores de Portugal, totalizando quase 9km de galerias conhecidas. Este sistema espeleológico encontra-se ainda em fase de estudo e é composto por várias cavidades, sendo as principais:
 - **Algar da Várzea**, a mais importante gruta-perda do maciço, com 650m explorados;
 - **Gruta do Algarinho**, cavidade com 2500m muito interessante do ponto de vista morfológico e arqueológico;
 - **Gruta do Soprador do Carvalho**, é a maior cavidade conhecida no maciço, com aproximadamente 4500m de galerias conhecidas. No seu interior corre uma ribeira subterrânea que irá surgir no Olho do Dueça;
 - **Olho do Dueça**, a nascente do Rio Dueça, com 980m de desenvolvimento, sendo acessível através de um poço artificial e recorrendo a técnicas mergulho subterrâneo.



- **Gruta de Santa Maria da Estrela** (Pombal), durante muito tempo foi a maior cavidade do maciço, com 200m de galerias. É um importante abrigo de hibernação de morcegos.
- **Olhos d'Água do Anços** (Pombal), a nascente do Rio Anços, a mais importante exsurgência do maciço. A cavidade subaquática a ela associada é conhecida até 63m de profundidade, é um dos grandes sistemas de Sicó-Alvaiázere por desvendar.
- **Algar da Ervilha** (Pombal), com 52m de profundidade e 150m de galerias é a cavidade mais importante do Vale de Ereiras, onde existe a maior concentração de cavidades do maciço, 40 algares em 4km² (Thomas, C., 1986).
- **Algar da Lagoa** (Pombal), maior sala subterrânea do maciço, com uma área de 2000m² e uma profundidade de 48m. É um importante abrigo de morcegos.
- **Abismo de Sicó** (Pombal), é a cavidade mais profunda do maciço, com 107m de profundidade, a primeira a ultrapassar a mítica barreira dos -100m. Possui a maior vertical absoluta do maciço e umas das maiores conhecidas em Portugal, com 85m.
- **Gruta da Cerâmica** (Ansião), importante cavidade arqueológica, com 120m de galerias e algumas formações de rara beleza.
- **Olhos d'Água de Ansião** (Ansião), a nascente do Rio Nabão, cavidade acessível por meio de dois poços artificiais, que dão acesso a cerca de 100m de galeria. Esta exsurgência temporária foi explorada em mergulho até 70m de profundidade.
- **Buraca Grande da Porta** (Alvaiázere), gruta/mina de extração de ferro (hematite). No interior da cavidade foram encontrados materiais arqueológicos do período romano.
- **Algar da Água** (Alvaiázere), gruta situada no centro do grande Castro da Serra de Alvaiázere. É um importante abrigo de morcegos.
- **Olho do Tordo** (Alvaiázere), a nascente do Ribeiro do Tordo, cavidade acessível por meio de um poço artificial, dando acesso a 150m de galerias.

Na figura seguinte assinala-se o património geológico e geomorfológico identificado na área de estudo, sendo que este último encontra-se ainda discriminado no Anexo 1 do presente documento.

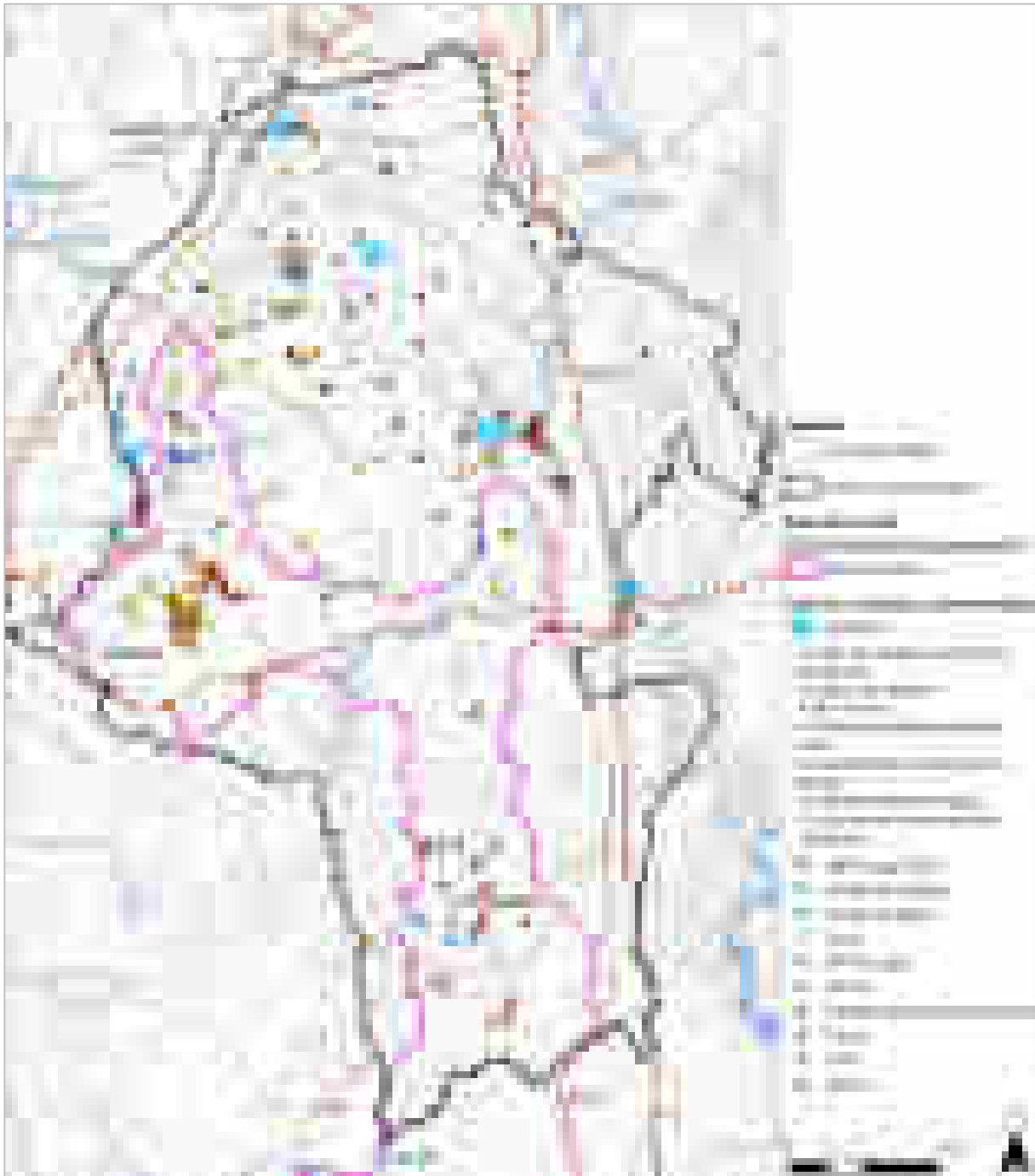


Figura 20 – Património Geológico e Geomorfológico
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)

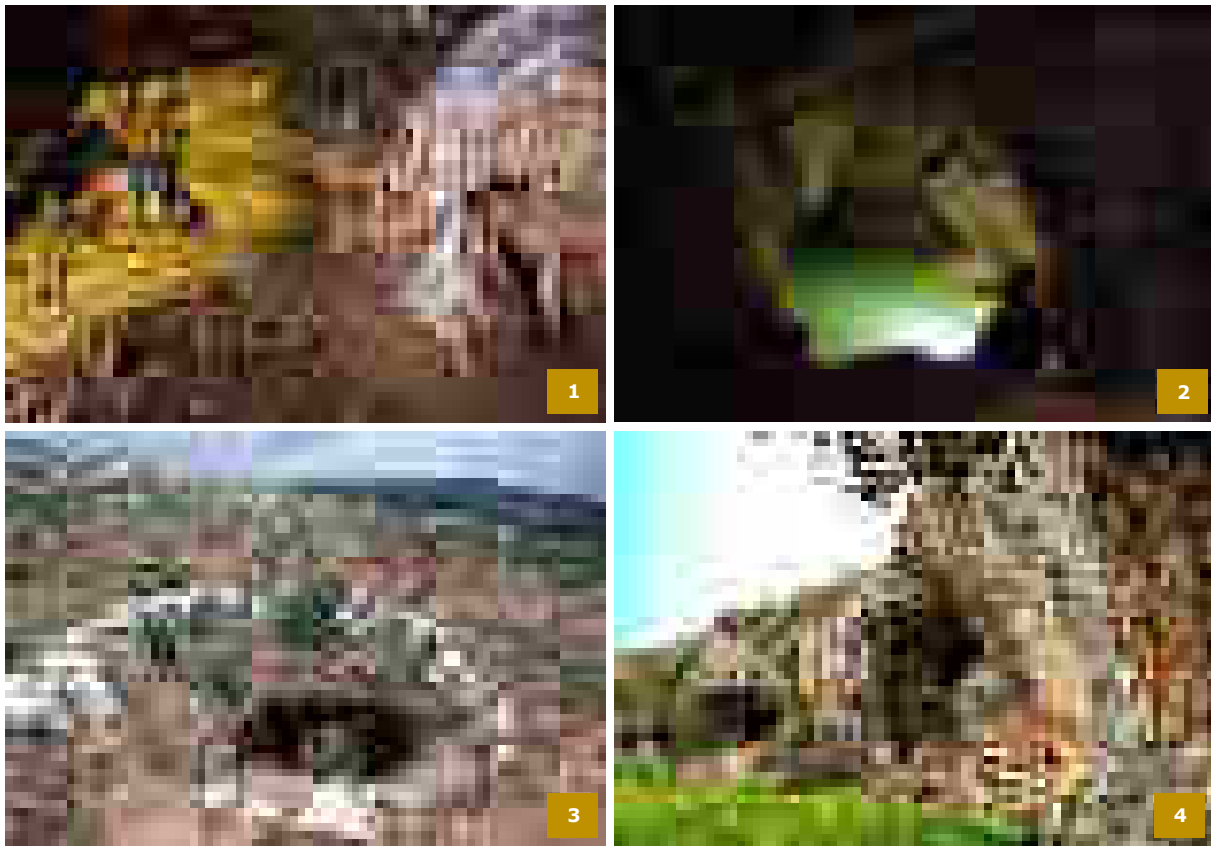


Figura 21 – Património Geológico e Geomorfológico: 1- Gruta do Soprador do Carvalho (Penela), 2- Olhos d'Água de Ansião (Ansião), 3- Algar da Lagoa (Pombal), 4- Buracas de Casmilo Condeixa-a-Nova/ Soure

Fonte: www.tripadvisor.pt/ nalga.wordpress.com/ <http://terrasico.pt/> www.noticiasdecoimbra.pt

2.3.2 Biodiversidade / Património Biológico: fauna, flora e habitats

Com efeito, é no SIC Sicó/Alvaiázere que existe uma maior informação das espécies e habitats, sendo que, sempre que possível, completamos esses valores naturais através da informação existente nos PDM e na COS, bem como pela observação nos ortofotomapas. Assim, resulta evidente a grande diversidade de habitats associados ao substrato calcário e a sua relevância para a conservação das espécies da flora dependente de calcários.

No que respeita ao património natural vivo, a Terras de Sicó possui uma elevada diversidade de habitats associados ao **substrato calcário**, incluindo **os maiores e mais bem conservados cercais do país** (carvalhais de carvalho-cerquinho – *Quercus faginea* Subsp. *Broteroi*, habitat 9240), bem como **manchas notáveis de azinhais** (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários (9340), em bom estado de conservação. Salienta-se que o habitat 9240,



inserido na Rede Natura 2000, na região mediterrânea, ocorre exclusivamente em território ibérico.

Merecem igualmente destaque os **habitats rupícolas, ricos em flora diversa**, caso dos **afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas** (8210) ou das **lajes calcárias**, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas (8240*), e os **prados rupícolas calcários ou basófilos com comunidades de plantas suculentas** (6110*) e os **arrelvados vivazes, com abundância de orquídeas** (6210). Ocorrem também **casalheiras calcárias** (8130), pobres em vegetação pela instabilidade do substrato e ausência de solo à superfície.

Destacam-se ainda os **habitats ripícolas**, ricos em flora diversa, **nomeadamente no caso das margens dos rios Nabão, Mouros, Dueça ou Corvo e Anços**, ocupadas por uma galeria praticamente contínua, em bom estado de conservação, de diversas espécies arbóreas, assinalando-se a **ocorrência de galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros brancos** (92A0) e de **bosques de amieiros ou freixos** (91E0*).

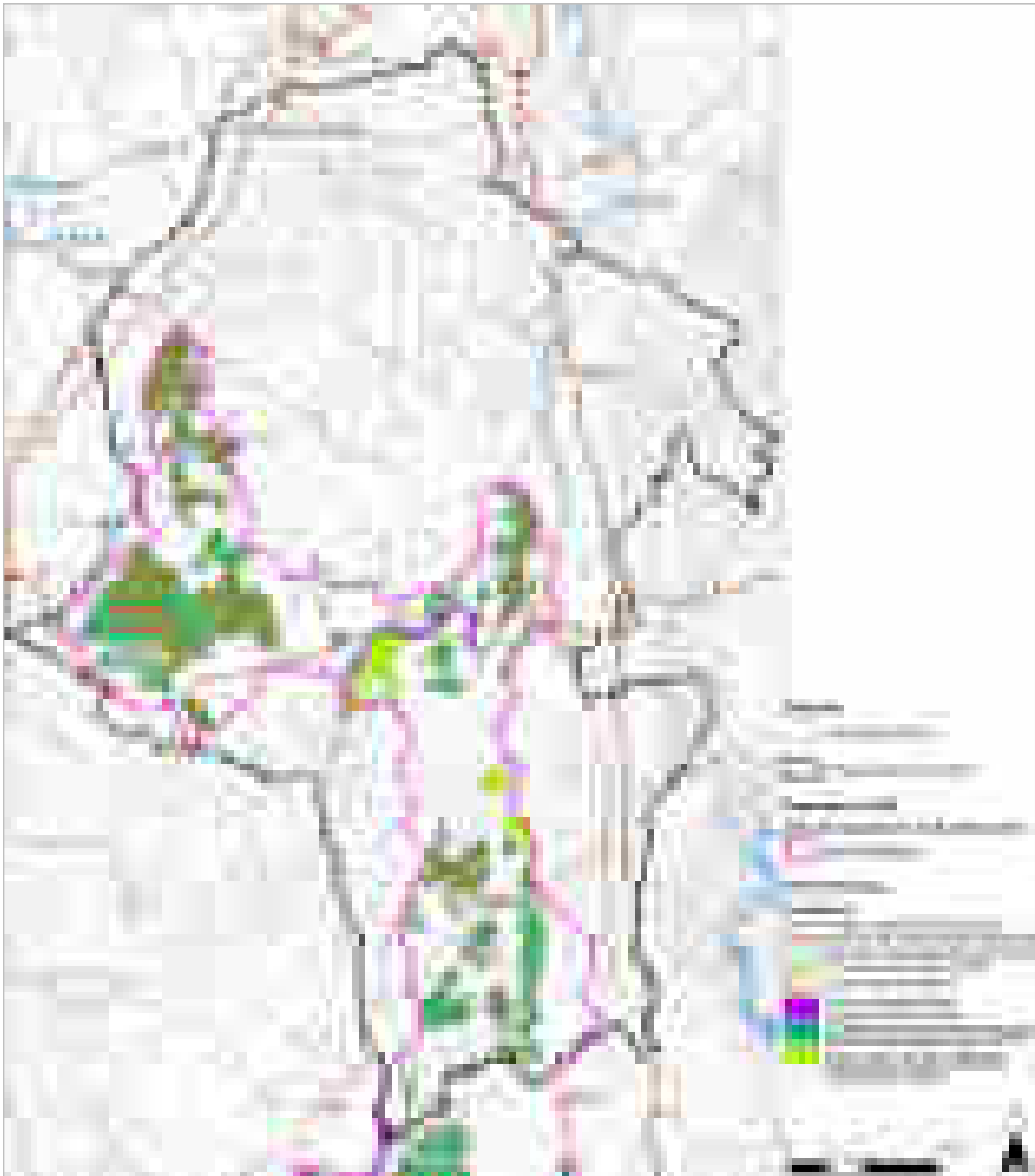


Figura 22 – Habitats Prioritários
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2019)

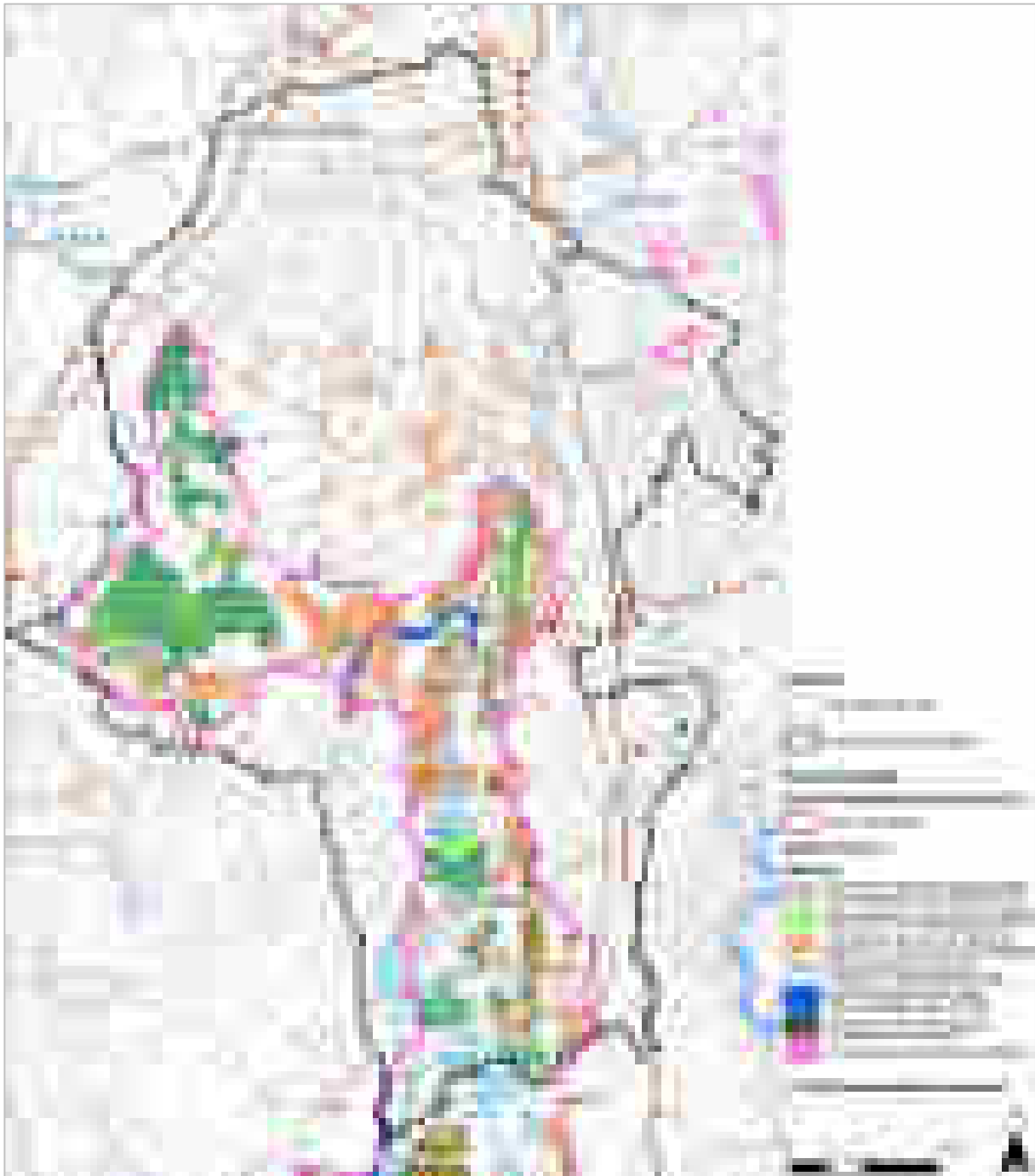


Figura 23 – Habitats Notáveis
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2019)

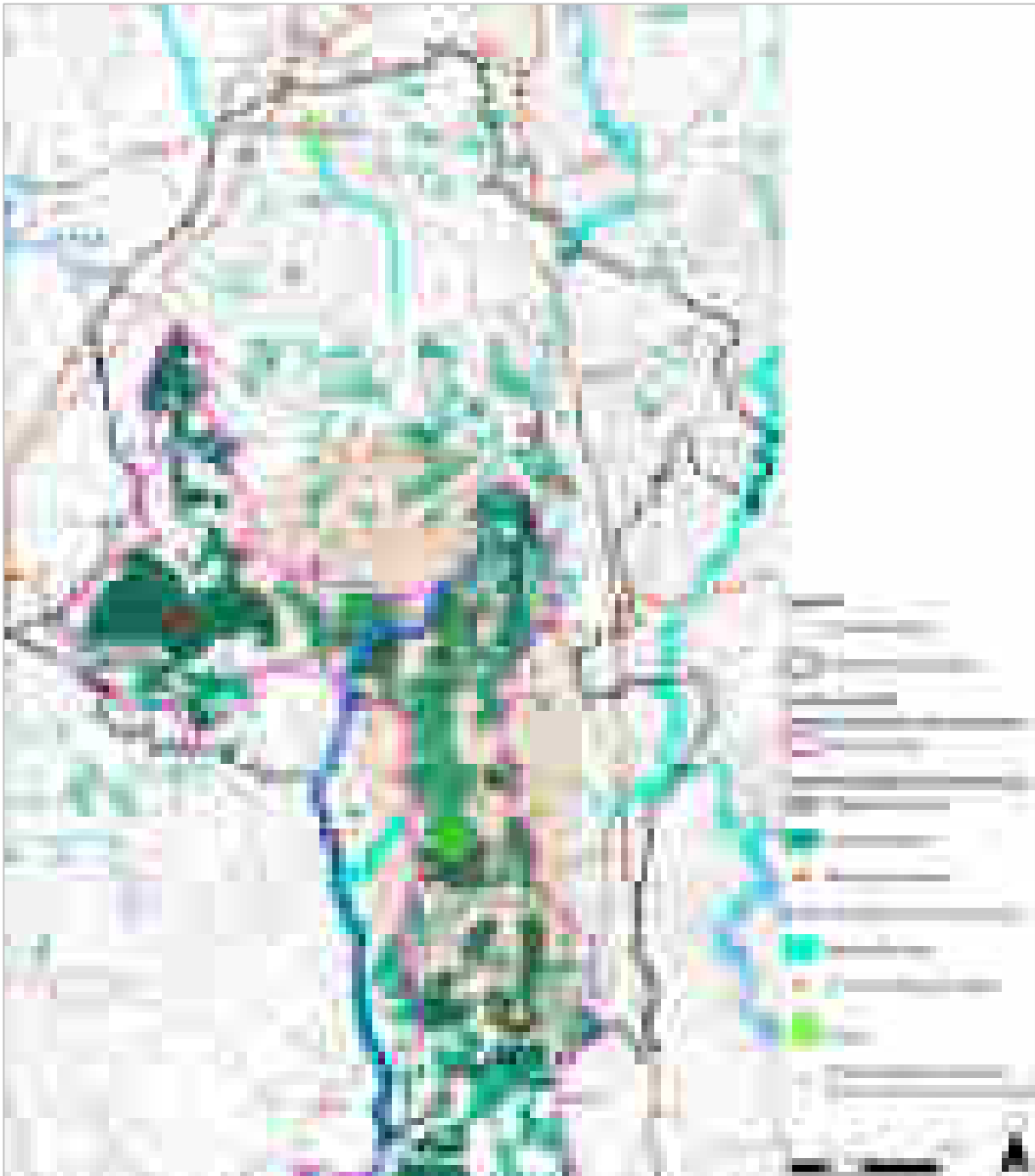


Figura 24 – Património Biológico/ Habitats e outros Valores Naturais de Relevó
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)



No SIC destaca-se ainda como **uma das áreas mais importantes para a conservação da flora calcícola**, sendo de **realçar o *Juncus valvatus***, um endemismo lusitano, encontrando-se ainda outras espécies raras ou endémicas, tais como, *Arabis sadina*, *Narcissus calcicola*, *Silene longicilia*, a *Scrophularia grandiflora* e a *Saxifraga cintrana*.

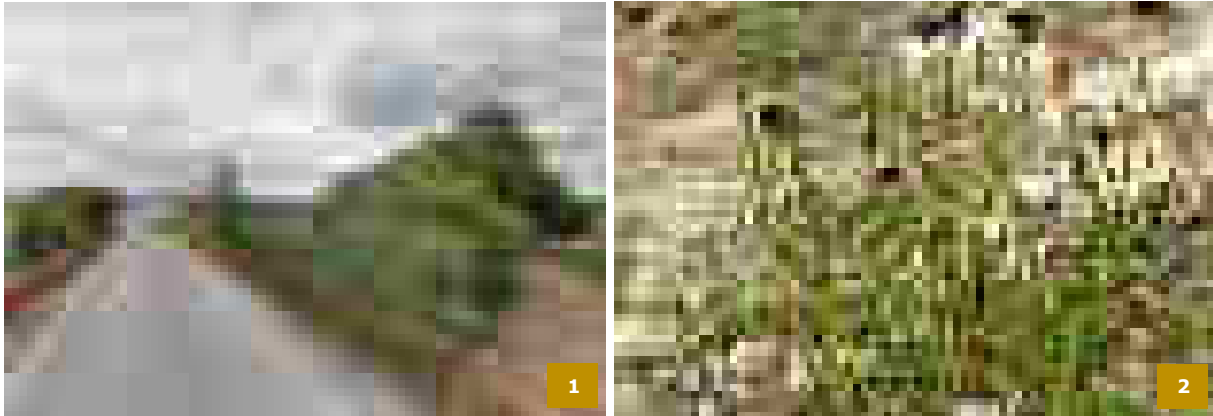


Figura 25 – Património biológico: 1- Galeria ripícola do Rio Nabão (Alvaiázere), 2- *Juncus valvatus*
Fonte: googlemaps / flora-on.pt

Nos valores de fauna, destaca-se no rio Nabão, a **lampreia-de-riacho**, bem como **vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional**, albergando colónias de criação de **morcego-rato-grande** (*Myotis myotis*), de hibernação de **morcego-de-ferradura-grande** (*Rhinolophus ferrumequinum*) e de criação e hibernação de **morcego-de-peluche** (*Miniopterus schreibersi*).



Figura 26 – Valores Naturais: Fauna e Flora
Fonte: PSRN2000, geocatálogo ICNF



2.4. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL

2.4.1 História

Em termos históricos, a região globalmente bem-dotada de recursos essenciais e facilidades de acesso que a proximidade do mar e os estuários dos rios proporcionam, foi desde sempre convidativa para o homem.

Mesmo nos tempos mais remotos, no Paleolítico, quando a Europa suportava o rigor climático imposto pelas glaciações, esta região de modestas altitudes e sob a alçada temperada do Atlântico seria convidativa a vida, como parecem testemunhar alguns sítios de ar livre então ocupados e adiante referidos.

Da Idade da Pedra, ainda pouco investigada, conhecem-se sobretudo os vestígios concentrados na zona onde as bacias dos rios dos Mouros e Nabão se apartam. Fruto de uma mais intensa prospeção nessa região de Sicó (área ocidental do planalto de Degracia-Alvorge / escarpa da Senhora da Estrela), registam-se, entre outras, as estações de Alvito e Vale de Sorza, talvez oficinas de talhe, Outeiro de Lá Vou, de natureza habitacional, Buraca Escura, certamente ocupada como acampamento temporário de caça, Buraca Grande e Gruta do Ourão, estas últimas datando já dos últimos tempos paleolíticos.

Alguns destes sítios vão ser alvo, ainda que de forma descontínua, de ocupações posteriores. É, aliás, nesta fase pós-paleolítica ou da Pré-história recente, que a região irá conhecer uma mais intensa, diversificada e abrangente ocupação.

As populações foram-se fixando de forma cada vez mais perene, ocupando quer grutas e abrigos, quer sítios de ar livre, entre os quais se contam os de Outeiro de Lá Vou (Redinha), Cabeças, Atalaia, ou Sobreiras (Ansião). Do seu viver quotidiano quase nada sabemos, mas as suas armas e utensílios, os seus adornos e recipientes, alguns profusamente decorados, como o vaso de Casével (Condeixa), sugerem uma significativa afinidade cultural com as comunidades mais meridionais que habitavam a Estremadura.

O apego a terra e a dependência por ela gerada, quando os animais já não são só caçados, mas também criados, e os vegetais além de colhidos, semeados, exigindo maior número de braços, irão desenvolver profundas solidariedades comunais. Neste universo de partilha e de coesão familiar logo se afirmará um sentimento de propriedade e hereditariedade, de que os sepultamentos infantis de Eira Pedrinha são eco. Anunciam-se as novas formas de estruturação social da última etapa da Pré-história. É nesta altura, no último milénio antes



de Cristo, que se multiplicam os povoados nos altos rochosos, ao redor de Conimbriga e Alvaiázere, alguns deles na continuidade de ocupações mais antigas.

Mercê das novas estratégias de desenvolvimento, nas quais as trocas inter-regionais assumem papel de destaque e, com elas, uma mais ativa circulação de pessoas, passa a dar-se particular atenção ao controlo visual do território. A produção do metal, designadamente do bronze, intensifica-se e é agora mais diversa: machados, foices, lanças, punhais, escopros e espetos circulam entre os povoados ou gravitam a sua volta, como testemunham os achados de Vendas da Figueira (Cumeeira), Gramatinha (Pousaflores), Marzogueira (Alvaiázere), Conimbriga entre outros.

Esta nova reordenação e exploração do espaço está bem patente no Monte da Pega ou no Monte de Figueiró, ambos dominando todo o vale que acolhe o rio dos Mouros.

Os contactos com o Mediterrâneo Oriental, através do comércio fenício, via Santa Olaia na embocadura do Mondego, estão bem documentados a partir dos sécs. VIII-VII a.C., sendo evidente que os vales de Soure e da Éga desempenharam um papel importante na penetração dessas mercadorias até aos castros.

Outro foi o caminho seguido pelos romanos, presentes na região desde meados do séc. II a.C. Parece indubitável que o percurso traçado por Décimo Júnio Bruto, próconsul da Hispânia Ulterior a partir de 138 a.C. se iniciou em Olisipo (Lisboa) e avançou por terras de Santarém e Tomar, antecipando o trilho da futura estrada que conduziria a Bracara Augusta.

Um marco miliário de Décio, imperador entre 238-260 a.C., encontrado em Tamazinhos (Alcalamouque) situa concretamente a via que entrava no território de Conimbriga por entre Trás de Figueiró e Ateanha e a deixava ao acercar-se de Aeminium.

Nas encostas de pequenos cabeços como as Dordias (Pombalinho) ou em plainos mais amplos como os Moroiços (Rabaçal) multiplicaram-se as villae, ao longo do império romano. Vestígios de materiais de construção e louças de mesa e cozinha encontram-se em todos os concelhos, tendo-se registado a presença de mosaicos também em Revolta Seca (Condeixa), Moroiços, Lameiras (Zambujal), S. Simão (Penela), S. Tibério (Pombal), Santiago da Guarda (Ansião).

As invasões bárbaras trouxeram primeiro, os suevos, depois os visigodos e com eles o desmantelamento da organização social e económica, as incursões devastadoras, o medo, a desolação.



A toponímia testemunha a presença árabe que veio a dominar, durante três séculos estas paragens, sem que nenhum lugar tivesse sido verdadeiramente importante. Pelo contrário, prosseguiu o abandono das terras até que, expulsos os mouros de toda a região do Mondego, e após a fundação de Portugal, se iniciaram políticas de colonização e arroteamento confiadas, sobretudo, às ordens religiosas. Data desta época a construção da importante linha de castelos e atalaias que, entre o mar e a serra, se perfilam a entrada das diversas vias que sulcam a zona, fazendo dela palco obrigatório de guerra em qualquer época, como mais recentemente ficou registado para as invasões francesas.

O modo como se instalaram as aldeias e os campos agricultados, donde se tirava a maior parte do sustento dos habitantes, apresenta uma relação íntima com a compartimentação registada no espaço físico e na paisagem. Neste cenário de pedras, apenas os fundos dos vales secos e das depressões cárnicas, onde se acumularam as complexas formações superficiais, permitem o desenvolvimento de solos agricultáveis. Esta é a razão pela qual a maioria das povoações se instalou nas suas proximidades, normalmente em esporões ou mesmo em superfícies rochosas, tendo assim o cuidado de, neste meio adverso, não ocupar os solos de melhores aptidões agrícolas.

E se se verificam baixos índices populacionais devido a inúmeros condicionamentos como a aridez, falta de água na superfície, quase ausência geral de solos férteis, resultando numa fraca aptidão agrícola dos solos calcários, não se pense que estas áreas têm sido, no geral, despovoadas, sujeitas a fracas pressões antrópicas e colocadas à margem da história da humanidade. Na realidade, em Portugal são inúmeros os casos de grutas calcárias onde foram encontrados vestígios de ocupação paleolítica, de que nos servem de exemplo a gruta da Buraca Escura, no vale do Poio Novo, no Maciço Calcário de Sicó. Até durante os períodos de maior instabilidade, mesmo durante conflitos armados, as grutas têm exercido o seu papel de refúgio. Já a Capela de Nossa Senhora da Estrela, construída numa gruta do Maciço de Sicó e a improvisação de um altar num pequeno orifício dessa mesma gruta, no exterior deste elemento arquitetónico sacro, é uma manifestação de dimensão espiritual.

Contudo, e acompanhando a tendência geral verificada no país, nos últimos sessenta anos de emigração e deslocação maciça de pessoas do interior para o litoral e dos pequenos povoados rurais para os grandes centros urbanos, o Maciço de Sicó e, principalmente, o seu sector mais carsificado têm vindo a perder população a um ritmo significativo que a média do conjunto de concelhos em que se integram. Esta recessão é particularmente preocupante nos pequenos lugares serranos.



2.4.2 Património Arquitetónico e Arqueológico

O património arquitetónico e arqueológico existente na área de estudo é muito vasto e diverso, retratando séculos de ocupação territorial e a evolução das suas gentes, tendo sido identificados 161 elementos patrimoniais arquitetónicos e 208 elementos patrimoniais arqueológicos (ver anexo 2 e anexo 3 do presente documento). Estes elementos patrimoniais foram organizados por tipologia, de acordo com as suas características físicas e funcionais, tal como apresentado de seguida:

- Património Arquitetónico: 1) Castelo; 2) Religioso; 3) Convento/ Mosteiro; 4) Casa Senhorial/ Palácio; 5) Civil; 6) Pelourinho/ Cruzeiro; 7) Fonte/ Chafariz; 8) Marco Miliário; 9) Forno de Cal; 10) Moinho; 11) Quinta; 12) Ponte; e 13) Núcleo Urbano/ Aldeia.
- Património Arqueológico: 1) Anta/ Dólmen/ Menir; 2) Gruta/ Abrigo/ Algar; Villa/ Granja/ Casal; 4) Povoado/ Habitat/ Mancha de Ocupação; 5) Via Romana/ Via/ Ponte; 6) Arte rupestre; 7) Criptopórtico; 8) Jazida; 9) Marco; 10) Necrópole/ Sepultura; 11) Achado Isolado/ Indeterminado; e 12) Vestígios diversos/ Vários.

No património edificado predomina a presença de edifícios de cariz religioso, tais como igrejas e capelas (73), evidências das crenças do seu povo. Não obstante, e considerando as características das Terras de Sicó, será importante realçar a presença dos moinhos, das pequenas e típicas aldeias e do edificado vernacular que ainda hoje subsistem e que, por se assumirem como elementos únicos e diferenciadores na paisagem deste território, merecem especial atenção na sua preservação e valorização.

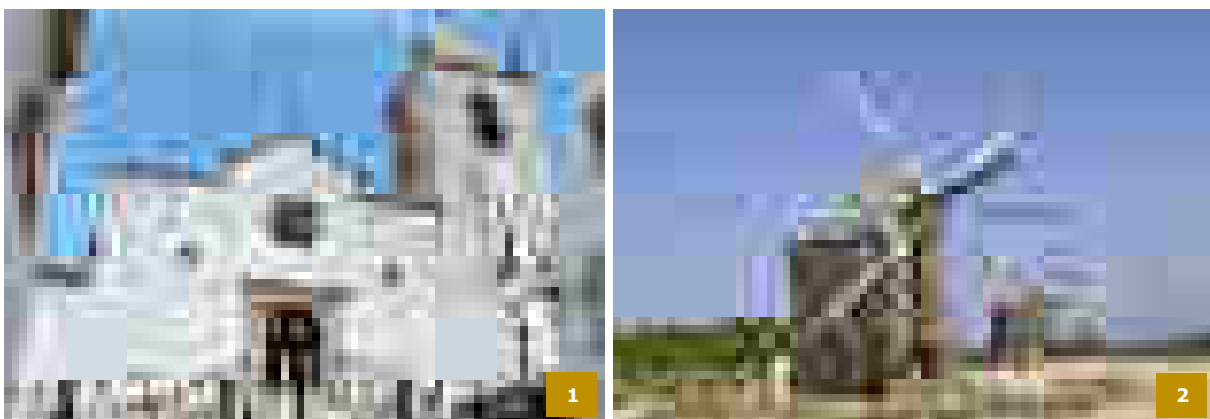


Figura 27 – Património arquitetónico: 1- Igreja de Santa Eufémia (Penela), 2- Moinho de vento do Outeiro (Ansião)

Fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt / www.allaboutportugal.pt

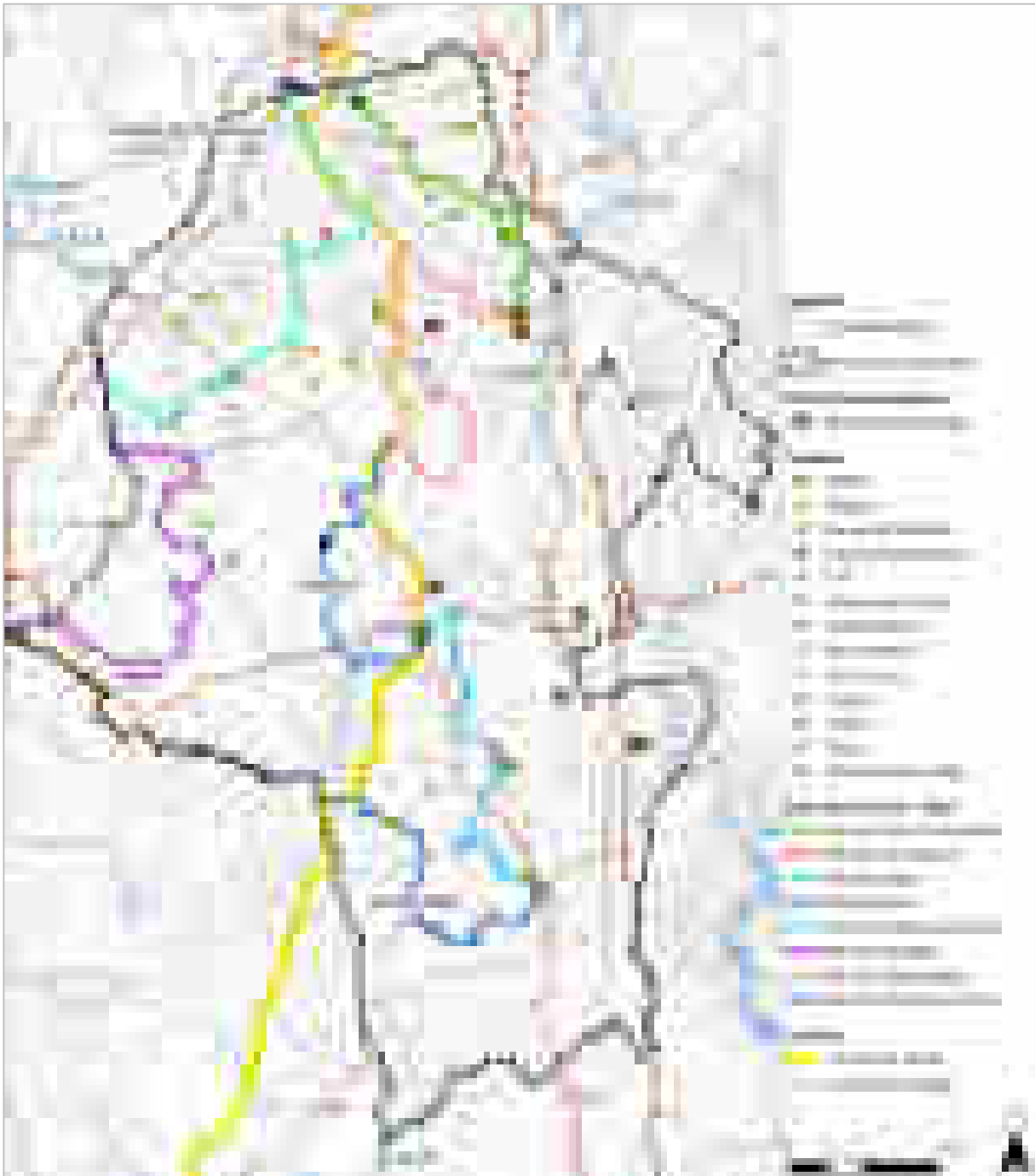


Figura 28 – Património Arquitetónico, rotas e caminhos
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)

Ao nível do património arquitetónico/ edificado, merece ainda destaque o facto de se poderem visitar na área de estudo **7 monumentos nacionais**, dispersos pelos 6 concelhos: a Residência Senhorial dos Castelo Melhor, em Ansião; o Castellum de Alcabideque, em

Condeixa-a Nova; a Torre do Relógio Velho e o Castelo de Pombal, em Pombal; o Castelo de Penela, o Pelourinho de Penela e a Igreja de Santa Eufémia, em Penela, bem como a menção da presença de mais 21 edifícios classificados ou em vias de classificação, enquanto imóveis de interesse público, interesse municipal ou monumento de interesse público.



Figura 29 – Património arquitetónico: 1- Castelo de Penela (Penela), 2- Residência Senhorial dos Castelo Melhor (Ansião)

Fonte: aldeiasdoxisto.pt/ <http://www.diarioleiria.pt>

Ao nível do **património arqueológico evidenciam-se as Ruínas de Conímbriga** (Condeixa-a-Nova), a Villa Romana do Rabaçal (Condeixa-a-Nova e Penela) e o Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo (Pombal), classificados respetivamente como Monumento Nacional, Sítio de Interesse Público e Interesse Municipal.

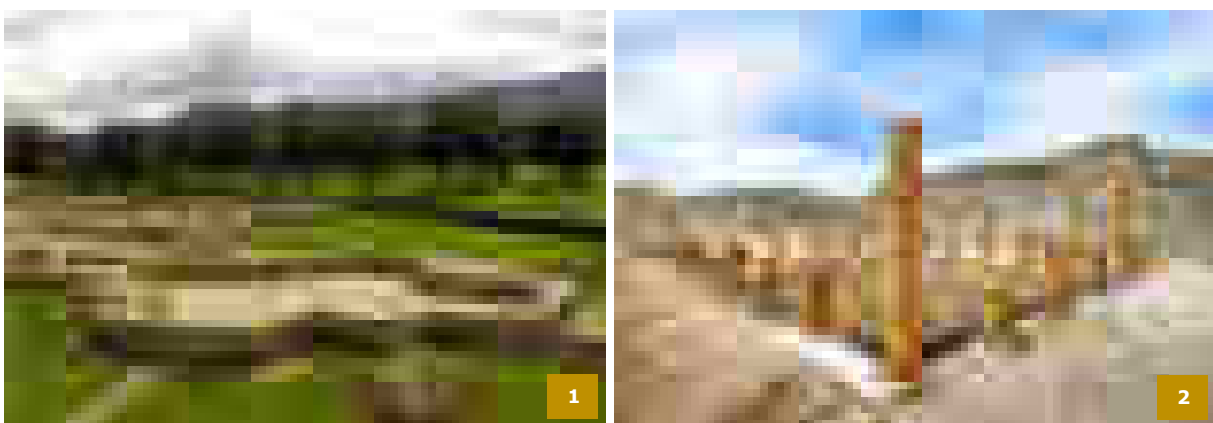


Figura 30 – Património arqueológico: 1- Vila Romana do Rabaçal (Condeixa-a-Nova e Penela), 2- Ruínas de Conímbriga (Condeixa-a-Nova)

Fonte: aldeiasdoxisto.pt/ ncultura.pt

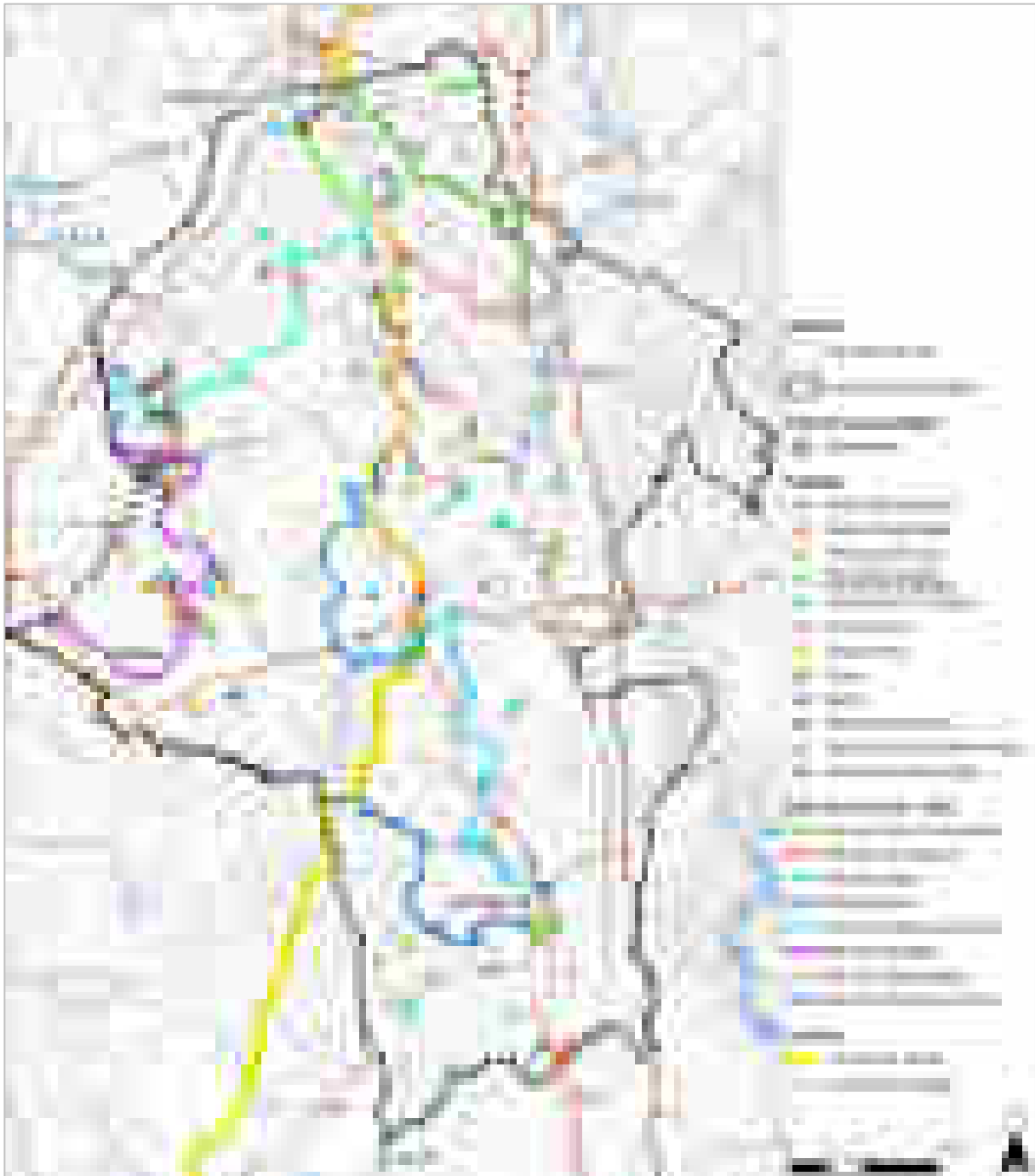


Figura 31 – Património Arqueológico, rotas e caminhos
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)

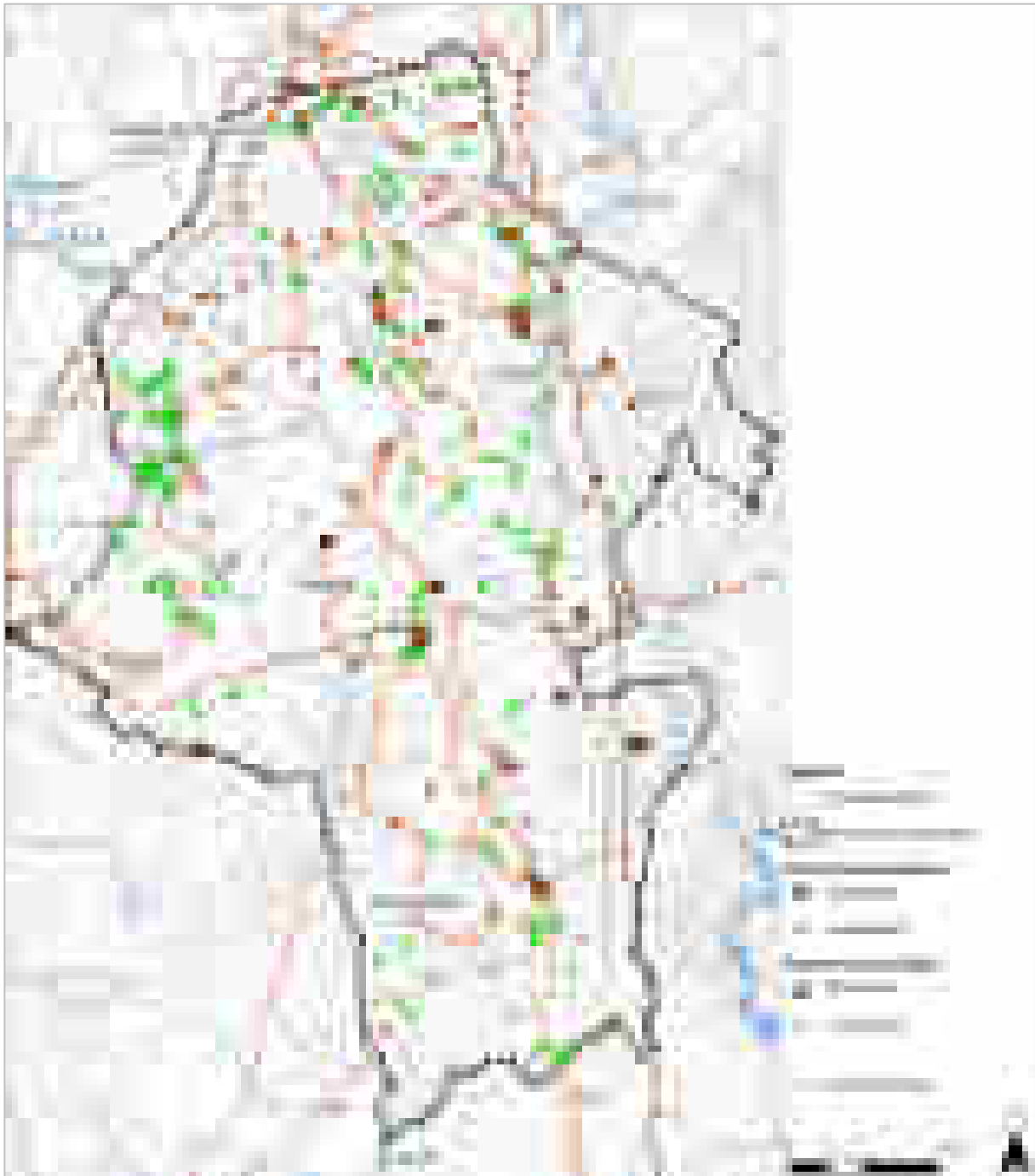


Figura 32 – Património Arquitetónico, Arqueológico e caminhos e rotas
Fonte: Várias (síntese realizada pela Equipa Técnica, 2020)

São vários os caminhos e as rotas que atravessam e/ou percorrem esta área, destacando-se o Caminho de Fátima e o Caminho de Santiago, bem como a Grande Rota 26 que, assumindo o intuito de dar a conhecer o território, encontra-se subdividida em 8 rotas



temáticas que percorrem sinuosamente as Terras de Sicó: 1) Rota do Vinho Terras de Sicó; 2) Rota da Tauromaquia; 3) Rota das Lapiás; 4) Rota do Azeite; 5) Rota do Carvalho-Cerquinho; 6) Rota do Paleolítico; 7) Rota do Queijo Rabaçal; e 8) Rota dos Moinhos de Vento.



Figura 33 – Rotas GR 26: 1- Rota do Carvalho-Cerquinho 2- Rota das Lapiás
Fonte: allevents.in/ <http://www.terrasdesico.pt>

Por fim, é ainda de referir que em Sicó podem ser visitados 10 museus, onde é possível apreciar artesanato, arqueologia, ofícios tradicionais, fósseis, arquitetura renascentista e manuelina, a vida e obra de figuras de relevo nacional, pintura, entre outros. Do roteiro turístico de Sicó fazem parte os seguintes circuitos mais habituais: Conímbriga – Condeixa-a-Nova; Penela – Rabaçal; Casmilo – Senhora do Circo; Poios – Senhora da Estrela; Soure – Degraças – Alvorge; Sicó – Pombal; Ansião – Santiago da Guarda – Chão de Couce; Alvaiázere – Ariques; Circuito da Romanização, sendo evidente que os concelhos que constituem Sicó dispõem de uma oferta turística muito diversificada, mas que ao mesmo tempo se complementa, possibilitando fortes potencialidades a explorar numa lógica intermunicipal.

2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

2.5.1 População e socio-economia

A análise realizada ao nível da população e socio-economia teve por base a informação estatística do Censos 2011, disponibilizada pelo INE. Considerando o limite da área de estudo, os dados foram analisados à escala do concelho e da freguesia, nos casos em que



os concelhos se encontram totalmente integrados na área de estudo (Alvaiázere, Ansião e Penela), ou à escala da secção estatística, nos concelhos em que a área de estudo não incide na totalidade do seu território (Condeixa-a-Nova, Pombal e Soure).

No ano de 2011, a população residente na área de estudo perfaz um total de 41 631 indivíduos, distribuídos por 16 516 famílias clássicas e 32 famílias institucionais, situação que resulta numa dimensão média do agregado familiar de 2,5 indivíduos. Deste total de indivíduos, 7 287 vivem em Alvaiázere, 13 128 em Ansião, 5 983 em Penela, 6 278 em Condeixa-a-Nova, 1 997 em Soure e 6 958 em Pombal, destacando-se o concelho de Ansião, cuja população residente perfaz mais de 30% da população residente na área de estudo.

Faixa etária	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
0 a 14	787	1 683	731	985	171	905	5 262
15 a 24	708	1 289	541	546	145	708	3 937
25 a 64	3 401	6 632	2 957	3 514	938	3 592	21 034
65 ou mais	2 391	3 524	1 754	1 233	743	1 754	11 399
TOTAL	7 287 17,5%	13 128 31,5%	5 983 14,4%	6 278 15,1%	1 997 4,8%	6 958 16,7%	41 631 100,0%

Quadro 1 – Número de indivíduos residentes na área de estudo, por faixa etária
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

A densidade populacional (habitantes/ha) evidencia que estamos na presença de um território com baixa ocupação, sendo espacialmente evidente a ocupação reduzida, inclusive nas freguesias que integram as sedes de concelho (com exceção da freguesia de Condeixa-a-Nova, onde a densidade populacional é bastante superior à média verificada) – figura 35.

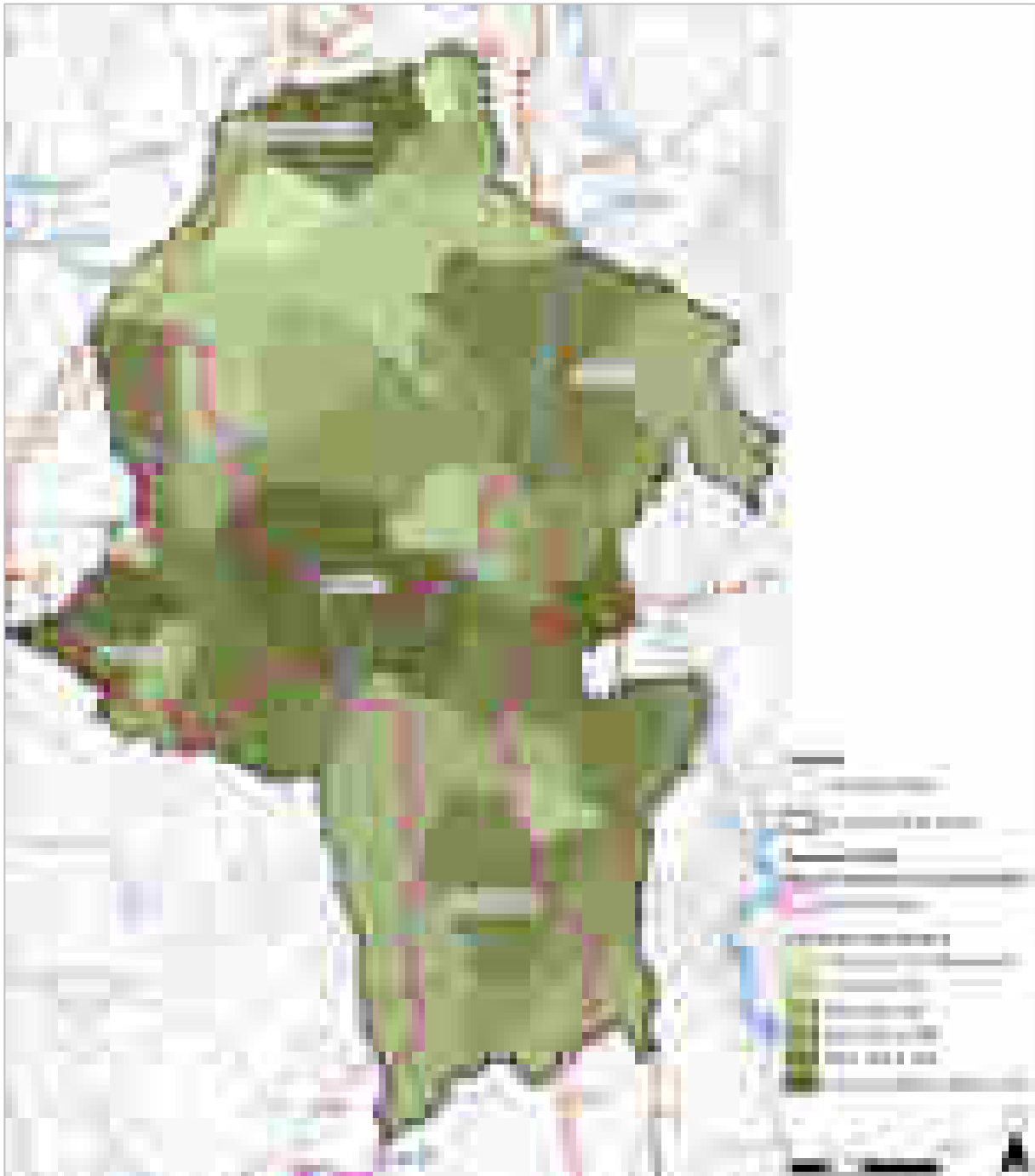


Figura 34 – Indivíduos residentes (nº), por freguesia
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

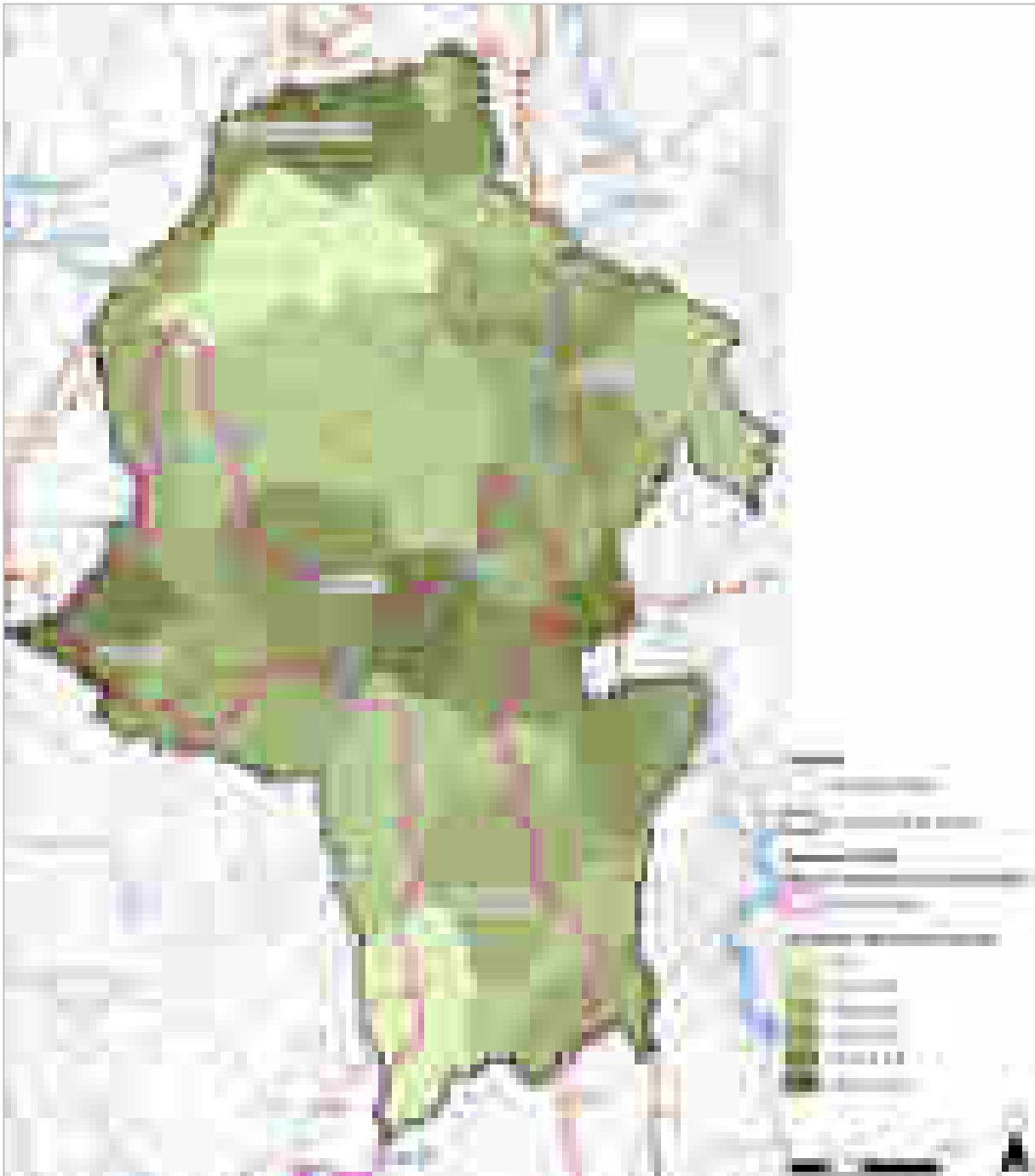


Figura 35 – Densidade populacional (hab/ha), por freguesia
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Considerando a distribuição da população por faixa etária, verifica-se que mais de 50% dos indivíduos residentes na área de estudo possuem 25 a 64 anos de idade (21 034 indivíduos), seguindo-se a população com 65 ou mais anos (11 399 indivíduos – 27%). Os restantes



22% de população reparte-se pelos intervalos etários 0 a 14 anos (5 262 indivíduos - 13%) e 15 a 24 anos (3 937 – 9%).



Gráfico 1 – Indivíduos residentes na área de estudo, por faixa etária
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Estes dados indicam a presença de uma população consideravelmente envelhecida, com um índice de envelhecimento médio a situar-se nos 251,1%, e verificando-se no território do concelho de Soure inserido na área de estudo a situação mais grave, com este índice a atingir os 434,5%. De notar ainda que o índice de dependência médio dos idosos (48,8%) revela-se sempre bastante superior ao índice de dependência médio dos jovens (20,4%).

	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
Índice de dependência dos jovens	19,2	21,2	20,9	24,3	15,8	21,0	20,4
Índice de dependência dos idosos	58,2	44,5	50,1	30,4	68,6	40,8	48,8
Índice de envelhecimento	303,8	209,4	239,9	125,2	434,5	193,8	251,1
% População Ativa	56,4	60,3	58,5	64,7	54,2	61,8	59,3
Índice de dependência total	77,3	65,7	71,0	54,6	84,4	61,8	69,2

Quadro 2 – Relações de dependência da população (%) na área de estudo
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Relativamente ao nível de instrução da população residente verifica-se, tanto à escala do concelho como da área de estudo, um predomínio de população com o 1º ciclo do ensino



básico concluído (35% da população residente), seguindo-se, a população que possui o 3º ciclo do ensino básico (16% da população residente).

Nível de Ensino	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
não sabe ler nem escrever	733	1 029	464	263	285	665	3 439
sem nenhum nível de ensino completo	232	516	199	282	52	269	1 550
1º ciclo ensino básico	2 503	4 004	1 976	1 555	722	1 954	12 714
2º ciclo ensino básico	849	1 555	661	628	159	804	4 656
3º ciclo ensino básico	911	1 901	859	980	247	1 017	5 915
ensino secundário	708	1 566	632	890	166	824	4 786
ensino pós-secundário	51	136	53	57	8	58	363
ensino superior	400	816	415	985	74	570	3 260

Quadro 3 – Número de indivíduos residentes na área de estudo, por nível de ensino
Fonte: INE, Dados Censitários 2011



Gráfico 2 – Indivíduos residentes na área de estudo, por nível de ensino
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Ao nível da atividade económica verifica-se que 15 303 indivíduos residentes na área de estudo (31%) encontram-se empregados, número consideravelmente inferior aos 19 326



indivíduos (39%) que não possuem qualquer atividade económica (domésticas, estudantes e população com menos de 14 anos); os pensionistas ou reformados, por sua vez, assumem 26% da população total. A população desempregada é a menos representativa, situando-se apenas nos 4%, e estando muito abaixo dos 10% verificados à data de 2011 nas regiões de Coimbra e de Leiria.

Atividade	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
empregados	2 370	4 839	2 128	2 767	587	2 612	15 303
desempregados	280	565	237	297	91	271	1 741
pensionistas ou reformados	2 669	3 987	2 017	1 427	831	1 932	12 863
sem atividade económica	3 850	6 041	2 887	2 230	1 148	3 170	19 326

Quadro 4 – Número de indivíduos residentes na área de estudo, por atividade económica
Fonte: INE, Dados Censitários 2011



Gráfico 3 – Indivíduos residentes na área de estudo, por atividade económica
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

A distribuição da população empregada por setor de atividade na área de estudo destaca, de longe, o setor terciário (66%), enquanto que o setor primário assume apenas 2% do total da população residente. Neste âmbito, merece menção o facto de, em proporção, Condeixa-a-Nova ser o concelho com maior percentagem de população residente empregada no setor



terciário (2 213 indivíduos – 80%) e de Soure ser o concelho com maior percentagem de população residente empregada no setor primário (28 – 5%).

Setor de atividade	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
primário	100	113	50	25	28	65	381
secundário	797	1 777	612	529	234	935	4 884
terciário	1 473	2 949	1 466	2 213	325	1 613	10 039

Quadro 5 – Número de indivíduos residentes na área de estudo, por setor de atividade
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011



Gráfico 4 – Indivíduos residentes na área de estudo, por setor de atividade
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Considerando a prática agrícola ainda presente neste território, analisou-se a distribuição espacial da população empregada no setor primário, ao nível da freguesia, situação que permitiu concluir uma maior presença de indivíduos residentes dedicados a este setor nas freguesias situadas no vale dos rios Nabão e Anços e da ribeira de Alge, bem como nas freguesias de Degracias (Soure) e Rego da Murta (Alvaiázere).



Figura 36 – População empregada no setor primário (%), por freguesia
Fonte: INE, Dados Censitários 2011



2.5.2 Parque edificado

A análise do parque edificado, à semelhança do que aconteceu ao nível da população e socio-economia, teve por base a informação estatística elaborada no âmbito do Censos 2011. De notar que os dados relativos aos edifícios disponibilizados pelo INE contemplam apenas o parque habitacional, não incluindo edifícios afetos a outros usos, tais como equipamentos de utilização coletiva e edifícios apenas afetos a comércio e/ou serviços, entre outros.

De acordo com os dados em causa, existem 25 818 edifícios clássicos na área de estudo, com os concelhos de Alvaiázere e Ansião a representar mais de 50% desse total.

Uso	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
edifícios exclusivamente residenciais	5 282	7 373	4 162	2 640	1 444	3 470	24 371
edifícios principalmente residenciais	160	292	362	79	84	325	1 302
edifícios principalmente não residenciais	30	53	27	14	3	18	145
TOTAL	5 472 21,2%	7 718 29,9%	4 551 17,6%	2 733 10,6%	1 531 5,9%	3 813 14,8%	25 818 100,0%

Quadro 6 – Edifícios exclusivamente residenciais, principalmente residenciais e principalmente não residenciais na área de estudo

Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Destes 25 818 edifícios clássicos, 24 371 são edifícios exclusivamente residenciais, 1 302 edifícios principalmente residenciais e apenas 145 edifícios principalmente não residenciais. Os 94% de edificado exclusivamente residencial indicam que estamos na presença de um território com carácter maioritariamente rural, onde predomina a habitação unifamiliar; já os restantes 5%, por acolherem outros usos que não o residencial, estarão sobretudo localizados nos principais centros urbanos totalmente inseridos na área de estudo, tais como as sedes dos concelhos de Alvaiázere, Ansião e Penela.



Gráfico 5 – Edifícios exclusivamente residenciais, principalmente residenciais e principalmente não residenciais na área de estudo

Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Relativamente ao ano de construção do edificado, constata-se que 41% do edificado existente foi construído entre 1961 e 1990, seguindo-se o edificado com ano de construção anterior a 1961, a representar 33% do total existente. O edificado de construção mais recente, posterior a 1990, é o que assume menor representatividade, com 26% do total do edificado existente.

Ano de construção	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
anterior a 1961	1 728	2 492	1 575	884	717	1 176	8 572
entre 1961 e 1990	2 467	3 114	1 682	981	519	1 734	10 497
posterior a 1990	1 277	2 112	1 294	868	295	903	6 749

Quadro 7 – Ano de construção dos edifícios existentes na área de estudo

Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Ao nível dos concelhos é de destacar a maior presença de edificado antigo, com construção anterior a 1961, nos concelhos de Soure (717 edifícios – 47%) e Penela (1 575 – 35%), realçando-se o facto deste edificado, maioritariamente vernacular, ser um dos elementos fundamentais para a manutenção da tradicionalidade e do carácter rústico que marcam os aglomerados populacionais existentes na área de estudo.



Figura 37 – Edificado vernacular nas Terras de Sicó: 1- Rabaçal (Penela), 2- Casmilo (Condeixa-a-Nova), 3- Maças de Dona Maria (Alvaiázere), 4- Santiago da Guarda (Ansião), 5- Cotas (Soure), 6- Redinha (Pombal)
Fonte: googlemaps



Gráfico 6 – Ano de construção dos edifícios existentes na área de estudo
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Quanto aos alojamentos familiares, constatou-se um total de 28 282 alojamentos clássicos, dos quais 14 783 são de residência habitual ocupados pelo proprietário e apenas 885 dizem respeito a alojamentos clássicos de residência habitual arrendados. Relativamente ao número de alojamentos familiares vagos, foram identificados 5 472 na área de estudo, representando cerca de 19% do total de alojamentos existentes. Proporcionalmente, o concelho que possui mais alojamentos vagos é o de Penela (1 495 alojamentos vagos – 32%), ao passo que Alvaiázere é o concelho com menor representatividade neste âmbito (796 alojamentos vagos – 14%).

Alojamentos familiares	Concelhos						Área de estudo
	Alvaiázere	Ansião	Penela	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	
clássicos	5 715	8 427	4 697	3 395	1 545	4 503	28 282
clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário	2 716	4 662	2 140	2 091	789	2 385	14 783
clássicos de residência habitual arrendados	132	246	89	192	10	216	885
alojamentos vagos	796	1 388	1 495	641	350	802	5 472

Quadro 8 – Alojamentos familiares existentes na área de estudo
 Fonte: INE, Dados Censitários 2011



2.5.3 Uso e ocupação do Solo

A análise do uso e ocupação do solo na área de estudo foi efetuada com recurso à Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 (COS 2018), tendo em atenção que este elemento conforma uma representação gráfica da realidade de apropriação (ou não) do terreno e das atividades aí implementadas.

Neste âmbito, e de acordo com o expresso na COS verifica-se, relativamente ao uso do solo, que estamos na presença de uma área com ocupação maioritariamente florestal e agrícola, sendo que nas florestas verifica-se uma distribuição equilibrada entre matos e povoamentos, especialmente de carvalhos, azinheiras, sobreiros e pinheiro (manso e bravo), ao passo que nos espaços agrícolas predominam as arvenses combinadas, sobretudo, com o olival, pomares, vinhas e pastagens de ovinos/ caprinos. É ainda de relevar a vegetação natural, quer ripícola nas margens dos principais cursos de água, quer rupícola nas altimetrias opostas, ou seja, nas zonas mais vincadas das serras, bem como a agricultura com espaços naturais e semi-naturais.

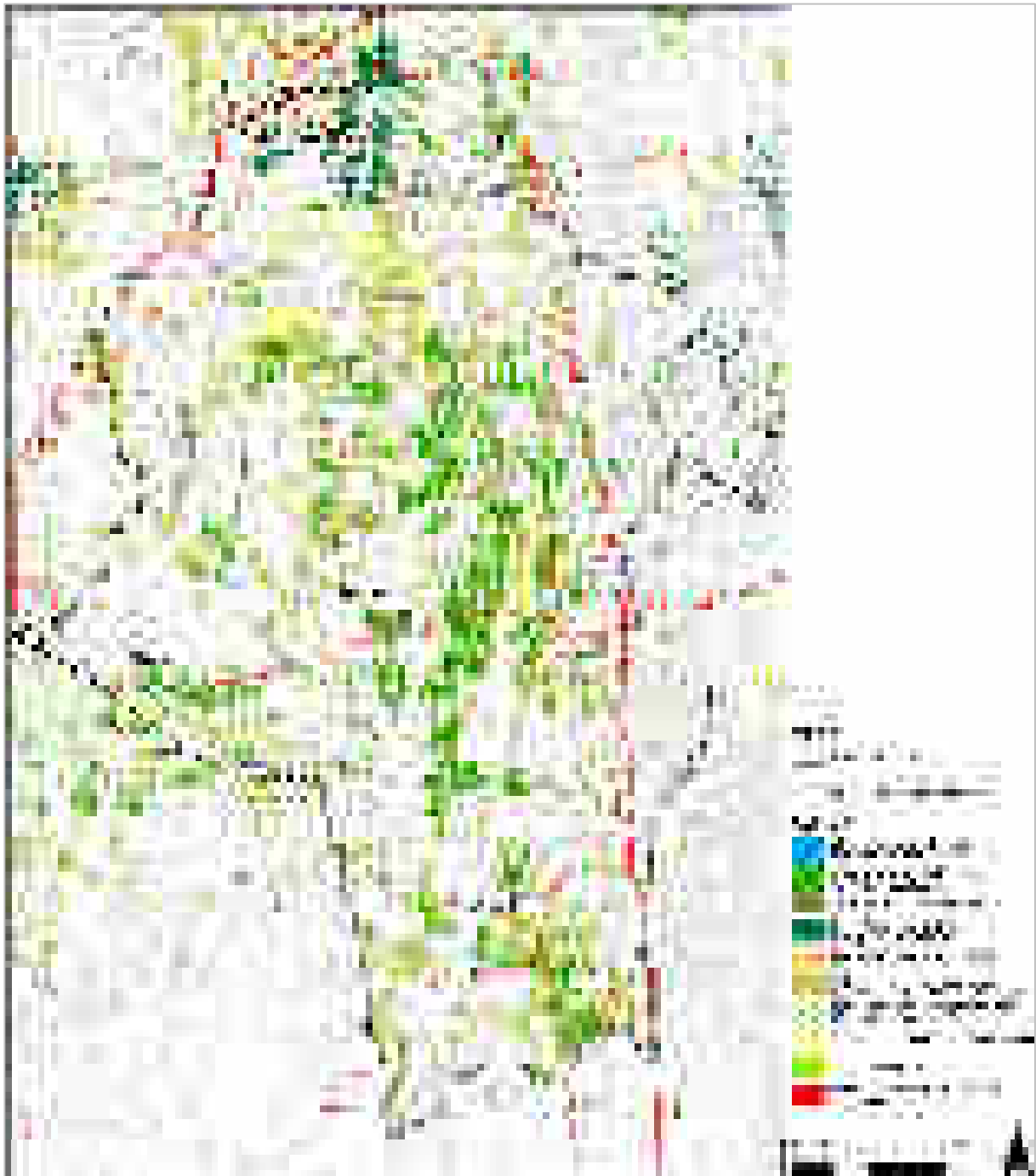


Figura 38 – Uso e Ocupação do Solo
 Fonte: COS, 2018



2.6. CARACTERIZAÇÃO PAISAGÍSTICA

2.6.1 Elementos Estruturantes da Paisagem

Alexandre Cancela de Abreu no seu exercício de caracterização da paisagem de Portugal continental incluiu a área de estudo deste projeto nos 'Maciços Calcários da Estremadura'. Esta paisagem é fortemente marcada pelos relevos de calcário imponentes 'secos e descarnados' (Ribeiro, 1993). Este mosaico de paisagem distingue-se dos relevos mais aplanados e baixos que a delimitam a ocidente e se estendem até ao mar.

A área de estudo caracteriza-se por um curto intervalo altimétrico que varia entre os 220 e os 618 metros de altitude, se excetuarmos os vales do Rio Nabão e do Rabaçal, conforme se pode verificar na figura 39. Nesta área, os aspetos geológicos da paisagem cársica estão predominantemente marcados nos conjuntos de Sicó, Rabaçal e Alvaiázere. A serra de Sicó revela componentes estruturais cársicas associadas à rápida absorção de águas superficiais, que torna a superfície rochosa seca. Para além disso, condiciona a distribuição de vegetação de carácter mediterrâneo, como o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e o sobreiro (*Quercus suber*), dispostas em matas esparsas. A sua paisagem foi altamente modificada com a plantação de olivais, pinhais e eucaliptais, bem como com o pastoreio e a ação do fogo. A serra do Rabaçal destaca-se pela presença de vários campos de lapiás e é considerada como um miradouro natural de interesse. Já no conjunto de Alvaiázere, predominam serras e planaltos com lapas, algares e outros afloramentos calcários datados do Jurássico Médio.

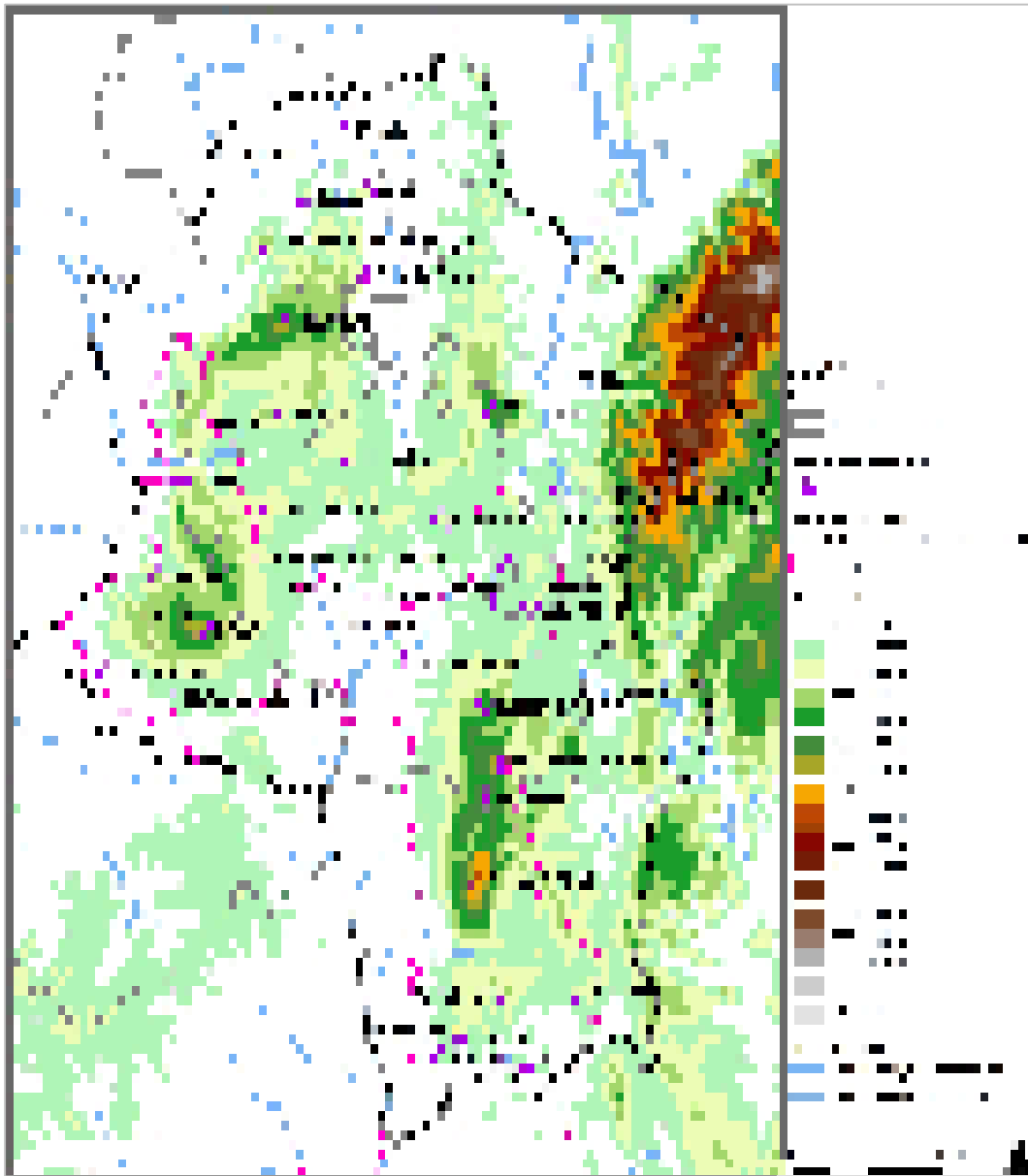


Figura 39 – Carta Hipsométrica e Principais Elevações na Área de Estudo
Fonte: EPIC WEB GIS, 2020



O quadro seguinte sintetiza as principais serras e pontos altos ilustrados que se podem encontrar na área de estudo:

Conjunto	Nome	Altitude
Serra de Sicó	Sicó	553 metros
	Corte	410 metros
	Lomba	395 metros
	Ouro	391 metros
	Chão do Ulmeiro	301 metros
Serra do Rabaçal	Rabaçal	532 metros
	Círculo ou Circo	405 metros
	Crasto	393 metros
	Maria Pares	364 metros
	Cruto	349 metros
Serra de Alvaiázere	Alvaiázere	618 metros
	Monte da Ovelha	527 metros
	Quartinho	447 metros
	Ariques	533 metros
	Zambujal	384 metros

Quadro 9 – Pontos Altos da Área de Estudo
 Fonte: Equipa Técnica, 2020

As características paisagísticas da área de estudo são fortemente marcadas pelos aspetos geológicos. Efetivamente, a geologia da área de estudo é principalmente constituída por rochas calcárias separadas por afloramentos detríticos. No maciço de Sicó (figura 40), o relevo de base calcária, promove o aparecimento de vários afloramentos rochosos e de formas da geomorfologia. Neste sentido é importante referir as formas da geomorfologia que se destacam nesta paisagem, tais como:

- As buracas que são pequenas reentrâncias de desenvolvimento horizontal de formação distinta pouco profundas que raramente atingem as dezenas de metros, são



totalmente abertas para o exterior sem qualquer relação com o carso profundo. Nesta área podemos observá-las junto à povoação de Casmilo;

- As lapas, semelhantes às buracas, mas com aberturas mais estreitas, têm maior desenvolvimento interior e uma relação mais ao menos evidente com o carso profundo. Estas formações existem, por exemplo, no Vale do Poio e tem normalmente uma entrada de forma ogival, cuja origem e evolução está ligada à dissolução (Cunha, 1986) e, perto de Taliscas, na Lapa ativa do Soprador do Carvalho que tem mais de 4km de extensão explorados (Cunha, Dimunccio e Paiva, 2018);

- Os Algares nomeadamente o Abismo de Sicó com 107 metros de profundidade (Cunha, Dimunccio e Paiva, 2018);

- Os campos de Lapiás podem ser encontrados no Vale das Buracas. Estas estruturas são formas de pequena dimensão produzidas pela dissolução superficial do calcário são importantes para comprometer a escorrência superficial organizada (Cunha, 1990);

- As Dolinas presentes no vale que separa o Monte de Sicó do Monte de Ouro e que atualmente já se encontram inventariadas mais de uma centena. Estas formações são o aspeto morfológico mais caraterístico dos sistemas cársicos uma vez que se desenvolvem em rochas com um certo grau de solubilidade. São depressões fechadas de forma circular que têm origem direta ou indireta no trabalho corrosivo das águas (Cunha, 1990). Estas têm uma maior relevância uma vez que se apresentam em grande número e algumas com dimensões relevantes. Estas depressões podem ainda originar lagoas importantes para o aumento da biodiversidade como é o caso da Dolina do Maxial ou a Dolina da Ateanha;

E as Grutas de diferentes tipos, dimensões e características quase todas localizadas nos planaltos calcários do vale que separa o Monte do Ouro do Monte de Sicó.

Como consequência da formação geológica da rocha mãe, os solos são pouco profundos e com um pH elevado originando um solo mediterrânico vermelho de materiais calcários.

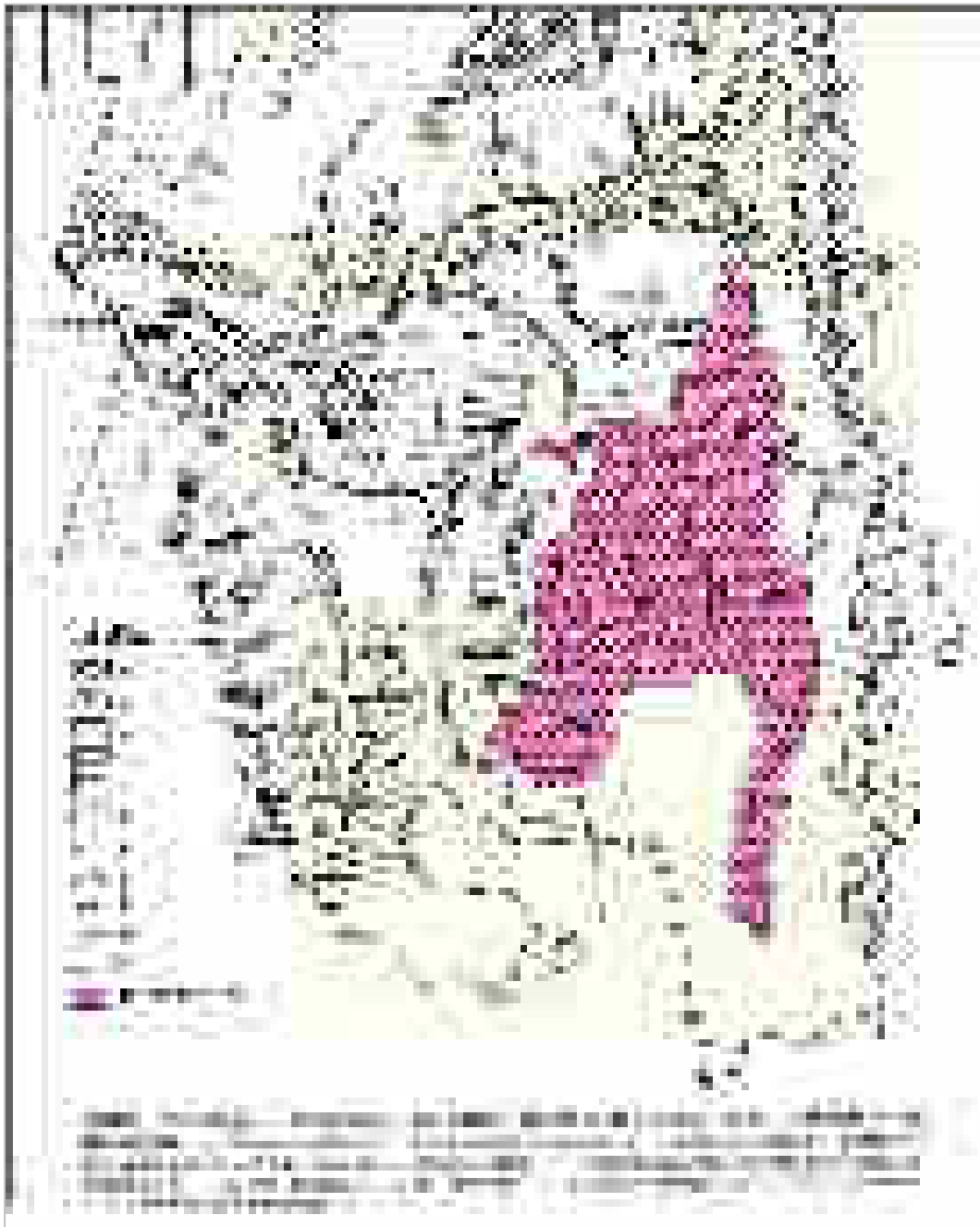


Figura 40 – Localização do Maciço de Sicó no contexto da área de estudo
Fonte: Adaptado de Carlos Silva, 2011

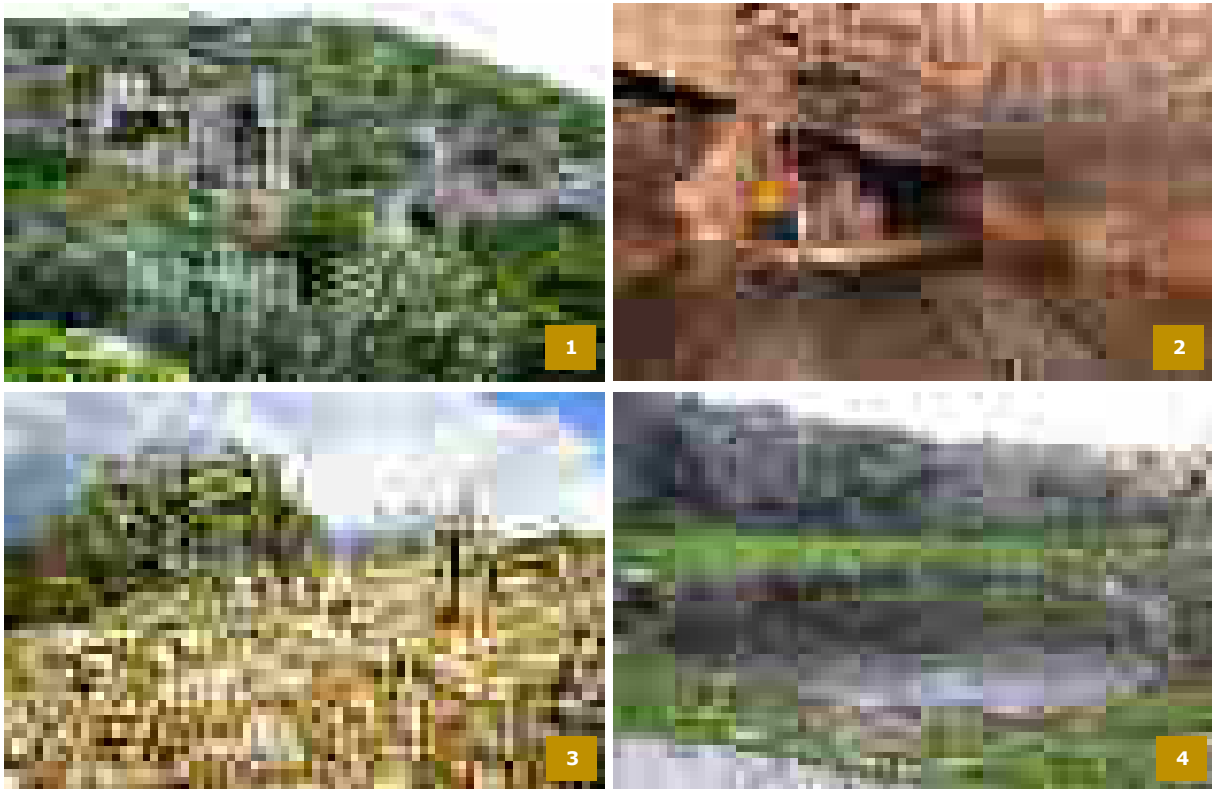


Figura 41 – Formas de geomorfologia da paisagem de Sicó: 1- Buracas de Casmilo, 2- Lapa ativa do Soprador do Carvalho, 3- Campos de Lapiás no Vale das Buracas, 4- Dolina da Ateanha (em fevereiro de 2009)

Fonte: <https://www.viajarentreviagens.pt/portugal/vale-das-buracas-um-segredo-escondido-no-macico-de-sico/> | <http://vivernocampo.blogspot.com/2012/06/imersao-no-soprador-do-carvalho.html>

| <https://www.viajarentreviagens.pt/portugal/vale-das-buracas-um-segredo-escondido-no-macico-de-sico/> | Silva, 2011

Na paisagem da área de estudo, a riqueza geológica que se pode encontrar é comprovada pela existência de sete geossítios classificados no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas sendo consequentemente integrados na Rede Fundamental da Conservação da Natureza (figura 42). Estes locais são relevantes devido ao seu valor científico relativamente aos minerais, às rochas, aos fósseis ou às geoformas características relevantes.

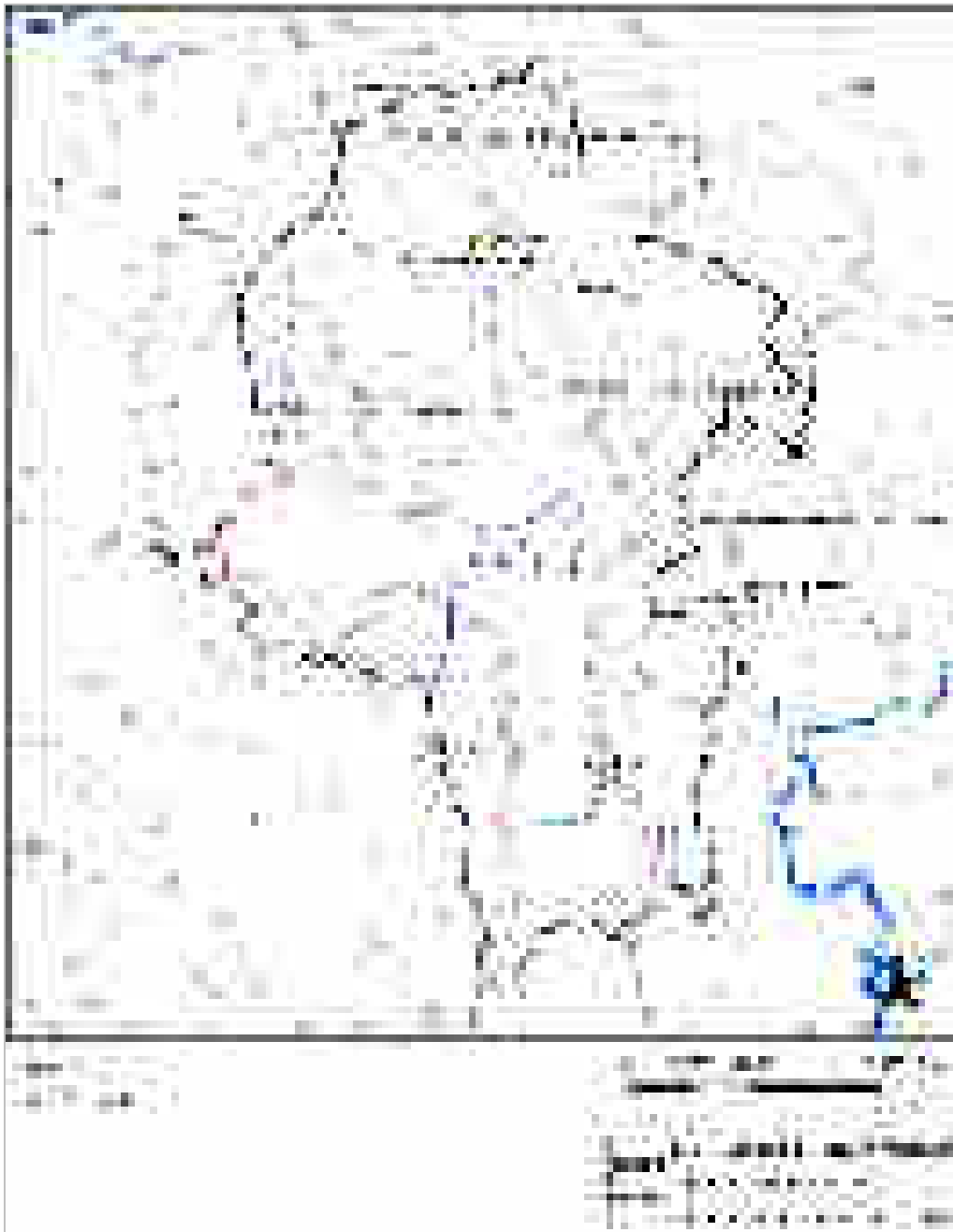


Figura 42 – Carta dos Geossítios Presentes na área de estudo

Fonte: EPIC WEB GIS,2019

A água é um fator determinante na construção da paisagem. No maciço de Sicó, a drenagem subterrânea é tipicamente cárstica havendo um pequeno número de nascentes, mas que apresentam um caudal constante. Para além destas, importa também referir ao nível dos sistemas húmidos - as **dolinas** - que frequentemente se transformam em pequenas lagoas



importantes para a biodiversidade como é exemplo a Dolina de Degracias colonizada por tábuas (*Typha angustifolia*) e aves aquáticas selvagens (*Anas Platyrhynchos*) (Silva, 2011). A figura seguinte sintetiza as principais massas de água e sistemas húmidos da área de estudo.

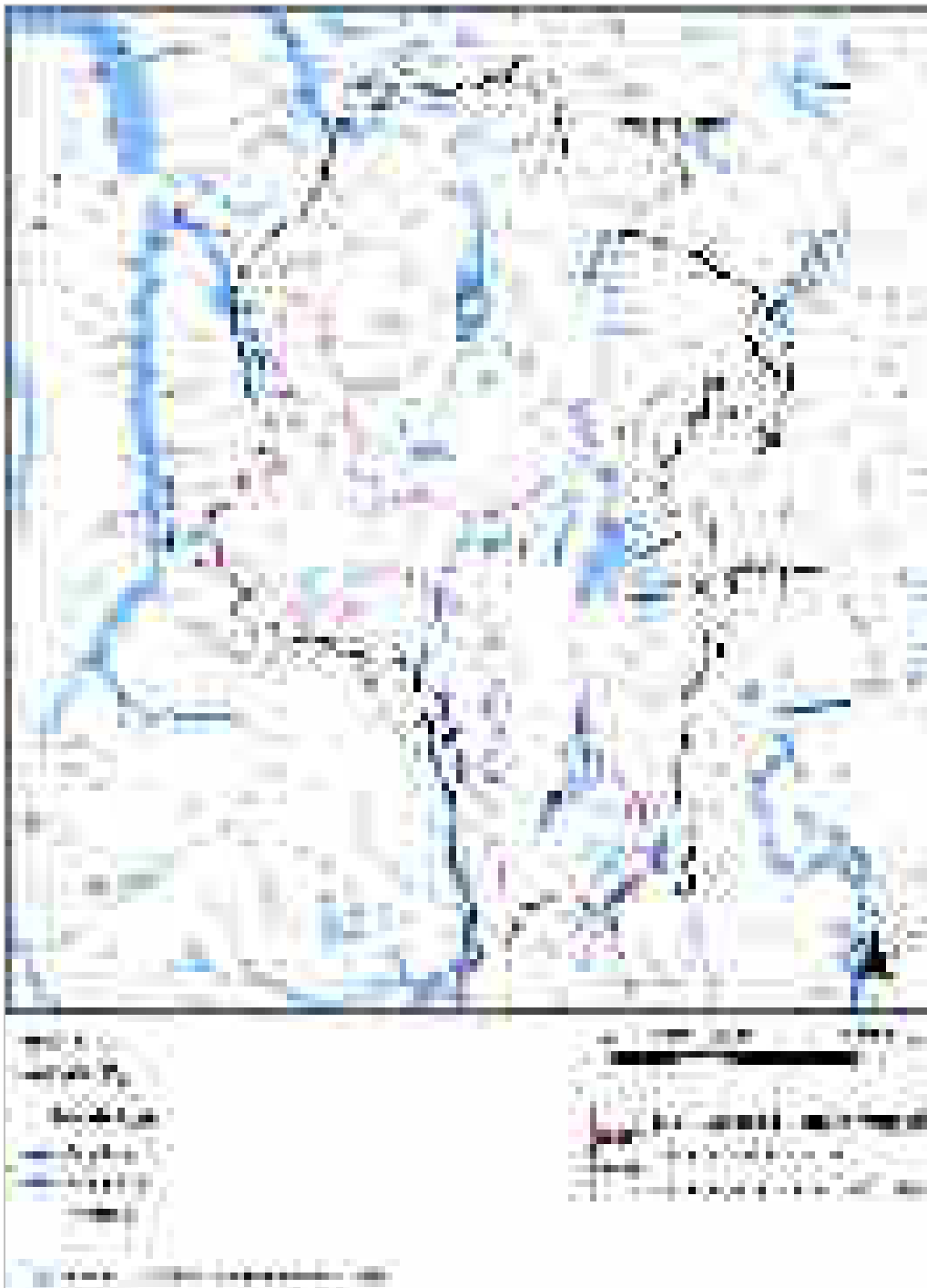


Figura 43 – Carta de Sistemas Húmidos e Massas de Água

Fonte: EPIC WEB GIS,2019



Apesar das nascentes e massas de água, este território apresenta escassez de água à superfície e solos esqueléticos que aliados à orografia, à exposição solar, ao clima ou à formação litológica cársica condicionam o coberto vegetal, ou a falta dele. As condições edafoclimáticas das terras de Sicó permitem o desenvolvimento de endemismos de Portugal Continental - como a *Scrophularia grandiflora*, a *Arabis sadina* e a *Saxifraga cintranal* - e das serras calcárias do oeste nomeadamente várias espécies de orquídeas selvagens e a *Silene longicilia*, espécies rupícolas que se desenvolvem em solos pedregosos de génese calcária.

A flora desta paisagem agrupa-se em: matas, carrascais, matos, vegetação rupícola e brenhas – matagal espesso com grande número de lianas e de plantas espinhosas (Silva, 2011). As espécies que aqui se conseguem desenvolver são na sua maioria autóctones, nomeadamente o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), o carrasco (*Quercus coccinea*), o lentisco (*Pistacia lentiscus*), o zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*) e o carvalho português (*Quercus robur*). Na área de estudo, são abundantes os musgos e fetos no subcoberto destas formações florestais indicando a influência atlântica que aqui se faz sentir.



Figura 44 – Mata de Carvalhos
Fonte: Equipa Técnica, 2019

O carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) é uma espécie marcescente. Esta estratégia serve para proteger os gomos foliares que nunca ficam a descoberto uma vez que quando chega o outono, as folhas murcham e secam caindo apenas quando surge a nova folhagem durante a primavera. Esta característica faz com que a árvore tenha folha continuamente apresentando os característicos tons dourados que pintam a paisagem. O carvalho cerquinho e o carvalho



negral são as únicas árvores da flora lenhosa capazes de exibir este aspeto (Sande Silva, 2007).

A figura seguinte representa as áreas com maior aptidão para o desenvolvimento do carvalho cerquinho (*Quercus faginea*).

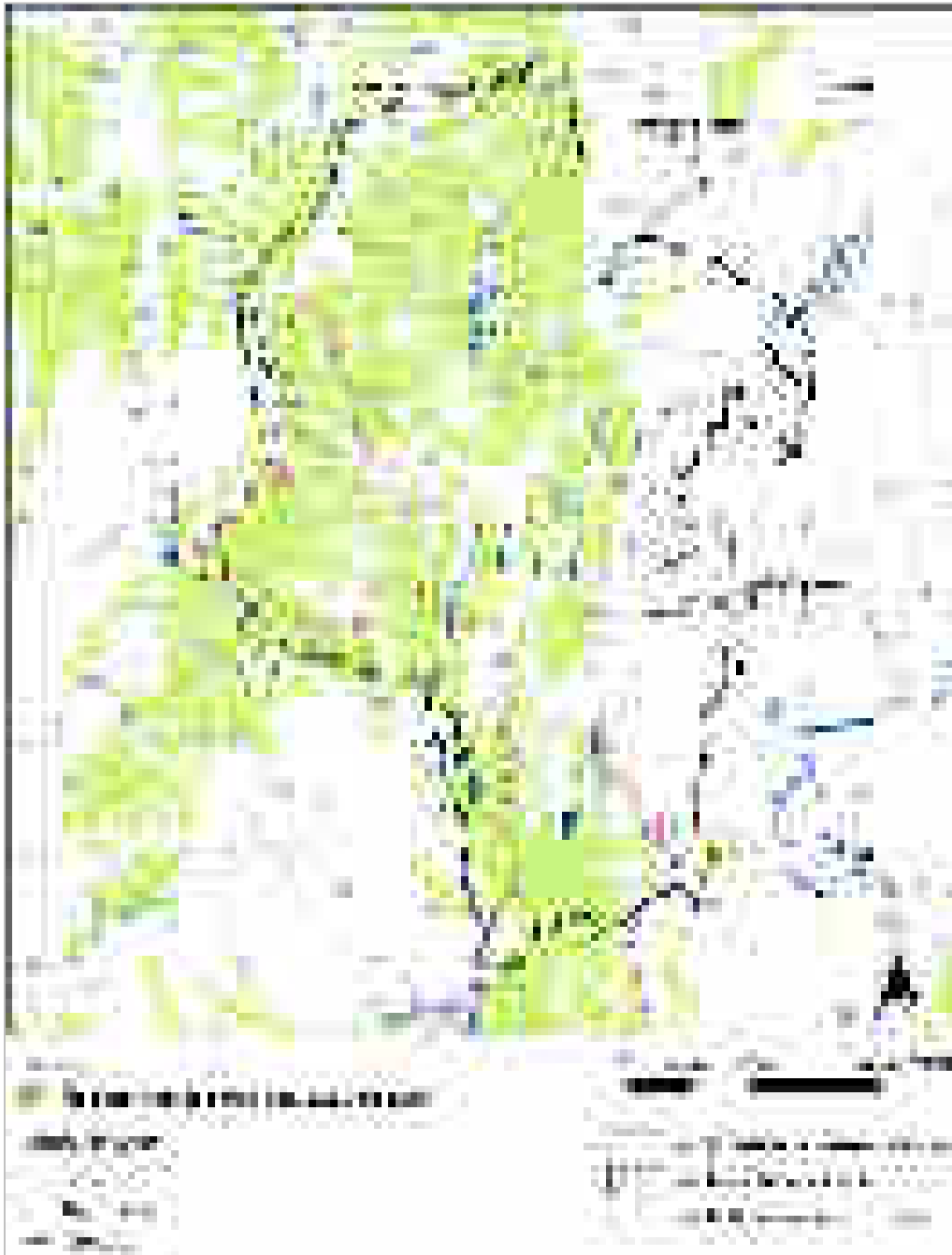


Figura 45 – Carta das Áreas com Aptidão para o Carvalho Cerquinho
Fonte: EPIC WEB GIS,2019



Os carvalhais têm grande importância não só na melhoria e regulação das condições ambientais, mas também como promotores de riqueza. Os cercais têm funções como a amenização do edafo-clima e manutenção da qualidade do ar, a regularização do ciclo da água e a conservação do solo, da água e da biodiversidade. Estas características promovem a prevenção dos fogos florestais e a preservação e melhoria da paisagem natural e dos valores históricos e culturais. Do ponto de vista económico, estes tipos de matas são importantes para o incremento do turismo e na criação de sistemas silvo-pastoris para a produção não só de bens não lenhosos – como cogumelos e a caça – mas também de material lenhoso para madeira e combustível. Incluída neste grupo, está a Mata da Bufarda (Condeixa-a-Nova) que, apesar do estado de degradação ainda conserva numerosas espécies de floresta mediterrânea (*Quercus suber*, *Quercus ilex*, *Quercus faginea*).

‘Pela sua origem autóctone e pela associação que podem apresentar com formas tradicionais e artesanais de exploração da terra, os povoamentos de cerquinho têm atualmente um grande interesse cultural e ambiental, constituindo um património que se justifica conservar e acarinhar’ (Sande Silva, 2007).

Antes dos descobrimentos e da introdução da batata na nossa dieta, a castanha e as bolotas faziam parte integrante da alimentação da população. As bolotas mais consumidas eram as da azinheira e do sobreiro, porém, as bolotas de carvalho cerquinho apresentam a vantagem de anteciparem a frutificação. Durante a 1ª metade do século XX, era habitual os habitantes de Ansião deslocarem-se até ao Alentejo no início do verão para aí adquirirem varas de porco ibérico ou porco preto para ser alimentado e engordado nos cercais com o intuito de vender a sua carne e o presunto no interior beirão. Esta prática foi abandonada, levando a que a Associação Florestal de Ansião sentisse a necessidade de a promover durante os últimos anos (Sande Silva, 2007).

Nestas formações vegetais era também comum o povoamento de animais selvagens como veados, javalis, coelhos e gatos bravos. Atualmente estes animais tem vindo a diminuir o número de efetivos e inclusivamente alguns, nomeadamente os cervídeos, deixaram de habitar este território.

O Sítio de Importância Comunitária Sicó-Alvaiázere refere ainda como espécies da fauna a proteger: mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*) e várias espécies de morcegos (*Myotis spp.*,



Miniopterus schreibersi e *Rhinolophus spp.*), peixes nomeadamente a lampreia do riacho (*Lampreta planeri*), répteis como a salamandra (*Chioglossa lusitânica*), o lagarto de água (*Lacerta schreibersi*) ou o cágado do mediterrâneo (*Mauremys leprosa*) e anfíbios designadamente rãs (*Rana spp.*), a cobra de ferradura (*Coluber hippocrepis*) e o tritão (*Triturus marmoratus*).

O Homem é um dos maiores transformadores da paisagem. Nas Terras de Sicó começou por ser caçador e recolector habitando as buracas e as grutas que aqui existem evoluindo até às aldeias que visitamos atualmente. A ocupação humana durante este tempo é comprovada pelos vestígios do Paleolítico e do Neolítico encontrados nas Buracas Escura e Grande no Vale do Poio, em Pombal, nos vestígios arqueológicos romanos de Penela, Ansião e Alvaiázere, e do período dos metais que podem ser encontrados por todo o território (Silva, 2011). Estes vestígios constituem um dos maiores atrativos desta região.

A partir dos séculos VIII e VII a.C. a região iniciou o contacto com os povos do Mediterrâneo Oriental através do comércio fenício que passava nos vales de Soure e Ega. Mais tarde, os Romanos traçaram nova rota que viria a fazer a ligação entre Olisipo (Lisboa) e Bracara Augusta (Braga), passando por Conímbriga. Os vestígios do percurso podem ser observados em Conímbriga, em Tamazinhos (Alcalamouque) e nas Villae que aí se instalaram como as Dordias (Pombalinho) e os Moroços do Rabaçal. As invasões bárbaras que se seguiram, levadas a cabo por suevos e visigodos, desmantelaram a organização social e económica.

Durante três séculos, as terras de Sicó foram dominadas pelo povo árabe que atribuiu vários topónimos que ainda hoje utilizamos. Posteriormente, com a reconquista cristã e a fundação de Portugal foram iniciadas políticas de colonização e de arroteamento. Desta época são de relevar os castelos e atalaias que faziam a defesa do território de este a oeste.

Conforme já foi referido, o padrão do povoamento rege-se pela fertilidade do solo e pelo desenho das vias de comunicação. Neste cenário, os fundos dos vales secos e das depressões cárnicas permitiram o desenvolvimento da agricultura que viabilizou a fixação da população. Nas Terras de Sicó existe uma dispersão ordenada onde as aldeias são separadas pelas linhas de cumeada e os aglomerados urbanos distribuem-se ao longo de itinerários complementares, como o IC8, e de estradas nacionais, regionais e municipais. As povoações mais antigas e relevantes contam-se Redinha e Abiúl em Pombal, Trapéus e Degracias em Soure, Condeixa a Velha, Furadouro, Zambujal, Vila Sêca e Bem da Fé em Condeixa-a-Nova, Rabaçal, Espinhal e Podentes em Penela, Santiago da Guarda, Lagarteira e Avelar em Ansião

e em Alvaiázere: Maças de Dona Maria, Pussos e Pelmá. As atividades mais relevantes na construção da paisagem são a extração mineira, a agricultura, a pecuária e a silvicultura.

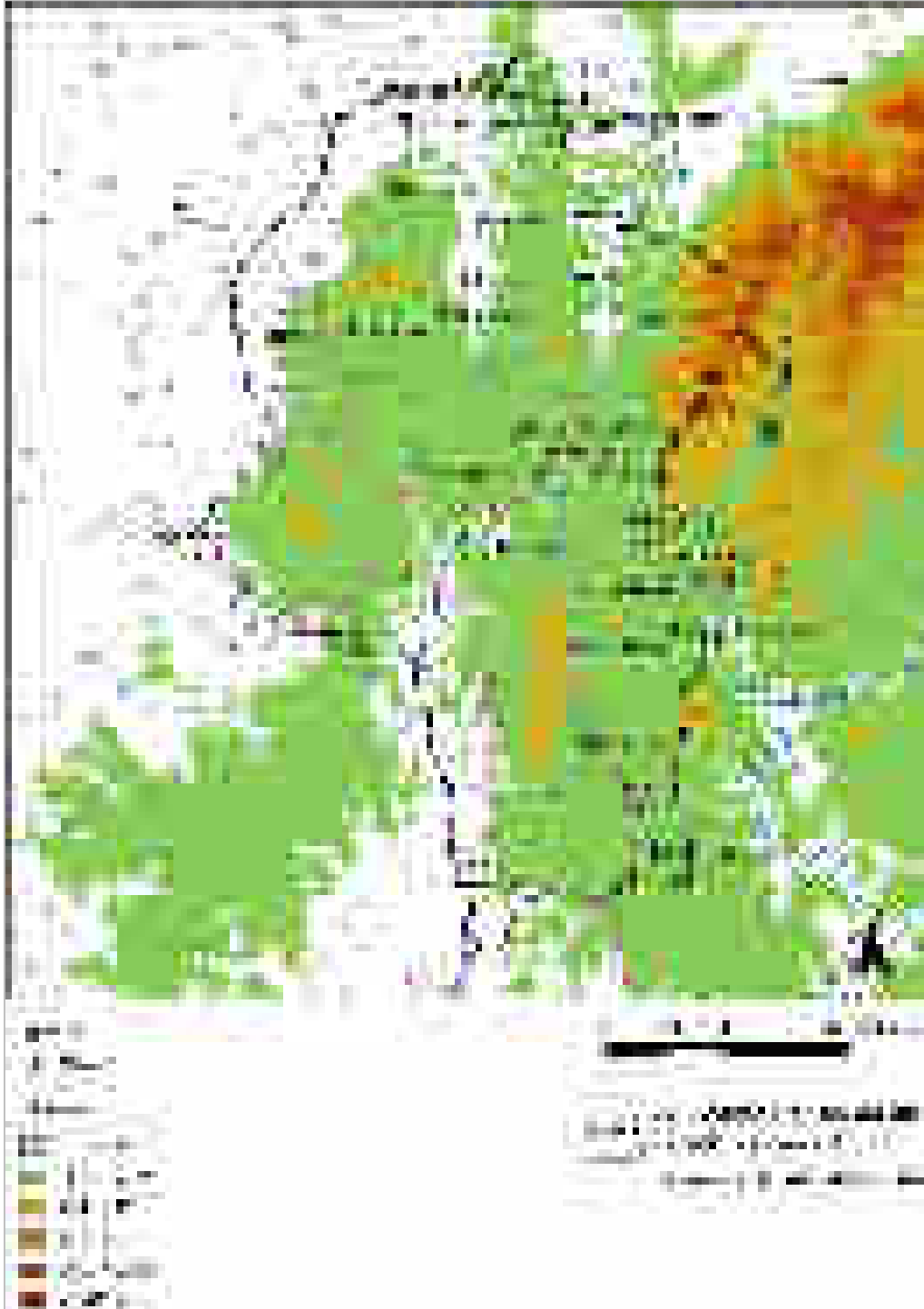


Figura 46 – Carta dos Principais Aglomerados Urbanos dos anos 50
Fonte: Equipa Técnica, 2019



A maior altitude o território é mais seco e menos fértil condicionando o uso do solo normalmente apropriado por matos, pastagens pobres, olivais e algumas matas de fraca qualidade. Nos terrenos localizados a baixa altitude no sopé das serras, os solos apresentam melhor qualidade e são aplanados viabilizando a floresta e o olival mais produtivo, em policultura nas zonas mais frescas e férteis onde se instalaram as povoações.

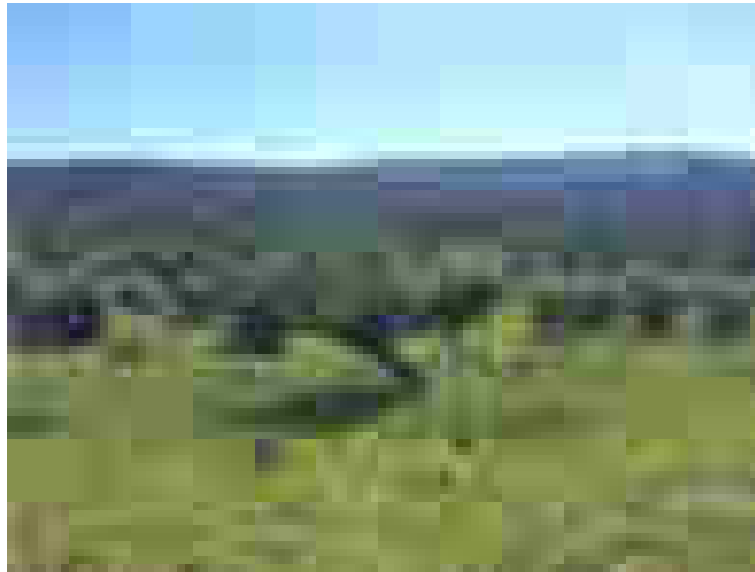


Figura 47 – Paisagem da Serra de Ariques
Fonte: Equipa Técnica, 2019

A transformação desta paisagem deveu-se, principalmente à agropecuária de pequena dimensão. A introdução desta atividade levou à construção de muros de pedra seca, com a dupla função de retirar as pedras do solo – espedrega – permitindo a introdução de culturas permanentes e pastagens de melhor qualidade e a contenção do gado miúdo. No passado, era habitual a realização de queimadas nos matos dos topos das serras para renovar as pastagens do gado ovino e caprino deixando marcas bem visíveis na paisagem que ainda hoje observamos.

A produção do Queijo Rabaçal, com Denominação de Origem Protegida desde 1994, é uma das atividades mais relevantes que contribuem para o desenvolvimento local. Este queijo curado é confeccionado com leite de cabras e ovelhas que pastam Erva de Santa Maria (*Thymus zygis*), uma espécie autóctone de tomilho que se encontra facilmente em toda a serra, que lhe confere o sabor típico. A classificação deste produto obriga ao cumprimento de especificações de rotulagem e confeção sendo que apenas poderá ser produzido numa área restrita que corresponde aproximadamente à área em estudo, nas freguesias de:



- Condeixa a Nova – Condeixa a Velha, Ega, Furadouro, Vila Seca e Zambujal;
- Penela;
- Soure – Degraças, Pombalinho e Tapéus;
- Alvaiázere – exceto em Pussos no lugar de Loureira e Rego de Murta no Lugar de Relvas e Ramalhal;
- Ansião;
- Pombal – Abiúl, Pelariga, Pombal, Redinha e Vila Chã.

Os solos pouco profundos apenas viabilizam a instalação de uma agricultura pobre que é realizada em propriedades de pequena dimensão compreendida entre 1ha e 4ha. As condições de infertilidade do solo levaram a que se adotasse como prática agrícola a plantação do Chícharo (*Lathyrus sativus* L.) para a nitrificação dos solos. Esta leguminosa tinha como função azotar o terreno preparando-o e melhorando-o para que outras culturas se tornassem viáveis e mais produtivas. Para além da vertente agrícola, o chícharo era consumido pelo gado e pelas gentes do campo por ter um valor altamente nutritivo. Atualmente esta prática já não é tao recorrente como antigamente, porém esta leguminosa tem vindo a ser dinamizada do ponto de vista alimentar pela Confraria do Chícharo e por Alvaiázere - Capital do Chícharo.

O uso agrícola é dominado pelos olivais, um pouco por toda a área de estudo, pelas culturas temporárias e pelos sistemas culturais e parcelares complexos junto das povoações e pela agricultura com espaços naturais e seminaturais nos vales dos rios e ribeiras da região, sendo mais relevante no vale da Ribeira de Valmar, afluente do Rio Arunca. A figura seguinte ilustra a agricultura que se pratica na área de estudo, com parcelas de Olival, Vinha e sistemas culturais e parcelares complexos.

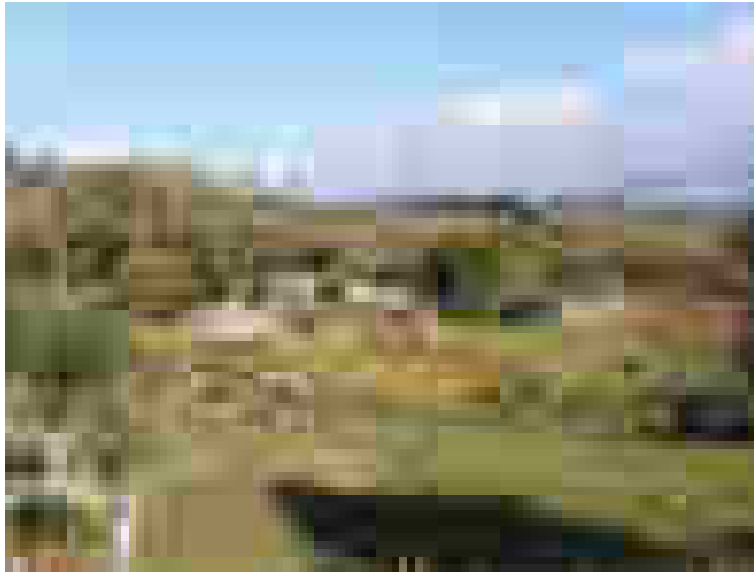


Figura 48 – Paisagem agrícola na aldeia de Cotas, Soure
Fonte: Equipa Técnica, 2019

Atualmente o abandono da atividade agrícola tem atuado como principal fator de alteração da paisagem. Os olivais abandonados foram substituídos por plantações de floresta de eucaliptos, a pecuária reduziu o número de efetivo animal e conseqüentemente houve uma diminuição das pastagens. A figura 49 ilustra um olival associado a pastagens permanentes na aldeia de Cotas em Soure que ainda se encontra em exploração.



Figura 49 – Olival murado na Aldeia de Cotas, Soure
Fonte: Equipa Técnica, 2019



A silvicultura instalada na parte inferior das encostas contrasta com as arborizações naturais do topo das vertentes. As principais culturas aqui instaladas são o pinheiro-bravo e o eucalipto que ganha cada vez mais relevância, principalmente a nascente da área de estudo. O desordenamento geral destas florestas de produção é frequentemente percorrido por incêndios que deterioram a qualidade da paisagem.



Figura 50 – Floresta de Produção de Eucalipto na Orla da Estrada
Fonte: Equipa Técnica, 2019

Os topos das serras são povoados por matos que antigamente se incendiavam com o objetivo de regenerar as pastagens. Atualmente, a regressão do pastoreio de ovinos e de caprinos torna esta queimada desnecessária o que aumenta a dimensão dos matos e propicia a propagação de incêndios rurais. No limite destas áreas de vegetação arbustiva surgem os carvalhais de conservação, um dos conjuntos de matas de carvalhos mais relevantes no nosso país.

A exploração mineira é relevante na área de estudo. Nas pedreiras extraem-se materiais como o saibro, o mármore, a marga, o calcário, a calcite, o gesso, a argila e a areia. Estas formas de exploração abrem feridas na paisagem e conferem-lhe uma cor acinzentada. A atividade mineira é cada vez mais relevante para a região tendo vindo a aumentar as áreas de extração, tanto em número como em dimensão. Algumas das pedreiras encontram-se inexploradas, porém a sua marca na paisagem é notória uma vez que não foram realizadas quaisquer operações de recuperação ambiental visíveis.



As figuras 51 e 52 ilustram espacialmente as áreas de extração de inertes observadas em 2007 e 2015 respetivamente. Este cartograma foi criado com base na Carta de Ocupação e Uso do Solo (COS) dos anos de 2007 e 2015, sobreposta com a informação fornecida pela fotografia aérea disponibilizada pelo Google Earth de 2005/2006 e 2017/2018.

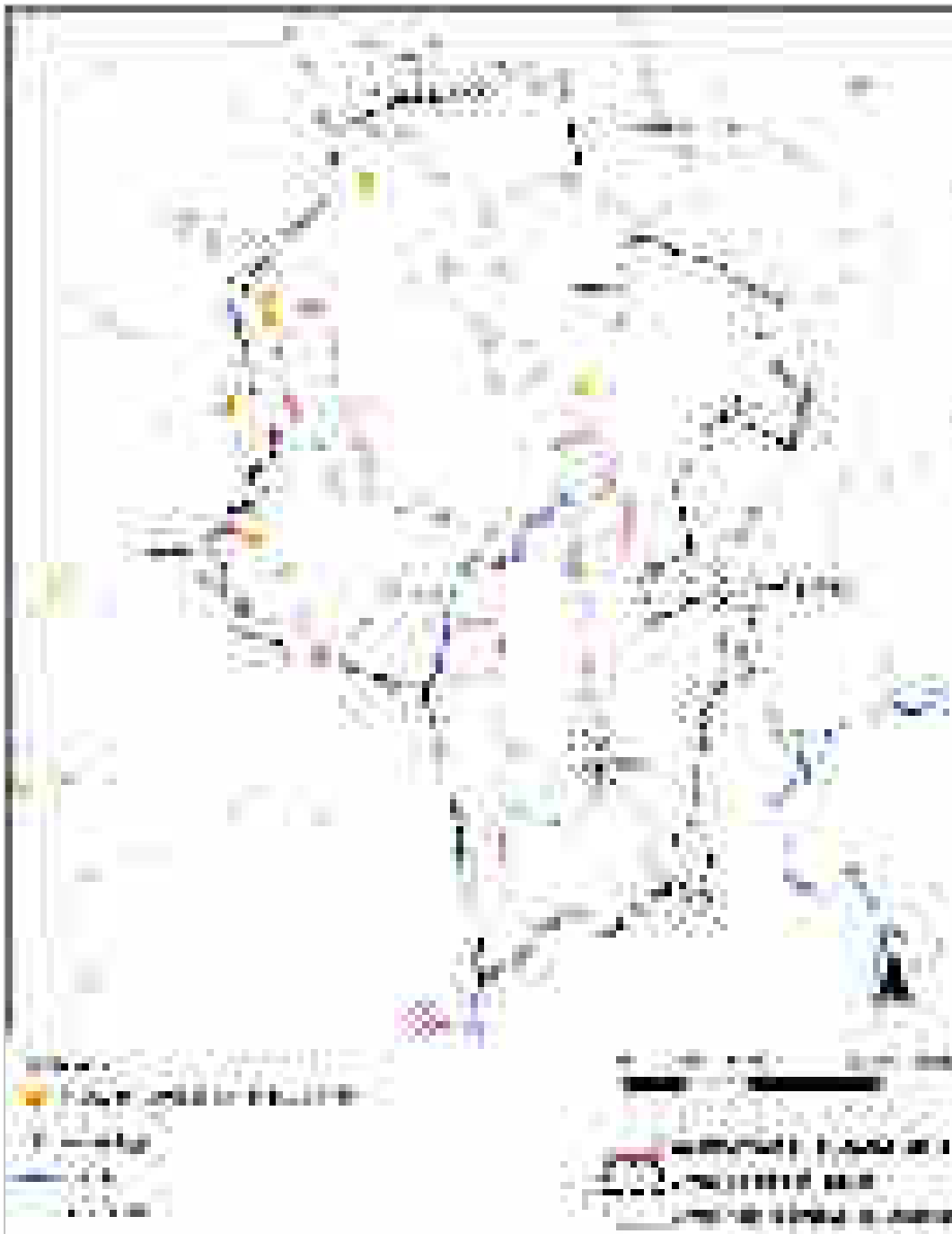


Figura 51 – Carta das Áreas de Extração de Inertes em 2007
Fonte: Equipa Técnica, 2019

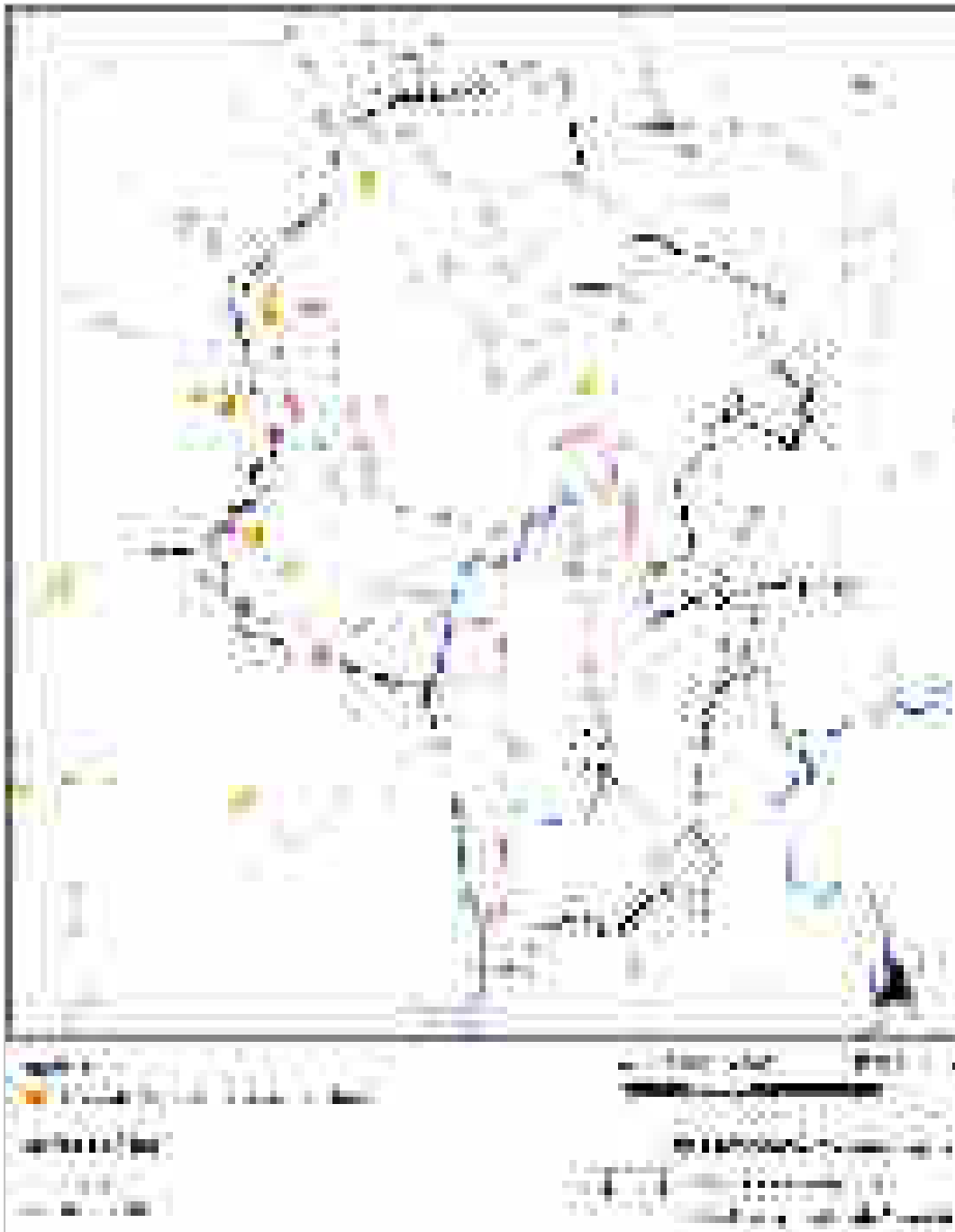


Figura 52 – Carta das Áreas de Extração de Inertes em 2015
 Fonte: Equipa Técnica, 2019

O mosaico da paisagem é constituído por campos agrícolas separados por muros de pedra seca, manchas de floresta, tanto de conservação como de produção, e por matos no topo das Serras. A figura seguinte é representativa da paisagem das Terras de Sicó com campos murados, povoamento e floresta.

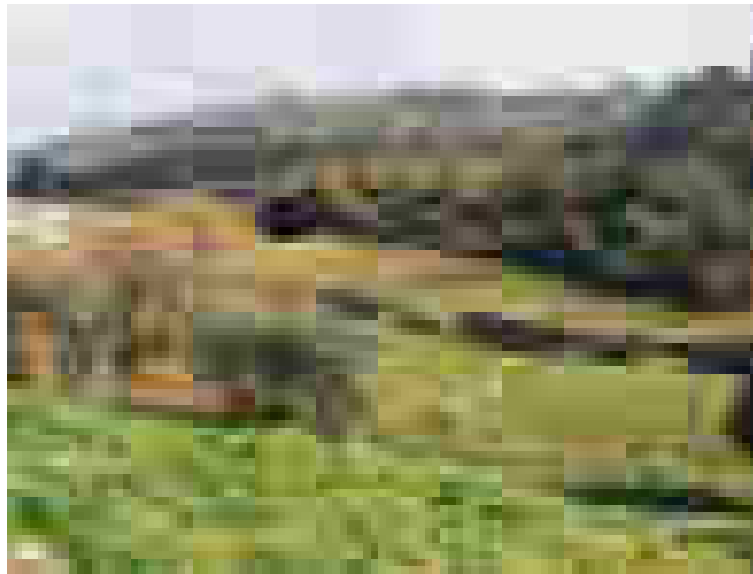


Figura 53 – Mosaico de paisagem na Aldeia de Cotas, Soure
Fonte: Equipa Técnica, 2019

2.6.2 Unidades Homogéneas de Paisagem

A delimitação de unidades homogéneas de paisagem consiste na subdivisão de áreas com características semelhantes, exercício que se considera fundamental para o conhecimento das principais características de cada unidade territorial e, conseqüentemente, para o diagnóstico de ameaças e oportunidades que interfiram com a sua valorização e desenvolvimento.

Neste sentido, no âmbito do presente estudo, as unidades de paisagem identificadas correspondem às “áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes”⁶, podendo a sua identidade surgir da “morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários fatores”⁷. Ou seja, referem-se a áreas relativamente homogéneas que partilham características, apelando a estratégias comuns.

Em Portugal a definição de unidades de paisagem foi realizada para todo o território por Cancela d’Abreu *et al* a pedido da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), atual Direção-Geral do Território (DGT). O estudo

⁶ CANCELA D’ABREU *et al* (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*.

⁷ *Idem*



‘Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental’ é por isso uma referência concetual e metodológica para a delimitação de unidades de paisagem. A publicação, datada de 2004, identifica uma metodologia para a identificação e caracterização da paisagem adaptada à escala 1:250.000. Posteriormente a metodologia foi aplicada a Portugal Continental e foram criadas fichas de caracterização para as 128 unidades de paisagem identificadas⁸, organizadas de acordo com o seu âmbito regional em 22 grupos. A publicação acrescenta ainda um conjunto de seis casos de estudo que foram aprofundados e desenvolvidos a escalas distintas com o intuito de testar a metodologia geral utilizada.

A área de estudo do presente projeto foi integrada por Cancela d’Abreu e a sua equipa no grupo K – Maciços Calcários da Estremadura. Esta unidade é caracterizada pela presença de imponentes formações de calcário e de solos secos e pouco profundos. O grupo inclui as serras de calcário de Coimbra/Tomar e da Serra de Aire e Candeeiros bem como as colinas de Rio Maior – Ota e a Serra de Montejunto.

A área da Serra de Sicó, objeto de estudo nesta análise, inclui-se na unidade de paisagem número 67, ‘Maciço Calcário de Coimbra – Tomar’. Esta unidade é distinta da sua envolvente ocidental, composta por de terras baixas, pelo seu relevo mais pronunciado e pelos seus calcários secos que afloram nos cumes dos montes.

A figura seguinte apresenta os grupos de unidades de paisagem e as unidades de paisagem definidas por Alexandre Cancela d’Abreu em 2004 para Portugal Continental com uma aproximação à área de estudo.

⁸ Na publicação de Cancela d’Abreu *et al* (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*, cada uma das 128 unidades de paisagem tem uma ficha que inclui a identificação e caracterização, não apenas dos aspetos mais relevantes do seu caráter, mas também as tendências, potencialidades e problemas, os instrumentos de ordenamento aplicáveis e, ainda, orientações para a sua futura gestão, bem como cartografia e fotografias representativas dos padrões e do caráter da respetiva unidade de paisagem.

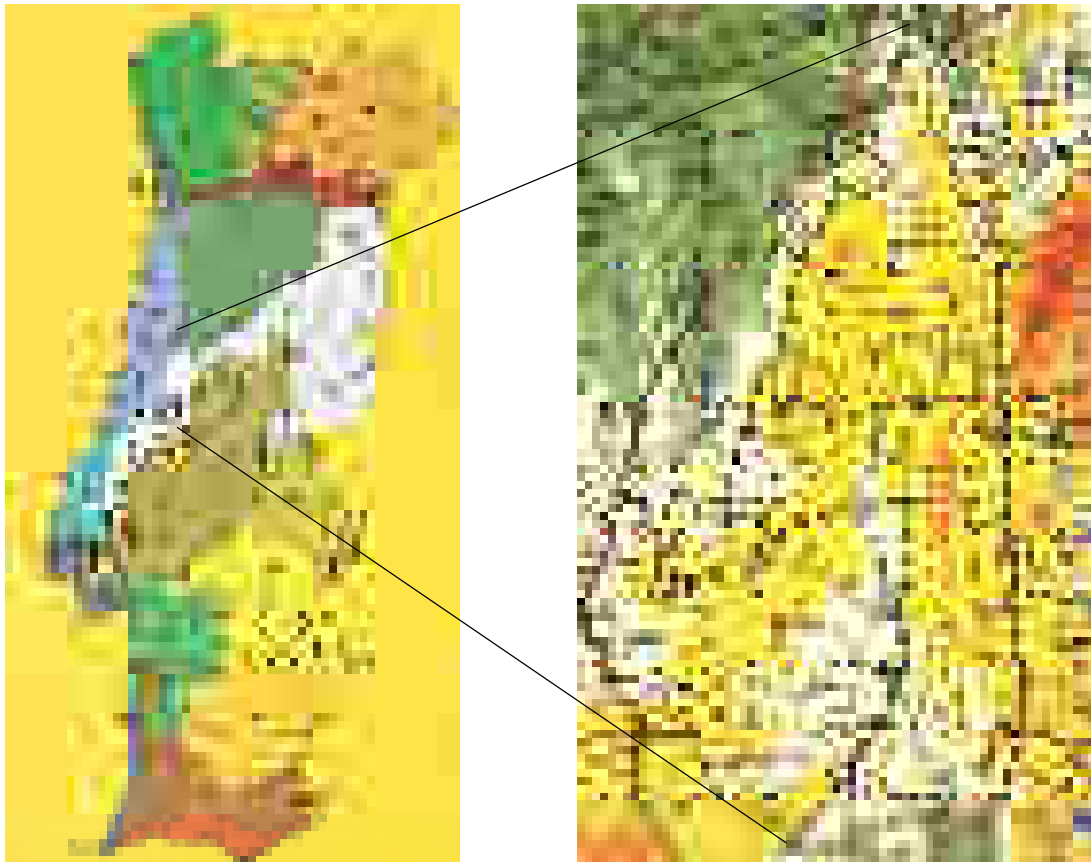


Figura 54 – Grupos e Unidades de Paisagem de Âmbito Nacional, com destaque para a UP Maciço Calcário de Coimbra-Tomar

Fonte: Equipa Técnica, 2019 (adaptado de CANCELA D'ABREU, 2004)

O estudo de unidades de paisagem de âmbito nacional considera que a área de estudo do presente trabalho apresenta uma baixa identidade. Esta observação é justificada pela introdução de sistemas florestais amplamente difundidos no nosso país, nomeadamente com a plantação do eucalipto e do pinheiro bravo, e pela construção desordenada com tipologias pouco tradicionais. No entanto, refere a importância do maciço calcário e do relevo que aqui existe.

No que respeita ao âmbito do presente estudo, foram identificadas cinco unidades de paisagem que resultam da interpretação e análise de fatores geológicos, topográficos e altimétricos: A) Vale do Rio Nabão; B) Maciço de Sicó; C) Serras e Planaltos Orientais; D) Vale do Rabaçal; e E) Colinas Orientais.

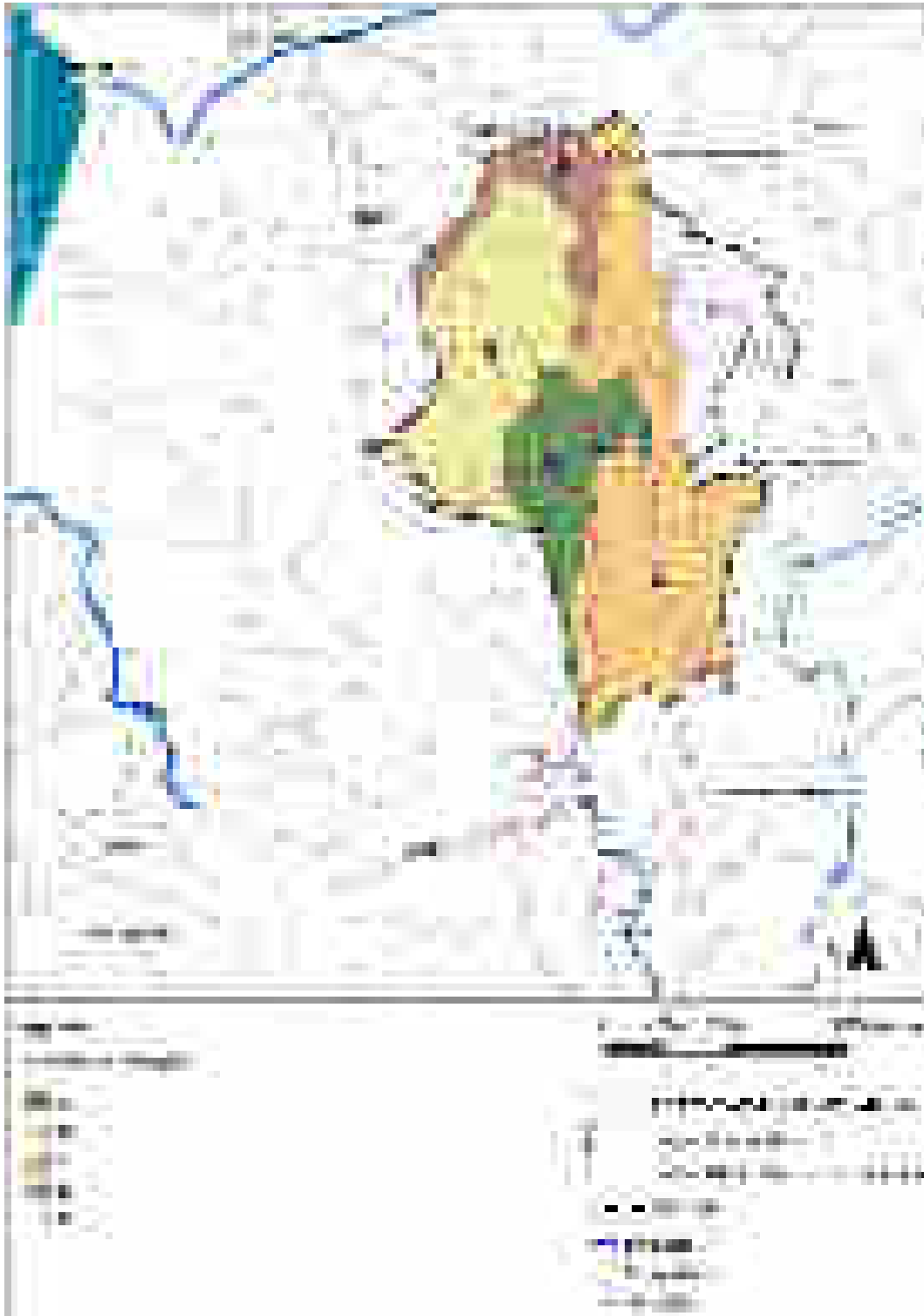


Figura 55 – Unidades de Paisagem
Fonte: Equipa Técnica, 2020



A – Vale do Nabão

Esta unidade de paisagem corresponde, grosso modo, à bacia hidrográfica do principal rio da área de estudo, o Rio Nabão. Esta área é a que tem menor diferença altimétrica, compreendida entre os 140 e os 350 metros. Com aproximadamente 8.989 hectares, situa-se a poente da área de estudo e inclui as freguesias de Almoster (Alvaiázere), Pousaflores, Chão de Couce, Santiago da Guarda, Ansião e Alvorge (Ansião), Cumieira (Penela), Abiul (Pombal). Nesta área, dominada por rochas calcárias, existem grandes manchas florestais de resinosas - principalmente de pinheiro bravo.

O valor natural que lhe é atribuído prende-se maioritariamente com a fauna e flora presentes nos habitats que se podem encontrar no SIC Sicó-Alvaiázere nomeadamente os seguintes grupos de habitats naturais e semi-naturais: Florestas, Habitats Rochosos e Grutas, Formações Herbáceas naturais e semi-naturais, Charnecas e matos das Zonas Temperadas e Habitats de Água Doce no rio Nabão.

Esta unidade de paisagem é ainda marcada por valores patrimoniais arquitetónicos e arqueológicos dos quais se destacam o património classificado com interesse nacional, designadamente: a Capela de Nossa Senhora da Paz/Capela Constantina, o Pelourinho de Ansião e a Residência Senhorial do Castelo Melhor/Paço dos Vasconcelos.

B – Maciço de Sicó

A unidade de paisagem do maciço de Sicó tem uma área de aproximadamente 18.796 hectares inseridos nos concelhos de Ansião (Santiago da Guarda e Alvorge), Condeixa-a-Nova (Zambujal, Furadouro, Ega e União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e de Condeixa-a-Nova), Penela (União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal), Pombal (Abiul, Vila Chã, Pombal, Pelariga e Redinha) e Soure (União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, Tapéus e Soure).

Principalmente caracterizada pelo seu maciço calcário de Sicó, tem uma altitude que varia desde os 40 metros de altitude registados nos aluviões dos vales de afluentes do Rio Arunca - nomeadamente o do Rio Anços - e os 553 metros registados no cume da Serra e Sicó onde o afloramento calcário se torna visível.

Nos topos, os afloramentos rochosos impedem a introdução de uma agricultura ou silvicultura próspera tendo sido ocupados por matos onde se realiza o pastoreio. A meia encosta



predominam as florestas de pinheiro bravo ponteadas por algumas parcelas agrícolas que produzem essencialmente culturas temporárias de sequeiro e de regadio.

Esta unidade de paisagem inclui grande parte do SIC – Sicó Alvaiázere e aí encontram-se todos os grupos de habitats naturais e seminaturais existentes nesta área classificada, nomeadamente: as Florestas, os Habitats Rochosos e grutas, as Formações herbáceas naturais e seminaturais, os Matos esclerófitos, as Charnecas e matos das zonas temperadas e os Habitats de água doce. Conta ainda com outros valores naturais nomeadamente 110 valores geológicos, dos quais se consideram ser mais relevantes os geossítios da Nascente de Anços e Vale dos Poios, das Buracas de Casmilo e de Maria Pares.

Do ponto de vista cultural foram identificados 13 elementos do património arqueológico e 72 do património arquitetónico, entre os quais quatro foram classificados de interesse nacional como o Pelourinho de Pombalinho, o Abrigo com Gravuras no Vale do Poio, o Nicho seiscentista de Abiul e o Arco Manuelino de Abiul.

C – Serras e Planaltos Orientais

A unidade de paisagem que corresponde às Serras e Planaltos Orientais na parte central da área de estudo que percorre de Norte a Sul. É a que tem uma maior extensão, cerca de 278.889 hectares, inscritos nos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Soure.

As cotas variam entre os 100 metros de altitude registados nos vales do Rio Nabão, do Rio de Mouros e do Rio Corvo e os 618 metros do cume da Serra de Alvaiázere. Esta área inclui vários pontos altos da Serra de Alvaiázere sendo os mais relevantes os de: Moura (552 metros), Quartinho (447 metros), Ariques (428 metros) e Lomba (339 metros).

Nesta área os valores podem encontrar-se vários valores naturais tais como os habitats naturais e semi-naturais, referidos no SIC – Sicó Alvaiázere, e 69 elementos do património geológico nomeadamente o geossítio do Deslizamento sin-sedimentar da Ateanha.

Os topos agrestes da Serra de Alvaiázere foram ocupados por matos onde se realiza o pastoreio de gado caprino. Noutras áreas, onde foi possível realizar-se a espedrega, foram plantadas oliveiras para a produção de azeite típica da região. No entanto, a maior parte do território é afeto ao uso florestal, dominado por povoamentos de resinosas, principalmente de



Pinheiro Bravo, e de folhosas dispersas em manchas de pequenas dimensões. O eucaliptal tem vindo a ganhar relevância principalmente na parte nascente.

Do ponto de vista cultural, foram identificados 69 elementos do património arqueológico e 49 relativas a património arquitetónico. Deste grupo, seis foram classificadas como tendo interesse público, nomeadamente: o Castelo de Germanelo, o Pelourinho de Maças de Dona Maria, a Fonte do Pereiro, o Cruzeiro Filipino de Maças de Dona Maria, o Cemitério antigo de Maças de Dona Maria e o Pelourinho / Cruzeiro de Pousaflores.

D – Vale do Rabaçal

A unidade de paisagem que corresponde ao vale do Rabaçal tem aproximadamente 6.105 hectares no vale do Rio de Mouros e do Rio Anços. Esta área inclui parte dos concelhos de Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Pombal.

Em termos altimétricos, as suas cotas variam entre os 30 e os 320 metros. As rochas principalmente calcárias originam Luvissoles, Podzóis e Cambissolos, estes últimos predominam no vale do Rabaçal onde também se pode encontrar a agricultura onde se produzem culturas temporárias e pastagens para o gado ovino e caprino.

Esta unidade de paisagem encontra-se fora do SIC – Sicó Alvaiázere, contudo, tem identificados 11 valores do património geológico como o Geossítio do Tufo de Condeixa e Vale do Rio dos Mouros.

A paisagem desta unidade de paisagem é caracterizada por um vale largo pontuado por Olivais e com algumas florestas de pinheiro manso e de folhosas. Alguns aglomerados urbanos que aqui se localizam como a aldeia de Tamazinhos e a cidade de Condeixa têm um grande interesse patrimonial contando com 56 elementos patrimoniais classificados (29 arqueológicos e 27 arquitetónicos). Algumas destas construções encontram-se classificadas a nível nacional como a Villa Romana do Rabaçal, o Aqueduto Romano de Conimbriga e Castellum de Alcabideque, as Ruínas de Conimbriga, a Casa de São Tomás e a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (Palácio dos Figueiredos).



E – Colinas Orientais

A unidade de paisagem que corresponde às colinas orientais é a menos característica da paisagem da serra de Sicó. Tem cerca de 8.826 hectares inscritos nos concelhos de Ansião e Penela.

As cotas variam entre os 130 e os 860 metros, aumentando à medida em que nos aproximamos da Serra da Lousã. A geologia, para além do típico calcário, é caracterizada por rochas metamórficas como o xisto e quartzitos onde se encontra o geossítio do Início do enchimento da Bacia Lusitaniana.

O uso de solo predominante é afeto à atividade silvícola, principalmente na produção de eucaliptos e, em menor extensão, de outras folhosas.

Penela é o concelho que nesta unidade de paisagem tem contabilizados mais elementos patrimoniais relevantes. No total, foram identificados 13 elementos arqueológicos e 31 arquitetónicos. Dos quais 6 estão classificados como imóveis de interesse nacional, nomeadamente: o Pelourinho de Avelar, Convento de Santo António, Igreja Paroquial de Penela (Igreja de Santa Eufémia), o Pelourinho de Penela, o Castelo de Penela e o Pelourinho de Podentes.

2.6.3 Síntese do valor estético e ecológico da paisagem

De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem (2005), Paisagem ‘designa uma parte do território tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos.’ Neste contexto, o conceito de paisagem inclui um sem número de variáveis, sendo, por isso, frequentemente simplificado o seu estudo através da análise das suas componentes biofísicas e cultural. Porém, ‘a paisagem terá de ser considerada como um todo orgânico e biológico em que cada elemento é interdependente, influenciando e sofrendo da presença dos restantes participantes’ (Telles, 2016). Assim, a atribuição de valor à paisagem pode ser realizada de uma forma objetiva, quando nos referimos à sua ecologia, ou subjetiva, se interpretarmos o seu valor estético.

A avaliação do valor da paisagem estético baseia-se na interpretação dos seus componentes: relevo, vegetação, água e estruturas construídas, através de atributos de qualidade visual – ordem, diversidade e valor cénico. A ordem mede-se pelo grau de organização do espaço e pela coerência. Quanto maior for maior é a impressão que a paisagem causa num



determinado interlocutor. A diversidade vem retirar a monotonia e tornar a paisagem mais heterogênea. 'Ordem sem diversidade resulta em monotonia e desinteresse, enquanto que diversidade sem ordem é normalmente percebida como caos' (Marques, 2014). Por sua vez, **o valor cénico de uma paisagem vem criar um impacto sensorial no indivíduo que observa determinada paisagem e depende de efeitos de escala, luz, contraste, cor e integridade e estado de conservação.** Esta característica é a que define uma paisagem como memorável, única e inesquecível.

Francisco Caldeira Cabral acrescenta que a beleza vem da ordem que está implícita no conteúdo artístico. O valor estético da paisagem está intimamente dependente do equilíbrio dos fatores ecológicos e da sua adequação aos interesses do Homem, reunindo assim todos os outros fatores que interatuam na paisagem, nomeadamente: culturais e económicos (Magalhães, 2001). A ecologia da paisagem considera o homem como parte integrante da paisagem fazendo a ligação entre as ciências do ambiente e as ciências sociais. **O valor ecológico da paisagem é identificado através das dinâmicas e diversidade.**

O valor ecológico da paisagem é composto por elementos visíveis tais como o relevo, a natureza do solo, a água e a vegetação, bem como por outros fatores de ambiente que condicionam e determinam os primeiros, nomeadamente **o subsolo, a fauna e o clima** (Magalhães, 2001). A atribuição de um determinado valor à paisagem prende-se com a apreciação de mosaicos de paisagem através da compreensão dos seus padrões. Cada mosaico de paisagem é distinguível pelos seus limites. Neste contexto, **uma paisagem é tanto mais valorizada quanto maior for a sua diversidade e conectividade, tanto do ponto de vista estético, ecológico e/ou cultural.**

Exposto o quadro teórico relativo ao valor estético e ecológico da paisagem, e considerando que os estudos apresentados no subcapítulos anteriores vieram demonstrar que a Paisagem da área de estudo resulta da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, é possível concluir que **a área proposta como a classificar como área de Paisagem Protegida é aquela que apresenta maior valor estético, ecológico e cultural.**



3. SERRA DE SICÓ: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO ÁREA PROTEGIDA DE ÂMBITO REGIONAL

3.1. TIPOLOGIA DE ÁREA CONSIDERADA MAIS ADEQUADA

A Serra de Sicó possui um vasto conjunto de valores paisagísticos e biofísicos. A área que se propõe classificar é ímpar na sua componente geológica, florística, faunística e cultural, de onde se destacam as formações associadas ao sistema cársico, nomeadamente: as dolinas, as grutas, as buracas e os campos de lapiás. Em termos florísticos, esta área possui vários endemismos de Portugal Continental tais como: a *Scrophularia grandiflora*, a *Arabis sadina* e a *Saxifraga cintrana* - classificada como vulnerável pela Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental. A estas espécies rupícolas e que se desenvolvem em solos pedregosos de génese calcária juntam-se as várias espécies de orquídeas selvagens e um endemismo das serras calcárias do Oeste, a *Silene longicilia*.

As Terras de Sicó têm um papel fundamental na estratégia de desenvolvimento local integrada dos municípios de Pombal, Ansião, Penela, Alvaiázere, Condeixa-a-Nova e Soure. Aliás, a Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó tem como objetivos a promoção de ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural, direcionadas com particular enfoque no desenvolvimento do turismo.

A Lei n.º 11/87, de 7 de abril, definiu as bases da política de ambiente, a partir da qual se criou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) que formula opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade. Como consequência, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho, a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN). Este documento corresponde ao Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, e possibilita que a classificação de áreas protegidas de âmbito regional e local seja realizada por ato deliberativo dos órgãos representativos e, sob proposta dos seus órgãos executivos, a associações de municípios e municípios pelo artigo 15.º deste decreto-lei prevê, no seu n.º.2. Ainda de acordo com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e pelo disposto no artigo n.º 19, uma paisagem protegida é 'uma área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciam grande valor estético, ecológico e cultural'.

O estudo apresentado no capítulo anterior veio demonstrar que a **Paisagem das Terras de Sicó resulta de uma interação equilibrada entre o Homem e a Natureza, evidenciando,**



simultaneamente, grande valor estético, ecológico e cultural, razão pela qual o presente estudo propõe que a tipologia de área protegida a adotar seja a de Paisagem Protegida de âmbito regional.

A classificação da área protegida de âmbito regional tem como efeito viabilizar a adoção de medidas que valorizem e mantenham a diversidade biológica e o carácter da paisagem, diminuindo os impactes ambientais e estéticos que possam ocorrer. A diversidade fitocenótica e paisagística deste território propicia que, através da adoção de medidas de proteção e de requalificação haja um aumento significativo da diversidade específica.

3.2. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

A preservação e valorização da paisagem natural e cultural, sui generis e de grande beleza, da qualidade e da quantidade da sua água, da sua fauna e da flora naturais, e das suas ambiências subterrâneas são os principais motivos da classificação e objetivos a conseguir, numa tentativa de conciliação consentânea com a valorização do património cultural (aí se destacando o arqueológico) e as atividades económicas tradicionais desta região (como os olivais e as pastagens do gado), com vista a uma promoção económica, social e cultural das populações rurais que aqui habitam.

Assim e como é possível observar na imagem que se segue, na delimitação proposta para a área de paisagem protegida, tentámos privilegiar o maciço de calcário com todo o seu peculiar património geomorfológico associado, os habitats mais representativos e o património sociocultural mais singular e identitário destas Terras de Sicó, procurando abarcar o SIC Sicó-Alvaiázere e excluir as áreas urbanas consolidadas e as áreas artificializadas, nomeadamente pedreiras.

De realçar que a delimitação proposta foi efetuada sobre a carta militar 1:25.000 disponibilizada pelos municípios e, sempre que possível, por elementos físicos facilmente identificáveis no terreno (caminhos, vias, muros, linhas de água,...), bem como foi posteriormente aferida ao ortofotomapa de 2015, dada alguma desatualização da carta militar, nomeadamente ao nível viário e do edificado. Ainda de salientar, o facto de se procurar incluir sempre as duas margens dos rios, englobando as galerias ripícolas de ambas as margens, salvo quando já não estávamos na área geográfica em estudo, ou seja, dos concelhos envolvidos, como é o caso do rio Nabão.

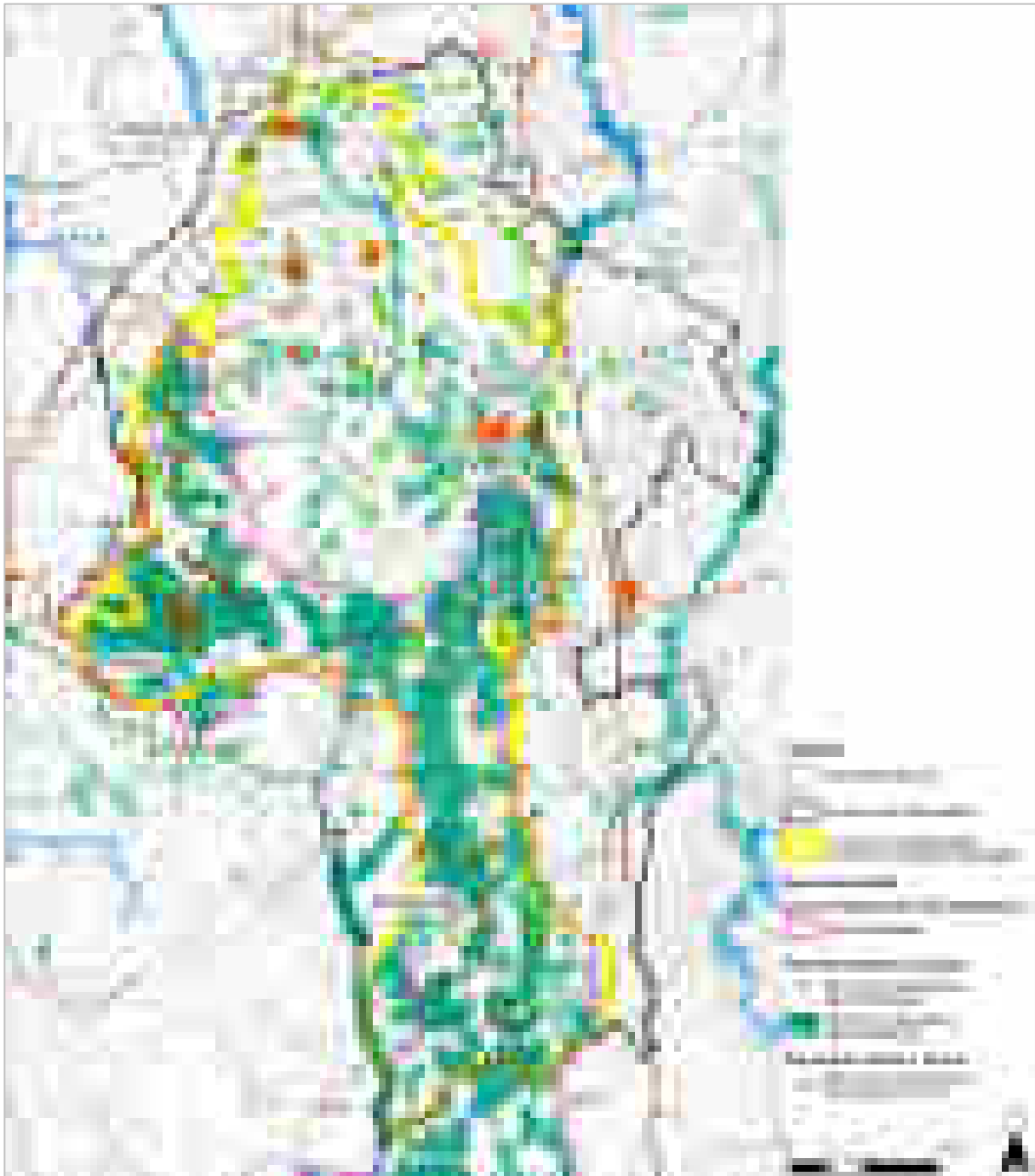


Figura 56 – Proposta de delimitação da área de paisagem protegida
Fonte: Equipa Técnica, 2020

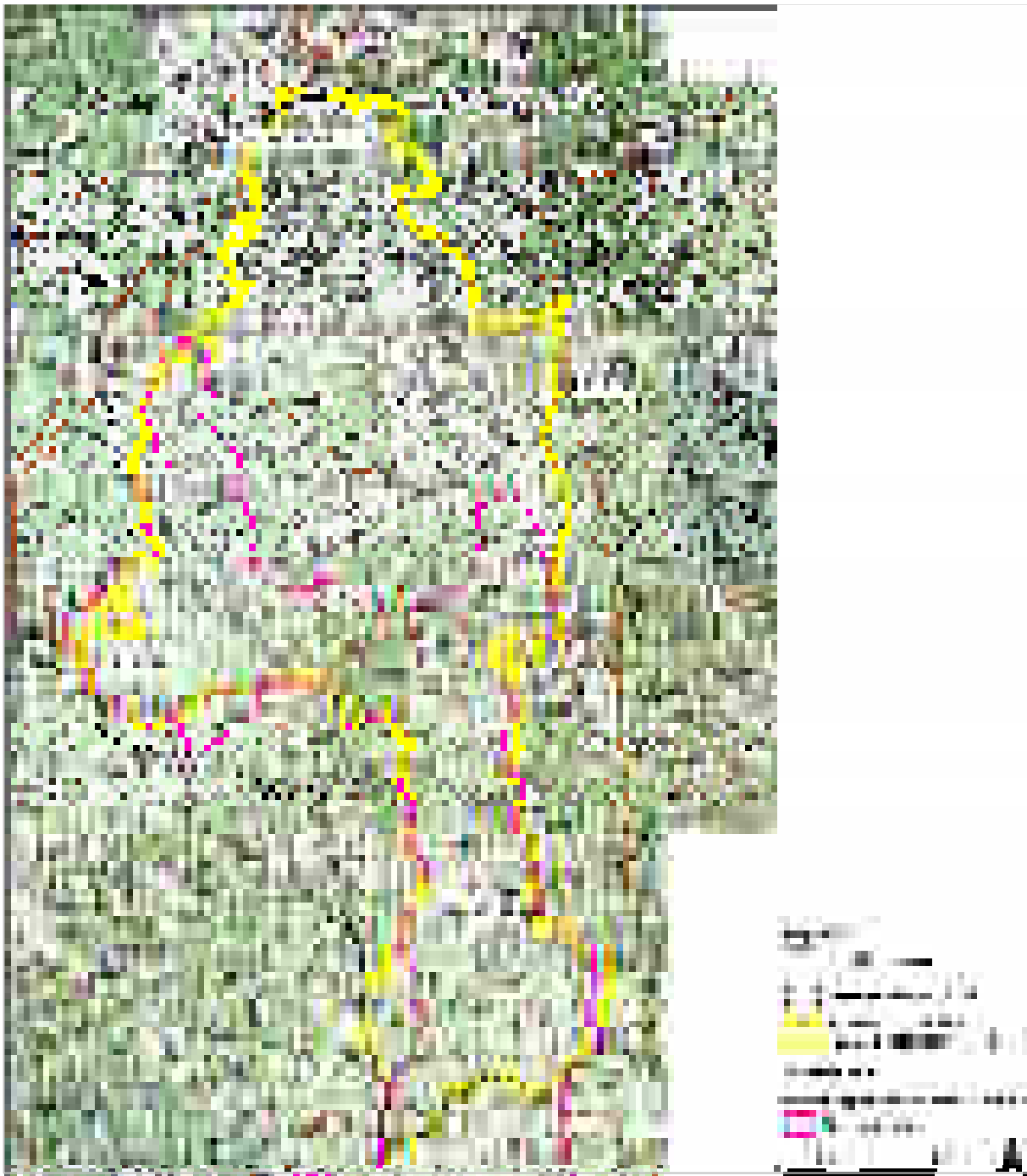


Figura 57 – Proposta de delimitação da área de paisagem protegida (sobre carta militar)
Fonte: Equipa Técnica, 2020

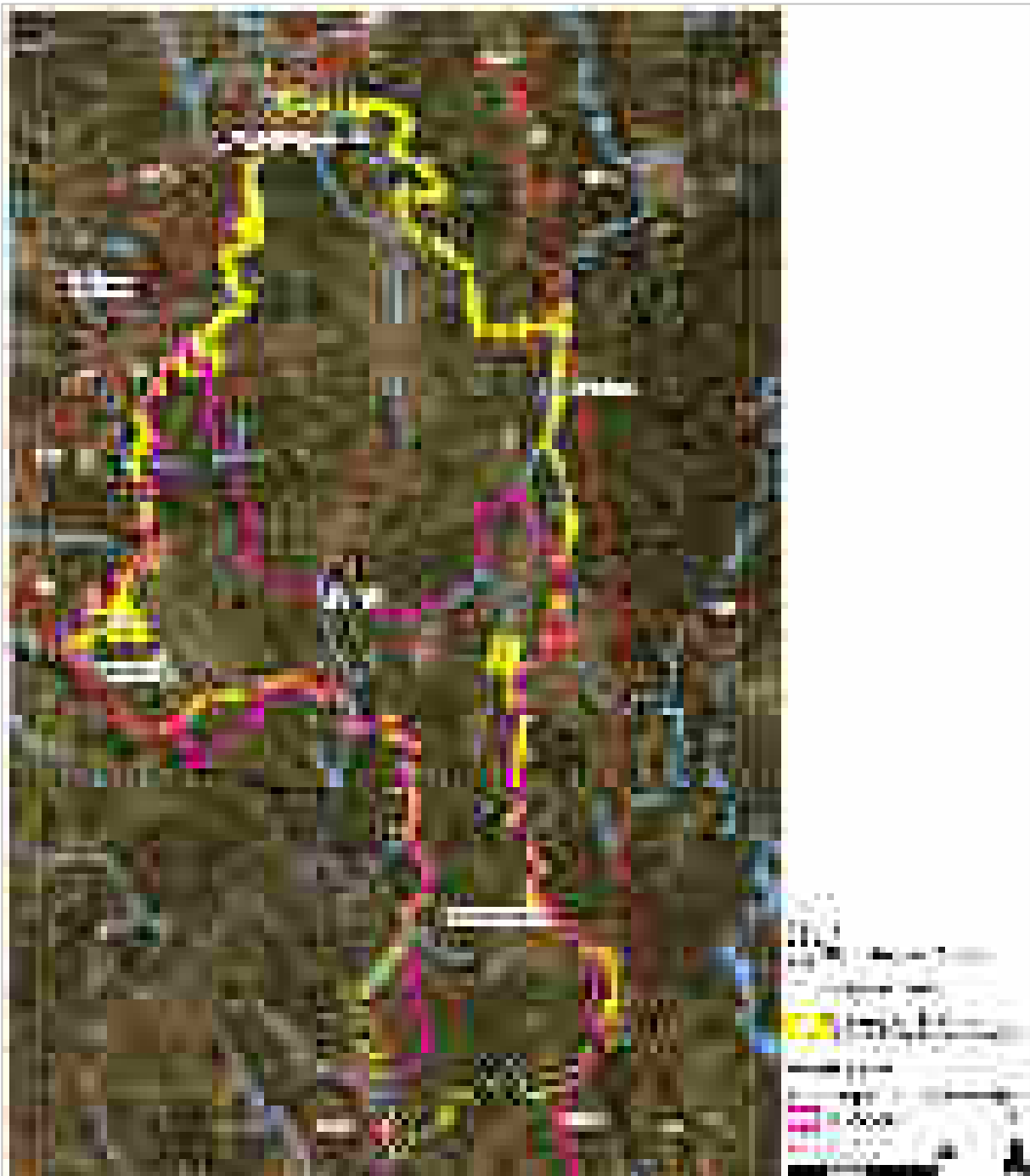


Figura 58 – Proposta de delimitação da área de paisagem protegida (sobre ortofotomapa)
Fonte: Equipa Técnica, 2020

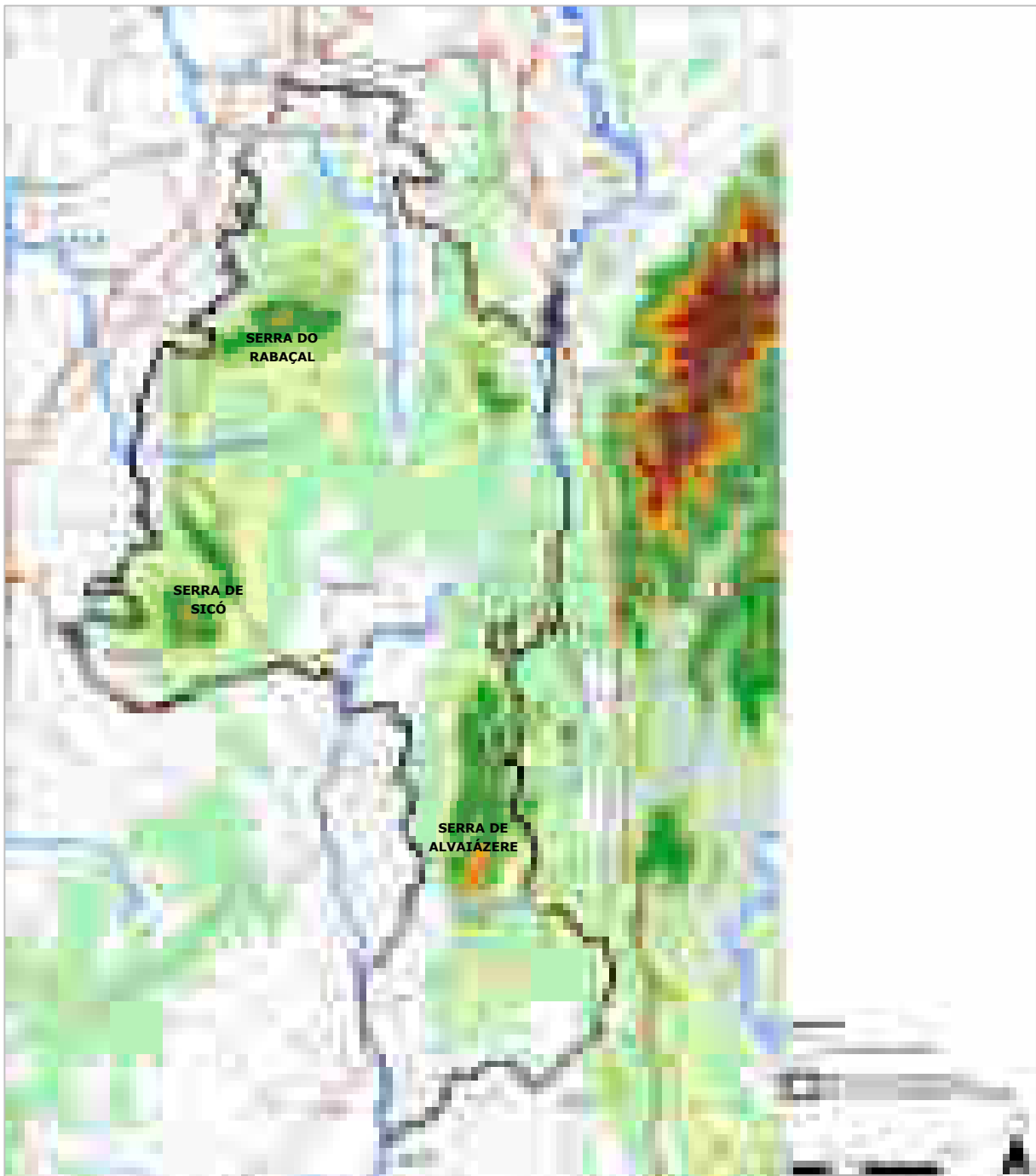


Figura 59 – Proposta de delimitação da área de paisagem protegida
Fonte: Equipa Técnica, 2020



3.3. O PROCESSO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA E O ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS E DA AUTORIDADE NACIONAL

O processo de delimitação da Área de Paisagem Protegida Regional envolveu, desde o início, todos os 6 Municípios que integram as Terras de Sicó: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, considerando fundamental a sua participação ativa em todos os momentos de trabalho. Neste sentido, e após as várias reuniões de trabalho efetuadas aquando da elaboração da primeira fase dos trabalhos e do fornecimento de documentação e informação fundamental por parte dos Municípios em causa, procedeu-se à entrega desta Fase 1 e, subsequentemente:

Dia 22.07.2019 - Reunião no Centro de Negócios de Ansião

- Entrega e apresentação da Fase 1 dos trabalhos – Estudos de Caracterização e primeira versão da proposta de delimitação da Área de Paisagem Protegida (APP);
 - Solicitação de apreciação do relatório e da proposta de delimitação da APP.
- Os municípios de Soure e de Condeixa-a-Nova fizeram sugestões de alteração do limite da APP, que foram tidas em consideração nos trabalhos efetuados posteriormente.

Dia 7.11.2019 – Reunião na sede das Terras de Sicó, Redinha

- Realização de um ponto de situação dos trabalhos, destacando-se os contributos recebidos dos municípios de Soure e Condeixa-a-Nova;
 - Foi apresentada uma nova versão do limite da APP, aferida de modo a ir ao encontro do solicitado pelos municípios (sem nunca perder de vista os critérios iniciais e efetuando os mesmos ajustes para outras situações idênticas noutros municípios, caso das pedreiras por exemplo), bem como se apresentou em linhas gerais a primeira versão da proposta de Regulamento de Gestão.
- No seguimento desta reunião procedeu-se ao envio do limite da APP e da proposta de Regulamento de Gestão para os municípios, afim de recolher os seus contributos.
- Recebemos sugestões de aferição ao limite da APP da parte dos municípios de Penela (25.11), Pombal (26.11) e novamente de Condeixa-a-Nova (3.12). Este último fez também uma análise da proposta de Regulamento de Gestão, apresentando sugestões de melhoria. O município de Alvaiázere concordou com o limite apresentado.



Dia 10.01.2020 – Reunião na Câmara Municipal de Penela

- Realização de um ponto de situação dos trabalhos, destacando-se os contributos recebidos dos municípios de Penela, Pombal e Condeixa-a-Nova;
 - Mais uma vez, foi apresentada uma nova versão do limite da APP, com vista a dar resposta às solicitações feitas pelos municípios indicados no ponto anterior, sempre que justificável e quando devidamente enquadradas nos critérios-base de delimitação utilizados em todas as etapas do trabalho. Neste âmbito destaca-se a inclusão de áreas de valor natural, geológico e geomorfológico no concelho de Penela e de Condeixa-a-Nova, tais como o rio Dueça e seu vale (a nordeste da vila de Penela), e o setor a nascente da vila de Condeixa-a-Nova, abrangendo a totalidade da Mata da Bufarda e sua envolvente (entre outros). Em Pombal, na zona de Ramalhais de Cima e Ramalhais de Baixo optou-se por um acerto do limite da APP ao IC8, considerando que o território a sul dessa via não apresenta características que justifiquem a sua integração na área.
 - Foi ainda apresentada uma proposta de Regulamento de Gestão “melhorada” onde foram, entre outras, revistas e acauteladas situações específicas de interdição e condicionamento de atividades (com particular enfoque na criação de exceções a este nível quando nos aglomerados urbanos). Foram ainda analisadas e devidamente consideradas as várias sugestões dadas pelo município de Condeixa-a-Nova.
- Mais uma vez, no seguimento desta reunião procedeu-se ao envio do limite da APP e da proposta de Regulamento de Gestão para os municípios, com o objetivo de recolher os seus contributos.
- Apenas o município de Pombal se pronunciou especificamente acerca do Regulamento de Gestão (30.01), solicitando a ponderação de situações pontuais e dando sugestões de redação, tendo os restantes municípios concordado com o limite de APP revisto e com a proposta de regulamento apresentada.

Dia 17.01.2020 – Reunião com a Autoridade Nacional (ICNF) em Lisboa (e posteriormente na Delegação Regional de Coimbra)

- Apresentação da proposta de delimitação da APP ao ICNF e do respetivo Regulamento de Gestão pela Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento.
- Na reunião realizada em Coimbra, a equipa técnica do ICNF revelou ter apreciado os documentos partilhados, não existindo da parte deles qualquer discordância de fundo.



3.4. AÇÕES E PROJETOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS OU ESTRUTURANTES PARA A VALORIZAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA

Com base nos objetivos definidos da classificação da área protegida regional das Terras de Sicó, foram consideradas estruturantes algumas medidas-exemplo para a sua valorização. A proposta de medidas deverá estar incluída num **Plano de Gestão** que priorize as ações necessárias para a sua concretização, identifique os responsáveis pela execução, os custos e meios financeiros disponíveis e o tempo previsto para a sua implementação. Em complemento deve ser elaborado um **Plano de Monitorização**, fundamental para avaliar o estado de conservação da área classificada. A monitorização regular da área visa compreender de que modo é que as ações estipuladas contribuíram para a divulgação e proteção do património paisagístico, para a gestão racional de recursos naturais e para a regulamentação de comportamentos antropológicos, a fim de melhorar a execução de ações ou projetos concordantes com os objetivos iniciais. Os municípios responsáveis pela área protegida deverão contar com o apoio das associações e habitantes locais no procedimento deste processo, através de mecanismos de participação pública.

A proteção e monitorização da área protegida implica uma **cooperação ativa** entre os municípios e a população, essencial no cumprimento dos objetivos da sua classificação. Uma medida a ter como exemplo na sensibilização da preservação da identidade e do património pelo seu conhecimento é aliá-la à tecnologia, através do uso do computador ou do telemóvel. Particularmente, a **criação de aplicações para telemóvel (ou apps)** tem um enorme potencial na promoção de paisagens e até na manutenção dos seus elementos. Entre muitos outros, veja-se o exemplo de aplicações que visam:

- O inventário de elementos com impacto negativo na paisagem (lixo, abandono de terras, cursos de água poluídos) com vista à sua erradicação por parte do município, onde a população pode fazer a denúncia desses mesmos elementos;
- A compilação e partilha de rotas pedonais, automóveis, de BTT, novas ou existentes, com vista a divulgar a paisagem envolvente;
- O inventário de práticas tradicionais do uso e exploração do solo e de técnicas e métodos vernaculares de construção;
- A disseminação e georreferenciação de construções cársicas ou de elementos de interesse geológico (grutas, buracas, dolinas, entre outros).



A cooperação a nível local também deve ser refletida nas ações que gerem benefícios para as comunidades. As entidades responsáveis pela dinamização da paisagem das Terras de Sicó revelam competências na certificação de produtos locais e na prestação de serviços, o que é vantajoso para a implementação de projetos estruturantes para o território em causa. Com o apoio de fundos financeiros e de outras entidades, a Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, demonstra potencialidades na **promoção de programas que pretendem informar, acompanhar e orientar pessoas interessadas a habitar na área, na criação de empresas e de mão de obra**, através dos seguintes exemplos:

- Meios que garantem a qualidade de vida das pessoas, nomeadamente a serviços de saúde, educação e justiça;
- Uma base de dados do mercado de trabalho existente, na divulgação de oportunidades de emprego ou de negócio (considerando os recursos naturais existentes na paisagem);
- Ensino da informática e de uso de meios digitais à população que carece deste tipo de conhecimento;
- Instalação de espaços de acolhimento para potenciais interessados, a fim de dar a conhecer as dinâmicas sociais e culturais a nível local;
- Desenvolvimento empresarial que tem como base o teletrabalho/ trabalho à distância, assegurando redes de acesso à internet;
- Promoção do associativismo local, de modo a facilitar a integração de recém-chegados nas comunidades;
- Fundamentação de uma economia de proximidade simples e moderna, no apoio aos pequenos produtores e na distribuição de alimentos biológicos.

Na fomentação destas ações e projetos, será igualmente necessário **direcionar os financiamentos de modo a garantir a sua concretização a curto e a longo prazo, vontade política e a participação/ cooperação ativa entre os municípios intervenientes e a população local.**

3.5. PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA

A Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, será responsável pela coordenação da gestão da Paisagem Protegida Regional das Terras de Sicó, tal como estipulado no respetivo



Regulamento de Gestão. Para tal será celebrado um protocolo, para o efeito, com os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, por meio do qual a associação assumirá a responsabilidade, ao nível da gestão e da competência para tomar decisões na Paisagem Protegida Regional.

Para a classificação da área de paisagem protegida será necessário realizar, agora, os seguintes passos:

1. Aprovação da classificação pelos 6 Municípios que integram as Terras de Sicó
Aprovação, em Reunião de Câmara, do *"tipo e delimitação geográfica da área protegida e seus objetivos específicos"* e do respetivo regulamento de Gestão, bem como da abertura do período de Discussão Pública.

2. Período de Discussão Pública a promover pelos 6 Municípios
Abertura de um período de Discussão Pública (anunciado com a antecedência mínima de 10 dias e por um período não inferior a 20 nem superior a 30 dias) preventivo à classificação para *"a recolha de observações e sugestões sobre a classificação da área protegida, devendo, durante o mesmo período, ser também promovida a audição das autarquias locais envolvidas"*, o qual *"(...) é feita através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da página da Internet da entidade proponente, do qual consta a indicação do período da discussão e dos locais onde se encontra disponível a proposta final de classificação e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações ou sugestões"*.

3. Aprovação final da classificação da área
Realização de eventuais alterações decorrentes do período de Discussão Pública e nova aprovação pelos 6 Municípios, em Reunião de Câmara, e **posterior aprovação final em Assembleia Municipal**.

A deliberação que aprova a classificação final (após discussão pública) da área protegida de âmbito regional deve ainda ser submetida a parecer da autoridade nacional para efeitos da sua eventual integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

4. Publicação
Após a aprovação final da classificação da área de paisagem protegida, a mesma é publicada em 2.ª série do Diário da República, mediante Aviso, e objeto de publicitação nos boletins municipais e na página na Internet das entidades responsáveis pela gestão da área protegida.



No esquema seguinte resumem-se, a verde, os passos já realizados até à data e, a laranja, qual o procedimento a realizar a partir deste momento:

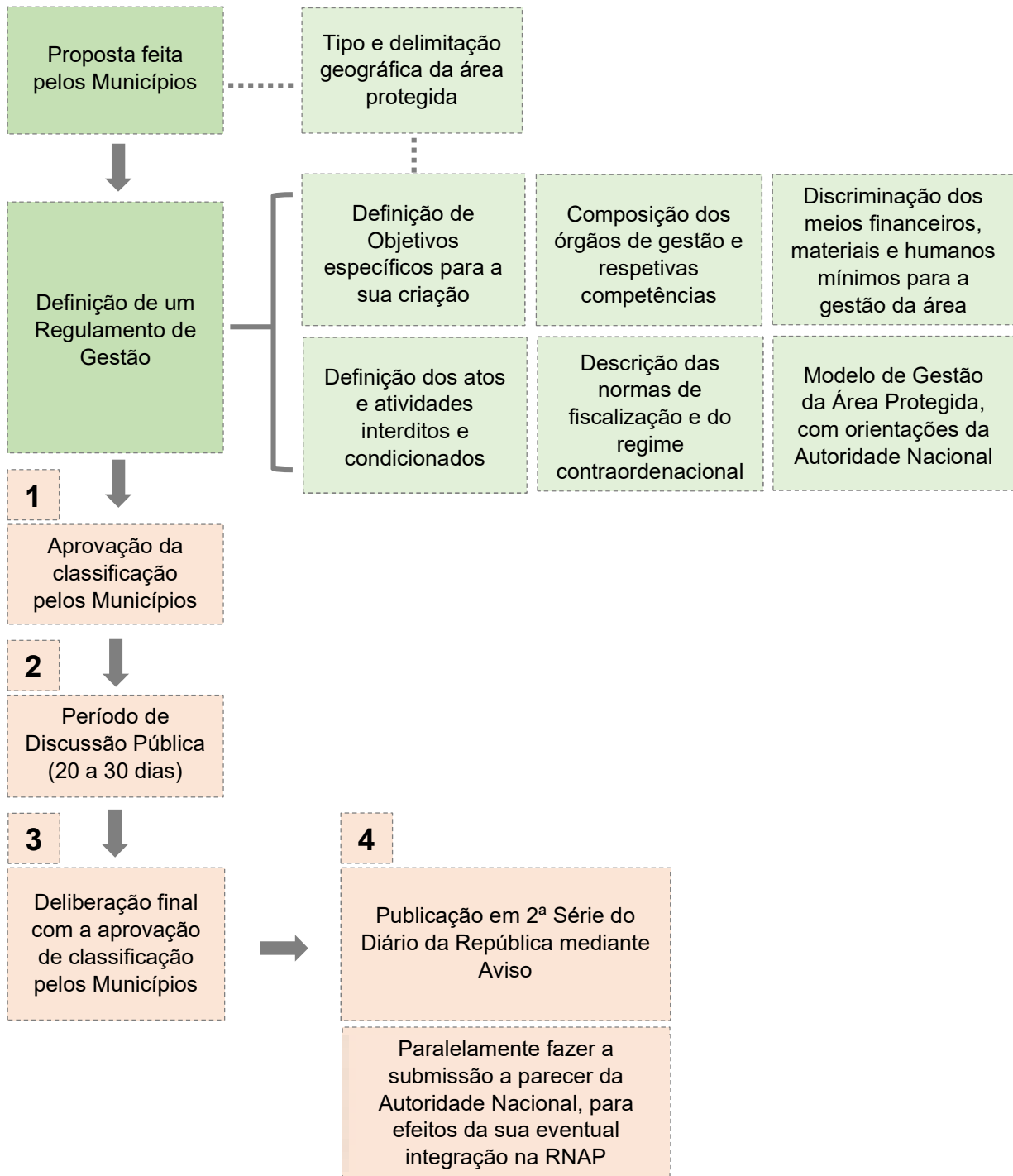


Figura 60 – Procedimento de Classificação da APP
 Fonte: Equipa Técnica, 2020



4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, C.; Mendonça, J. J. L.; Jesus, M. R.; Gomes, A. J. (2000). "Sistema de Aquíferos de Portugal Continental". Instituto da Água.

Cabral, F. (1993). "Fundamentos da Arquitectura Paisagista". Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Cancela d'Abreu, A.; Pinto Correia, T. e Oliveira, R. (2004). "Contributos para a Identificação da Paisagem em Portugal Continental". Coleção Estudos 10. Volumes I e IV. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

Carvalho, P. (2005). "Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã". Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Geografia, 657 pp.

Cunha, L. "Maciço de Sicó - Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local". Centro de Estudos Geográficos (CEGC). Coimbra.

Cunha, L.; Ramos, A. (2010). "Depósitos periglaciares da depressão de Tapeus (vertente NW da Serra do Rabaçal – Maciço de Sicó; Portugal Central) – análise sedimentar e morfo-estrutural". V Congresso Nacional de Geomorfologia. Porto.

Cunha, L. (1986). "As 'Buracas' das Serras Calcárias de Condeixa - Sicó". Cadernos de Geografia nº5. IEG, Coimbra.

Cunha, L. (1990). "As Serras Calcárias – Condeixa-Sicó-Alvaiázere". Geografia Física 1. Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra.

Cunha, L. (1993). "A paisagem cársica das Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Alguns argumentos a favor da sua protecção". ALGAR – Bol. Soc. Port. Espeleologia, pp. 3-12. Lisboa, 1993

Cunha, L.; Dimuncio, A. C.; Paiva, I. (2018). "Geopatrimónio cársico e desenvolvimento local no Maciço de Sicó". II Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente – Desafios para afirmar a Lusofonia na Geografia Física e Ambiente. Guimarães.

Cunha, L.; Vieira, A. (2004). "Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central". Cadernos de Geografia, Nº 21/23, pp. 15-28. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Cunha, L. "Estudos de Geomorfologia Cársica em Portugal. Um ponto de Situação relativo aos maciços do setor setentrional da orla mesocenozóica ocidental portuguesa". Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Coimbra. Coimbra.

Cunha, L.; Vieira, A. (2006). "Património geomorfológico – de conceito a projeto. O Maciço de Sicó".



Associação Portuguesa de Geomorfólogos, vol. 3. Pp. 147-153

Dimuccio, L.; Cunha, L. (2015). “Os tempos da Carsificação nas Colinas Dolomíticas a sul de Coimbra (Portugal Centro-Occidental)”. VII Congresso Nacional de Geomorfologia, pp. 19-27. Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL).

Dimuccio, L.; Cunha, L. (2017). “Canhão fluvio-cársico do Poio Novo e a exurgência dos Olhos de Água dos Anços”. Livro Guia das Excursões da XXII Bienal RSEHN, pp.117-123. Real Sociedad Española de Historia Natural. Madrid.

Ferreira Soares, A. (2008). “Um fragmento curioso (A serra de Sicó)”. Cadernos de Geografia, nº26/27. Pp. 19-24. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Folete, J. C. (2016). ‘Dynamique des paysages et potentiel écologique de la région Franche-Comté’. Chantier 4. D2PE.

Marques, P. (2014). ‘Paisagem: entre o tangível e o intangível’. Paisagem: matéria ↔ ficção. Museu do Douro.

Mendigorry, A. M. (2017). “Territorio y áreas protegidas en España y Portugal: dos modelos de intervención en una geografía compartida”. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, 74, Pp. 205-227.

Paiva, I.; Ramos, C.; Cunha, L. (2012). “A Aplicação da Análise de Séries Temporais no Estudo da Dinâmica Hidrológica dos Sistemas Cársicos. Primeiros Resultados para o Maciço de Sicó (Litoral-Centro de Portugal)”. Revista GEONORTE, Edição Especial, V. 3, N.4, p.350-364.

Pringle, R. (2017). “Upgrading protected areas to conserve wild biodiversity”. Nature, 546 (7656), Pp. 91-99.

Raposo Magalhães, M. (2001). ‘A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade’. Editorial Estampa. Lisboa.

Ribeiro Telles, G. (2016). ‘Textos escolhidos’. Argumentum. Lisboa.

Sande Silva, J. (2007). “Os Carvalhais – Um património a conservar”. Árvores e Florestas de Portugal. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa.

Silva, C. (2011). “Sicó a Dimensão Cultural das Paisagens – Um estudo de Turismo nas suas vertentes Cultural e Natureza”. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Torres, M. O.; Neves, M. M. (2016). “A preliminar spatial-temporal study of some soil characteristics in the calcareous massif of Sicó, Portugal”. Geospatial Health vol. 11:342 pp. 70-74.

Torres, M. O.; Neves, M. M.; Gomes, D. P. (2011). “Spatial Analysis of some soil physicochemical



properties in mountainous massif of Sicó, Portugal". Università degli studi di Bergamo. Bergamo, Itália.

UNEP-WCMC & IUCN (2016). Protected Planet Report 2016. How protected áreas contribute to achieving global targets for biodiversity. United Nations Environment Programme - World Conservation Monitoring Centre and International Union for Conservation of Nature. Cambridge and Gland, 84 pp.

Legislação:

Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho – Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-lei nº 42-A/2016, de 12 de agosto – Cria o Fundo Ambiental.

Lei nº 11/1987, de 7 de abril – Lei de Bases do Ambiente.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro – 1ª alteração ao Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Web:

<http://www.terrasdesico.pt/>

www.villasico.com/

<http://www.sitexplo.com/terras>

geossitios.progeo.pt/

<http://geocatalogo.icnf.pt/>

www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000

<http://mapas.dgterritorio.pt/>

<http://www.igeo.pt/>

<https://www.ine.pt/>

www.patrimoniocultural.gov.pt/

www.monumentos.gov.pt/

arqueologia.patrimoniocultural.pt/

<http://www.viasromanas.pt/>

<http://www.ccdr-lvt.pt/>

<https://turismo.mediatejo.pt/>



5. ANEXOS



ANEXO 1 | PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO

Tipologia	Nome	Concelho
Algar	Algar da Mata de Cima Algar Pequeno Algar do Peralta Algar do Peão Algar do Vale da Couda Algar do Cabeço da Loba Algar do Miradouro Algar da Costa de Soure Algar da Feiteira Algar do Serrado da Serra Algar do Campo Algar da Lapa Algar do Vale do Castelo Algar da Água	Alvaiázere
	Algar dos Fornos Algar da Lagoa	Ansião
	Algar do Sergaçal Algar	Condeixa-a-Nova
	Algar dos Ninhos Algar "17" Algar da Fenda Algar "20" Algar da Figueira Algar dos Sapos Algar da Hera Algar da Pena Só Algar da Lagoa Algar da Confraria I Algar da Confraria II Algar das Penas Algar da Ladeira Algar da Carrasqueira Algar do Natalino Algar do Loureiro Algar do Covao do Silva Algar da Costa Espinheira Algar da Cisterna Algar da Ervilha Algar do Casal Espinheira Algar da Costa Algar da Lomba Algar do Casal Algar de Jagardo Algar da Mina Algar de Sicó Algar da Ladeira do Poio Algar do Alto das Ceiras	Pombal



Tipologia	Nome	Concelho
Algar	Alga de Janeia	Penela
	Algar de Cancelo I	
	Algar de Cancelo II	
	Algar de Coelhoa	
	Algar de Covões	
	Algar de Ordem	
	Algar de Fartosa	
	Algar de Santiago Velho	
	Algar da Várzea	
	Algar de Bico Calado	
	Talismã - II entrada	
	Algar de Ucha	
	Algar de Vale Figueira	
	Algarinho	
	Algar de Blau-Blau	
Algar de Bolinhas		
Algar de Brutiais		
Algar do Cabeço		
Algar de Cachopos		
Buracas	Buracas da Serra	Alvaiázere
	Buracas do Casmilo	Condeixa-a-Nova
	Olhos d'Água de Anços	Pombal
	Buracas do Vale do Poio	
	Buracas da Senhora da Estrela	
Buracas de Tapéus/ Casal Cimeiro	Soure	
Canhão Fluvicársico	Canhão Fluvicársico de Vale da Mata	Alvaiázere
	Canhão Fluvicársico da Ribeira da Barroca	
	Depressão Fluvicársica de Alvaiázere	
	Depressões fluvicársicas da Várzea da Povia	Ansião
	Canhão do Vale do Poio	Pombal
	Canhão de Vérigo	
	Canhão do Vale do Poio Velho	
Canhão do Vale do Poio (Pombalinho)	Soure	
Canhão Fluvicársico do Vale dos Covões	Condeixa-a-Nova	
Canhão Fluvicársico do Rio dos Mouros		
Dolina	Dolina do Bofinho	Alvaiázere
	Dolina de Bouxinhas	
	Dolina de Banhosa	
	Dolina do Tojal	Ansião
	Dolina da Ateanha	
	Dolina dos Campos da Lagarteira	
	Dolina de Ansião	
	Dolina do Poço dos Caães	
	Dolina da Pisoaria	
	Dolina do Outeiro de Santiago	
Dolina da Sobreira		
Dolina do Furadouro	Condeixa-a-Nova	
Dolina da Senhora do Círculo		



Tipologia	Nome	Concelho	
Dolina	Dolina do Casmilo Dolina do Peixeiro	Condeixa-a-Nova	
	Dolina de Sicó Dolina do Ouro Dolina de Pousadas Vedras Dolina da Senhora da Estrela Dolina Dolina Dolina Dolina Dolina das Ceiras	Pombal	
	Ponte dos Moinhos Dolina da Cabeça Redonda	Penela	
	Dolina nº3 das Quatro Lagoas Dolina das Cotas Dolina das Degracias Dolina de Casais de São Jorge Dolina de Covão das Favas Dolina de Pombalinho Dolina de Vale Centeio Dolina nº1 das Quatro Lagoas Dolina nº2 das Quatro Lagoas	Soure	
	Escarpa de Falha	Escarpa de Falha do Monte de Vez	Ansião
		Escarpa Senhora da Estrela	Pombal
	Exsurgência/ Nascente/ Malhadouro	Olho do Tordo	Alvaiázere
		Olhos de Água de Ansião Exsurgência do Fonte de Carvalho Exsurgência do Alvorge Exsurgência do Alcalamouque	Ansião
		Exsurgência da Arrifana Exsurgência de Alcabideque Exsurgência Exsurgência Permanente	Condeixa-a-Nova
		Exsurgência da Ribeira do Rio Exsurgência do Malhadouro Exsurgência de Ourão Exsurgência Permanente Exsurgência Permanente Exsurgência Temporaria	Pombal
Olho de Água do Dueça Exsurgência de Legacao Exsurgência Temporária Exsurgência Temporária		Penela	
Fórnea		Fórnea do Bofinho	Alvaiázere
	Fórneas da Serra do Casal Soeiro Fórnea da Mata Boa	Ansião	
	Fórnea da Serra do Rabaçal (II) Vale da Grota Fórnea da Serra do Rabaçal (I) "Grande Barca"	Soure	



Tipologia	Nome	Concelho	
Fórnea	Fórnea da Serra do Rabaçal (III)	Soure	
	Fórnea da Serra do Rabaçal (IV) "da capela de Santo António"		
	Fórnea da Serra do Rabaçal (V)		
Lagoa	Lagoa da Várzea da Ateanha	Ansião	
	Lagoa da Várzea de Aljazedo		
	Lagoa da Várzea de Vale de Todos		
	Lagoa da Lagarteira		
	Lagoa do Vale da Lagoa		
	Lagoa Parada		
Lagoa	Lagoa do Castelo	Pombal	
	Lagoa do Seródio		
Lagoa	Lagoa de São Sebastião	Penela	
	Lagoa da Várzea da Póvoa		
Lapa/ Gruta	Lapa da Pulga	Alvaiázere	
	Lapa de São Jorge		
	Gruta da Casqueira		
	Gruta do Bacelinho/ Buraca Grande da Porta		
	Lapa de Santa Helena		
	Gruta da Cerâmica	Ansião	
	Lapa/ Gruta	Gruta da Igreja dos Mouros	Condeixa-a-Nova
		Lapa dos Jovens	
		Gruta e Algar da Arrifana	
		Lapa da Cascata	
Gruta			
Lapa/ Gruta	Gruta das Termas	Pombal	
	Lapa dos Loureiros		
	Lapa do Cerrado I		
	Lapa Castelinha		
	Lapa do Cerrado III		
	Lapa de Sicó		
	Abismo de Sicó		
	Lapa de Ereiras		
	Lapa da Cova da Mina		
	Gruta Santa Maria da Estrela		
Lapa de Sico 1			
Lapa do Cerrado IV			
Lapa do Cerrado II			
Lapa/ Gruta	Lapa da Fonte Redoica	Penela	
	Lapa da Ponte Venda dos Moinhos		
	Talismã ou Soprador do Carvalho		
	Venda dos Moinhos		
	Gruta dos Brutiais ou Verdiais		
Lapa do Buraco da Moira			
Lapa/ Gruta	Cova do Ladrão	Soure	
Lapiás	Campo de Megalapiás da Mata	Alvaiázere	
	Campo de Lapiás da Serra de Alvaiázere		
	Lapiás		
Lapiás	Campo de Lapiás em Agulha do Casmilo	Condeixa-a-Nova	



Tipologia	Nome	Concelho
Lapiás	Lapiás (várias) Lapiás	Pombal
	Campo de Lapiás de Degracias Campo de Lapiás Noroeste da Serra do Rabaçal Campos de Lapiás gigantes Lapiás gigantes do Vale de Janefonso	Soure
Uvala	Uvala da Serra de Janeanes Uvala do Casmilo	Condeixa-a-Nova
Outros	Perda da Ribeira do Vale da Couda	Alvaiázere
	Relevos em mesa (Ateanha) Relevos em mesa (Cruzeiro) Paleo-carsos (Torre de Vale de Todos)	Ansião
	Reculée do Casmilo Afloramento de Deposito Periglaciár	Condeixa-a-Nova
	Sumidouro da Ponte Cascata da Pedra Ferida	Penela
	Depressão cársica da Ramalheira/Quatro Lagoas Depressão das Cotas Depressão de Tapéus / Carpinteiros Cume da Serra do Rabaçal	Soure



ANEXO 2 | PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Casa Senhorial/ Palácio	Solar dos Pacheco	-	Alvaiázere
	Solar dos Pimentéis Teixeira	-	
	Complexo Monumental de Santiago da Guarda	-	Ansião
	Residência Senhorial dos Castelo Melhor	MN	
	Palácio dos Figueiredos/ Paços do Concelho	IIP	
	Casa de São Tomé	IM	Condeixa-a-Nova
	Casa dos Alpendres em Aversada	-	
	Palácio da Quinta da Boiça	-	Penela
	Palácio da Viscondessa	-	
	Casa do Castelo	-	
	Casa dos Perestrelas	-	
	Casa dos Alarcões	-	
	Casa senhorial na vila de Penela	-	
Casa Solarenga de Elmano Coelho	-		
Casa dos Freire de Andrade	-		
Solar dos Viscondes das Degracias	-	Soure	
Castelo	Castelo de Penela	MN	Penela
	Castelo de Germanelo	Imóvel em vias de classificação	
	Castelo de Pombal	MN	Pombal
Civil	Cine Teatro José Mendes de Carvalho	-	Alvaiázere
	Edifício na Rua Conselheiro Furtado dos Santos	-	
	Escola Adães Bermudes	-	
	Escola Cesário Neves	-	
	Escola Conde de Ferreira	-	
	Hospital Sub-regional de Alvaiázere	-	
	Fabrica de Papel Ponte do Espinhal	-	Penela
	Fabrica de Papel da Retorta	-	
	Casa da Camara de Rabaçal	-	
Torre do Relógio Velho	MN	Pombal	
Casa Arte Nova	IIP		
Convento/ Mosteiro	Convento de Santo António	IIP	Penela
Fonte/ Chafariz	Fonte da Carranca	-	Alvaiázere
	Fonte do Freixo	-	
	Fonte do Pereiro	Imóvel em vias de classificação (IIP)	
	Castellum de Alcabideque	MN	Condeixa-a-Nova
Forno de Cal	Forno de Cal do Melhorado	-	Penela
	Forno de Cal da EN110	-	
Marco Miliário	Marcos da Universidade de Coimbra (vários)	-	Penela
Miradouro	Miradouro da S. da Estrela	-	Soure
Moinho	Moinho de Água no Olho do Tordo	-	Alvaiázere
	Moinhos de vento e miradouro da Melriça	-	Ansião
	Moinhos de vento Anjo da Guarda	-	
	Moinhos de Vento e miradouro do Outeiro	-	



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Moinho	Moinho de Vento	-	Condeixa-a-Nova
	Moinho	-	Soure
	Moinho de Água	-	
Núcleo Urbano/ Aldeia	Núcleo Urbano da vila de Alvaiázere	-	Alvaiázere
	Aldeia de Cadaval Pequeno	-	Condeixa-a-Nova
	Aldeia do Pessegueiro	-	Penela
	Aldeia do Esquio	-	
	Aldeia de Tamazinhos	-	
Pelourinho/ Cruzeiro	Coreto de Alvaiázere	-	Alvaiázere
	Cruzeiro de Maças Dona Maria	-	
	Cruzeiro Filipino de Maças Dona Maria	IIP	
	Cruzeiro dos Centenários de Almoester	-	
	Pelourinho de Maças Dona Maria	IIP	
	Pelourinho	-	Ansião
	Pelourinho de Ansião	IIP	
	Pelourinho de Pousaflores	IIP	
	Pelourinho de Avelar	IIP	
	Pelourinho de Chão de Couce	Imóvel em vias de classificação (IM)	
	Cruzeiro do Casmilo	-	Condeixa-a-Nova
	Cruzeiro de Vila Seca	-	
	Pelourinho de Penela	MN	Penela
Pelourinho de Podentes	IIP		
Pelourinho de Pombal	IIP	Pombal	
Pelourinho de Pombalinho	-	Soure	
Cruzeiro de Tapéus	-		
Pelourinho de Santo António	-		
Ponte	Ponte do Marquinho	-	Ansião
	Ponte Galiz	-	
	Ponte da Cal	Imóvel em vias de classificação (IM)	
Quinta	Quinta da Torre da Ladeia	-	Ansião
	Quinta do Engenho	-	Penela
	Quinta das Pontes	-	
	Quinta da Vouzela	-	
	Arco Manuelino (pertencente ao antigo Paco dos Duques de Aveiro)	IIP	Pombal
Celeiro do Marquês de Pombal (antigo) / Celeiro da Quinta da Gramela	IIP		
Religioso	Cemitério de Maças Dona Maria	IM	Alvaiázere
	Capela de Santiago	-	
	Capela de Nossa Senhora dos Covões e gruta	-	
	Capela de Aventeira	-	
	Igreja Paroquial de Alvaiázere	-	
	Ermida de Nossa Senhora da Piedade	-	
	Ermida de Santo António	-	
	Igreja da Santa Casa da Misericórdia	-	
	Igreja Paroquial de Almoester	-	
Igreja Paroquial de Macas do Caminho	-		



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Religioso	Igreja Paroquial de Pelmá	-	Alvaiázere
	Igreja Paroquial de Pussos	-	
	Igreja Paroquial de São Paulo de Maçãs Dona Maria	-	
	Igreja Paroquial de São Pedro de Rego da Murta	-	
	Capela de Nossa Senhora da Paz	MIP	Ansião
	Capela da Misericórdia e antigo Hospital	-	
	Capela de Nossa Senhora da Conceição	-	Condeixa-a-Nova
	Capela de Santo António em Poço	-	
	Capela de São Pedro	-	
	Igreja Matriz de Bendafé	-	
	Capela de São Romão	-	
	Igreja Matriz de Condeixa-a-Velha	-	
	Capela de Santa Maria Madalena	-	
	Capela de São Sebastião	-	
	Capela de Santa Isabel	-	
	Capela de Santo António na Arrifana	-	
	Capela do Marco	-	
	Capela de São Paulo	-	
	Capela de Janeanes	-	
	Capela de Santa Cristina	-	
	Capela de Santo António em Casal Novo	-	
	Capela de São João Batista	-	
	Igreja Matriz de Vila Seca	-	
	Capela de Nossa Senhora do Rosário	-	
	Capela de Santa Vitória	-	
	Igreja Matriz do Zambujal	-	
	Igreja de Santa Eufémia	MN	Penela
	Igreja da Misericórdia	-	
	Capela de Nossa Senhora da Conceição	-	
	Igreja de São Miguel	-	
	Capela de São Lourenço	-	
	Igreja Matriz do Espinhal	-	
Capela de São João Baptista	-		
Capela de Nossa Senhora da Piedade	-		
Igreja Matriz do Rabaçal	-		
Capela de São Jorge	-		
Capela de Fartosa	-		
Capela de Nossa Senhora das Neves	-		
Igreja de Podentes	-		
Capela de Santo António	-		
Capela de São Simão	-		
Igreja de Viavai	-		
Igreja da Cumieira	-		
Igreja de Grocinas	-		
Igreja de Nossa Senhora das Neves/ Matriz de Abiul	IIP	Pombal	
Igreja Matriz de Tapéus	-	Soure	
Igreja Matriz de Degracias	-		



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Religioso	Igreja Matriz de Pombalinho	-	Soure
	Capela de Santa Ana	-	
	Capela de S. António	-	
	Capela de Mocifas da Nazaré	-	
	Capela do Carvalhal	-	
	Capela dos Baixos	-	
	Capela dos Carpinteiros	-	
	Capela de Casal Cimeiro	-	
	Capela de Cabeço da Corte	-	
	Capela de Casais de S. Jorge	-	
	Capela de Casas Novas	-	
	Capela da Malavenda	-	
	Capela de São Domingues - Quatro Lagoas	-	
	Capela de Ramalheira	-	
	Capela de S. Jorge- Sabugueiro	-	
	Capela de São Bento - Malhadas	-	
Capela de Vale Centeio	-		
Capela de Sabugueiro	-		
Capela e Casa Mortuária das Cotas	-		



ANEXO 3 | PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Algar	Algar das Quintas I	-	Pombal
	Confraria I	-	
	Ouro I	-	
	Sicó I	-	
	Sicó VI	-	
	Sicó II, III e IV	-	
	Sicó V	-	
	Sicó VIII	-	
	Sicó VII	-	
	Sicó XI	-	
Sicó IX	-		
Anta/ Dólmen/ Menir	Anta 1	-	Alvaiázere
	Anta 2	-	
	Monumento III Rego da Murta	-	
	Núcleo de Menires	-	
	Quinta das Lagoas	-	Ansião
	Alto da Pisca	-	
	Casa da Moura		Soure
Arte rupestre	Arte Rupestre (Buracas do Casmilo)	-	Condeixa-a-Nova
	Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo - Redinha	IM	Pombal
	Insculturas	-	
Criptopórtico	Criptopórtico	-	Ansião
Gruta/ Abrigo	Gruta	-	Alvaiázere
	Gruta da Cerâmica	-	Ansião
	Lapa do Morcego (ou Lapa Grande)	-	Pombal
	Vale do Poio Novo III	-	
	Buraca Escura	-	
	Lapa da Mina	-	
	Vale do Poio Velho II	-	
	Buraca Grande	-	Soure
Cova do Ladrão	-		
Habitat	Olival	-	Alvaiázere
	Palheiros	-	
	Habitat	-	
	Barroca	-	Ansião
	Verdes	-	
	Espadas	-	
	Mesa	-	
	Louceiras	-	
	Habitats (vários)	-	Condeixa-a-Nova
Enxurreira - Estação Viária na Cruz do Morto		Penela	
Sicó XII	-	Pombal	
Jazida	Jazida (várias)	-	Alvaiázere



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Mancha de Ocupação	Ponte de Cal	-	Ansião
	Igreja Velha	-	
	Vale Mosteiro	-	
	Travessa da Misericórdia	-	
	Avenida Dr. Víctor Faveiro	-	
Marco	Marco Miliário de Tamazinhos		Penela
	Marco da Ordem de Cristo	-	Pombal
Necrópole	Igreja Velha	-	Alvaiázere
	Cemiterio (romano)	-	Ansião
	Necrópole na Rua de Tomar	-	Condeixa-a-Nova
	Roda	-	Pombal
Povoado	Povoado	-	Alvaiázere
	Castelo da Ameixieira	-	
	Castelo da Loureira	-	
	Povoado da Serra de Alvaiázere	-	
	Povoado	-	
	Monte da Ateanha	-	Ansião
	Cabe	-	
	Escampado de S. Miguel	-	
	Castelo da Serra da Aguda	-	
	Castelo	-	
	Castelo de Pousaflores	-	
	Castelo da Lagoa Parada	-	
Castelo de Torre de Vale Todos	-		
Castelo	-		
Povoado (Monte da Pega)	-	Condeixa-a-Nova	
Povoado Fortificado Senhora do Círculo/ do Circo	-		
Castro do Tombadouro		Penela	
Castro do Sobral			
Vale do Castelo	-	Pombal	
Sepultura	Fonte Santa	-	Ansião
	Boialvas	-	Pombal
Via Romana/ Via/ Ponte	Troco de Via Romana	-	Alvaiázere
	Via Romana	-	
	Calçada Romana de Vales	-	Ansião
	Antiga Via Romana	-	
	Ponte da Sancha	-	Condeixa-a-Nova
	Via Romana		Penela
	Ereiras I	-	Pombal
Ereiras II	-		
Lomba I	-		
Villa/ Granja/ Casal	Casal Restiço	-	Alvaiázere
	Casal Rústico	-	
	Villa (várias)	-	
	Villa Romana da Rominha	-	
	Quintal da Velha	-	Ansião
	Mata da Quinta	-	



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Villa/ Granja/ Casal	Vale da Abrunheira	-	Ansião
	Poço Carril	-	
	Agostinhas	-	
	Mercado Municipal (romano)	-	
	Paco dos Vasconcelos	-	
	Complexo Monumental de Santiago da Guarda	-	
Villa/ Granja/ Casal	Villa Romana do Rabaçal	SIP	Condeixa-a-Nova
	Villa (Currais)	-	
	Casal Rustico (Alcouce)	-	
	Ruínas de Conimbriga	MN	
Villa/ Granja/ Casal	Villa Romana do Rabaçal		Penela
	São Simão - vestígios de antiga Villa Romana Freixial - vestígios de Casal Romano		
Vários	Conjunto 12 da Redinha	-	Pombal
	Conjunto 18 da Redinha	-	
	Conjunto do Vale do Poio Novo	-	
Vestígios diversos	Penedos Altos	-	Alvaiázere
	Quinta dos Cambazes	-	Condeixa-a-Nova
	Vestígios diversos (vários)	-	
	Alvito II	-	Pombal
	Alvito I	-	
	Monte do Meio I	-	
	Monte do Meio II	-	
	Vale do Poio Novo I	-	
	Vale do Poio Novo IV	-	
	Outeiro de Já Vou I	-	
	Outeiro de Já Vou II	-	
	Outeiro de Já Vou IV	-	
	Outeiro de Já Vou V	-	
	Outeiro de Já Vou III	-	
	Vale de Sorsa II	-	
	Cabeço da Pena Redonda	-	
	Vale do Poio Velho I	-	
	Vale de Sorsa II	-	
	Alvito I	-	
	Alvito II	-	
	Monte do Meio II	-	
	Monte do Meio I	-	
	Outeiro de Já Vou V	-	
Villa/ Granja/ Casal	Villa Romana das Dórdias		Soure
	Fonte Velha		
	Dolina do Vale da Grota		
Achado isolado	Ermida de Nossa Senhora dos Covões	-	Alvaiázere
	Murta	-	
	Entre o Ribeiro de Vide e o Vale Mosteiro	-	Ansião
	Ribeiro de Vide (Bairro de Santo António)	-	
	Celeiros	-	
Redondas	-		



Tipologia	Nome	Classificação	Concelho
Achado isolado	Achados isolados (vários)	-	Condeixa-a-Nova
	Achado indeterminado	-	
	Achados arqueológicos (grutas)	-	Penela
	Achados arqueológicos (vários)	-	
	Redinha	-	Pombal
	Vale de Sorsa	-	
	Poios	-	
	Corte	-	
	Lapa de Jagardo	-	
	Vale de Sorsa I	-	
	Senhora da Estrela	-	
	Senhora da Estrela I	-	
	Poios I	-	
	Antas	-	
Portela	-		
Portela I	-		
Indeterminado	Cabeção do Asno	-	Alvaiázere
	Pono	-	
	Pregal	-	
	Cabeção dos Mouros	-	
	Eira Quadrada	-	Ansião
	Terras de Alcaide	-	Pombal
	Passada Má	-	
Passada Má I	-		
Monte do Parabelo I	-		



ANEXO 4 | DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL – ESC. 1.25.000

